

HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES



REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA
ANO 5 NÚMERO 8 JUNHO DE 1984 ISSN 0100-6932

apah

Editor: — Sergio Odilon Nadalin

Conselho Editorial: — Marionilde Dias Brepohl, Presidente.

Maria Ignês Mancini de Boni, Secretária.

Ana Maria de Oliveira Burmester, Anamaria Bonin, Aymara F. Ribas, Carlos Roberto Antunes dos Santos, Cesar Ramos, Cláudio Fajardo, Jayme Antonio Cardoso, Judite Maria Barbosa Trindade, Rabah Benakouche, Roseli Maria Rocha dos Santos, Regina Rotemberg Gouveia, Sergio Odilon Nadalin.

Publicação semestral da Associação Paranaense de História — APAH

R. Cruz Machado n.º 66 — 10.º, Sala 1009

Caixa Postal, 1.538

80.000 Curitiba-PR — Brasil

ISSN 0100-6932

A opinião emitida nos artigos é de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Revisão: Cíntia Braga Carneiro

Denise Bottmann

Programação visual: — Key Imaguire Jr.

CAPA: — Borto Lorannie com a família em frente a sua residência em Ponta Grossa, Paraná (s.d.). Fotografia de Luis Bianchi.

Contra-capá, foto superior: Família Candel, no jardim de sua residência, Lapa, Paraná (s.d., foto provavelmente do início da década de 1920). Foto inferior: sem referências. Fotografias de Guilherme Glück.

Gráfica Vicentina Ltda.

Al. Cabral, 846 - Caixa Postal 988

Telefone: 222-1057

80000 Curitiba-PR

Publicada com o apoio do CNPq e FINEP.

História: Questões & Debates
Associação Paranaense de História - APAH
Curitiba — **Junho 1984**

S U M Á R I O

Regina Wallbach — Apresentação	1
---	---

QUESTÕES

Tamara K. Hareven — Tempo de família e tempo histórico	3
---	---

Anamaria Aimoré Bonin e Elisabeth Frohlich Mercadante — Etnia, estratégia política	27
--	----

METODOLOGIA

Jayme Antonio Cardoso — Construção de gráficos e linguagem visual	37
---	----

PESQUISAS: PROJETOS E COMUNICAÇÕES

Déa Ribeiro Fenelon (Coordenadora geral) — Formação do traba- lhador assalariado urbano (1900-1945)	61
---	----

Francisco Moraes Paz — Estruturas agrárias do norte do Paraná .	99
--	----

Alain Bideau — Estudos de população na França	105
--	-----

Carlos Roberto Antunes dos Santos — O custo da vida: preços de gêneros alimentícios e salários em Curitiba no século XIX ..	127
---	-----

Altiva Pilatti Balhana — Avaliação da pesquisa histórica no país .	135
---	-----

NOTAS DE LEITURA	137
-------------------------------	-----

NOTÍCIAS DA APAH	165
-------------------------------	-----

ÍNDICE V 4	170
-------------------------	-----

ISSN 0100-6932

História: Questões & Debates, Curitiba a.5 n.8 p.01-174 Jun. 1984

Apresentação

Uma revista de História para historiadores, mas não só para historiadores. Uma revista composta por trabalhos de historiadores, mas não só por trabalhos de historiadores. Uma revista em que economistas, sociólogos, antropólogos, etc., propõem suas questões abrindo debates, concretizando a prática de interdisciplinaridade, tem sido um dos resultados das propostas de trabalho da Associação Paranaense de História.

As publicações de **História: Questões e Debates**, já em seu oitavo número, através de seus colaboradores, têm levantado os problemas relativos aos profissionais da área de História: a regulamentação de sua profissão, as condições de ensino, as dificuldades da realização de pesquisas, a necessidade de ampliação do espaço de atuação dos historiadores.

A abrangência das questões propostas, bem como a sua complexidade, revelam, em síntese, a importância da prática da história como prática social.

Neste número as reflexões teóricas estão presentes com Tamara K. Hareven, Anamaria Bonin e Elisabeth Frohlich Mercadante. Tamara contribui com um estudo sobre história da família e Anamaria e Elisabeth com um trabalho sobre as implicações da utilização da categoria etnia na explicação da realidade indígena brasileira.

Na seção de pesquisa, um importante artigo de Alain Bideau da Universidade de Lyon, França, nos traz as preocupações atuais dos historiadores demógrafos.

O projeto coordenado por Déa Ribeiro Fenelon, referente ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, especificamente à formação do trabalhador assalariado urbano, propõe um desdobramento da problemática visando o aprofundamento desse estudo.

A apresentação de projeto sobre estruturas agrárias no Norte do Paraná — por Francisco Moraes Paes e o relatório do desenvolvimento da pesquisa de Carlos Roberto A. dos Santos sobre a estrutura sócio-econômica da região de Curitiba na segunda metade do século XIX nos colocam a par do que se pensa e o que se produz do ponto de vista histórico no Paraná.

Neste sentido, é de importante leitura a notícia dada pela coordenadora dos cursos de pós-graduação e História do Brasil da Universidade Federal do Paraná, Altiva Pilatti Balhana, sobre a avaliação realizada pelo CNPq dos cursos e instituições de pesquisa na área de História.

Na secção de metodologia, Jayme A. Cardoso mostra como a Semiologia Gráfica pode auxiliar no tratamento dos dados referentes à pesquisa.

Nas notas de leitura, professoras do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da Universidade do Paraná resenham dois diferentes trabalhos de Ruy Wachowicz, do Departamento de História da mesma universidade.

O método, os instrumentos, o conteúdo e a importância da obra de Lucien Febvre. “O problema de descrença no século XVI, a religião de Rebelais” são apresentados por Sergio Odilon Nadalin.

Todas estas contribuições nos levam a renovar o convite, tanto para leitura deste novo número de **História: Questões e Debates**, como a participação em nosso diálogo interdisciplinar com textos, notícias e resenhas.

Regina Wallbach

TEMPO DE FAMÍLIA E TEMPO HISTÓRICO*

TAMARA K. HAREVEN

Center for Population Studies, Harvard University.

RESUMO

O presente trabalho examina os progressos verificados no novo ramo de pesquisa da história da família. Discute-se a contribuição dessa pesquisa para uma melhor compreensão do relacionamento entre a família e mudança social, especialmente o processo de urbanização e industrialização nos EUA e Europa Ocidental. Muitos dos mitos comumente aceitos pelos cientistas sociais nesse particular, são aqui dissipados. A continuidade de uma estrutura doméstica nuclear tanto no período pré-industrial como no industrial é enfatizada, e sustenta-se que a industrialização não provocou a destruição da família extensa tradicional e tampouco dá origem a uma estrutura de família nuclear isolada como se acreditava. Ao tempo em que a teoria da modernização é criticada, o artigo enfatiza uma continuidade de tradições culturais entre vários grupos étnicos, e a complexidade do processo de mudança social.

A segunda parte do trabalho propõe uma nova maneira para fazer a análise da relação entre o desenvolvimento individual e o desenvolvimento coletivo da unidade familiar sob condições históricas em mudança. Ao propor um perfil de ciclo-de-vida, o artigo enfatiza a importância da sincronização do tempo individual, tempo coletivo da unidade familiar e tempo histórico. Este processo é examinado pela estipulação do tempo das transições de vida, principalmente as transições para a posição adulta (sair de casa, começar a trabalhar, casar-se, estabelecer domicílio próprio). São estudados os conflitos potenciais entre

* Family time and historical time. *Daedalus*, 106(2):57-70, Spring 1977. Tradução de Vera Maria Almeida Pinto.

os indivíduos e suas famílias quanto à estipulação do tempo para essas transições. Por fim, são consideradas as maneiras em que uma perspectiva histórica contribui para o entendimento dos problemas que a família enfrenta em nossos dias.

A história é freqüentemente convocada a demonstrar “como chegamos onde estamos”. Ao mesmo tempo em que a pesquisa histórica pode executar essa função, ela pode igualmente executar outras duas: oferecer uma perspectiva comparativa sobre o presente, e sugerir modelos para mudança futura. A primeira destas funções trata-se de uma tarefa nova, mais freqüentemente executada por estudos através de culturas de sociedades “primitivas” — ou seja, a comparação de condições atuais, tipos de comportamento e valores, com os de sociedades do passado. Embora essa perspectiva de comparação não traga necessariamente explicações implícitas sobre desenvolvimento e mudança, ela oferece uma posição vantajosa para observação dos aspectos tanto típicos como comuns do comportamento e problemas atuais, esclarecendo indagações do gênero, estará a família “enfrentando problemas” ou “desaparecendo”, e se as crises que a sociedade americana vem enfrentando são efetivamente “imprescendentes”. Por meio dessa comparação de presente e passado, a análise histórica pode evidenciar principais continuidades e descontinuidades no desenvolvimento da família. Campo relativamente novo, a história da família vem perturbando historiadores e especialistas de outras disciplinas justamente porque os dados que ela propõe podem esclarecer esses tipos de problemas. As indagações formuladas por historiadores da família têm muito com as levantadas por sociólogos, psicólogos e economistas. A contribuição dos historiadores consiste na perspectiva mudança-atraves-do-tempo, que oferece subsídios às indagações daqueles especialistas, bem como nos contextos sociais e culturais específicos aos diferentes períodos sob estudo¹.

Estudos históricos referentes à família partilham com a “nova história social” o interesse pelo estudo de populações inteiras, ao invés de simplesmente de indivíduos “eminentes”, ou de elites das populações. Pelo escrutínio de registros de censos, de nascimentos, de casamentos e mortes, diários particulares, documentos públicos, tratados médicos e educacionais e cartas familiares, os historiadores deram início à re-

1 Sobre o desenvolvimento deste assunto, ver HAREVEN, Tamara K. The history of the family as an interdisciplinary field. *Journal of Interdisciplinary History*, 2:399-414. Autumn, 1971. Pesquisas recentes neste campo podem ser encontradas no novo *Journal of Family History, Studies in Family, Kinship, and Demography*.

construção dos padrões de família de grande número de indivíduos anônimos. A história da família, portanto, tem contribuído para a reintrodução da intimidade humana à pesquisa histórica, e ao mesmo tempo dar origem a uma visão realista às complexidades de mudança histórica². A compreensão de como indivíduos e famílias reagiram às mudanças históricas, e ao mesmo tempo qual foi sua participação na efetivação dessas mudanças pode ampliar consideravelmente nosso entendimento do próprio processo de mudança.

A medida que esse campo de pesquisa se desenvolveu, os historiadores ampliaram suas investigações, anteriormente restritas à preocupação com classificações de economia doméstica e estrutura de família, para um âmbito mais amplo de temas, englobando casamento e comportamento sexual, criação de filhos e relações entre parentes. No esforço em compreender o papel da família e sua dinâmica no passado, historiadores estão gradativamente deixando de se concentrar na família propriamente dita, e passando a examinar sua interação com outros processos e instituições sociais. Estudos referentes ao papel da família na migração, ou à interação entre a família e o processo industrial, começam a propor novas perspectivas sobre o comportamento da família no passado³.

Especialmente importante foi a revisão da concepção tradicional de que a família se desintegrava sob o impacto da industrialização e urbanização. Ao invés de prosseguir encarando a família como um agente passivo, estudos históricos revelaram que o papel da família foi, na verdade, o de um agente ativo, promovendo mudança social e facilitando a adaptação de seus membros a novas condições sociais e econômicas. A família não só deixou de se desintegrar sob o impacto da industrialização e urbanização, como também, sob certos aspectos, contribuiu para a promoção dessas mudanças⁴. Reagindo contra estudos anteriores sobre mudança na família, principalmente aqueles propostos pela teoria da “mo-

2 Ver, por exemplo, DEMOS, John. *A little commonwealth: family life in Plymouth Colony*. New York, Oxford University Press, 1970; GREVEN, Philip. *Four generations: population, land, and family in colonial Andover, Massachusetts*. Ithaca, Cornell University Press, 1970; ARIES, Philippe. *Centuries of childhood*. New York, Random House, 1962; LASLETT, Peter & WALL, Richard, ed. *Household and family in past time*. Cambridge, Cambridge University Press, 1972.

3 Importante trabalho pioneiro nesta área é o de SMELSER, Neil. *Social change in the industrial revolution*. Chicago, University of Chicago Press, 1959. Trabalhos mais recentes incluem ANDERSON, Michael. *Family structure in nineteenth-century Lancashire*. Cambridge, Cambridge University Press, 1971; MCLAUGHLIN, Virginia Y. *Patterns of work and family organization: Buffalo's Italians*. *Journal of Interdisciplinary History*, 2:299-314, Autumn, 1971; HAREVEN, Tamara K. *Family time and industrial time*. *Journal of Urban History*, 1:365-89, May 1975.

4 GOODE, William. *World revolution and family patterns*. New York, Free Press, 1963.

dernização”, estudiosos da família conseguiram demonstrar que as famílias não se “modernizaram” automaticamente como uma reação às mudanças violentas na sociedade maior. Famílias rurais que migraram para áreas urbanas e famílias da classe trabalhadora já residindo em cidades, recorreram às suas tradições, protegeram seus membros de deslocamentos drásticos e impediram a desintegração da família. Todavia, as famílias efetivamente atuaram como agentes de mudança, socializando e preparando seus membros para novos modos de vida, facilitando sua adaptação ao trabalho industrial e à moradia em grandes e complexas comunidades urbanas.

Essas constatações aperfeiçoaram algumas concepções básicas sobre as adaptações de diferentes grupos às condições sociais em mudança e ofereceram esclarecimentos sobre o modo como o *processo* de mudança funciona em diferentes níveis da sociedade. De particular importância foi a constatação de que o comportamento da família teve um andamento diferente entre diferentes grupos sociais, que as pessoas podiam ser “modernas” no trabalho e “tradicionais” em casa, e que a família exerceu o poder de iniciativa e escolha na aceitação de novos modos de vida. Mesmo na sociedade industrial, padrões tradicionais persistiram entre famílias de diferentes grupos étnicos e culturais, contradizendo noções estabelecidas de que indivíduos e instituições abandonam de maneira uniforme seus costumes tradicionais, à medida que a sociedade maior torna-se “modernizada”⁵.

Essa abordagem dinâmica ao comportamento da família igualmente encara a família como uma entidade em mudança constante, à medida que seus membros seguem pela vida. Cientistas sociais têm geralmente estudado a família como uma instituição monolítica. Na verdade, a família está em fluxo constante. Ela é o cenário de interação entre várias vidas individuais fluentes. Transições individuais para dentro ou para fora de diferentes papéis na família, tais como: sair de casa, casar-se, estabelecer um lar independente, início de paternidade, ou — na outra extremidade do ciclo — viuvez, estão interrelacionados com mudanças na família como uma unidade coletiva.

De que forma os indivíduos determinaram o tempo de suas transições para dentro e fora dos vários papéis de família, e como esses padrões de determinação de tempo se

5 GOODE; William. The theory and measurement of family change. In: SHELDON, Eleanor B. & MOORE, Wilbert, ed. *Indicators of social change: concepts and measurements*. New York, Russell Sage Foundation, 1968. p.295-348; HAREVEN, Tamara K. Modernization and family history. *Signs*, 2:190-206, Autumn 1976.

relacionaram à família como uma unidade coletiva? O que se encontra questionado aqui é a sincronização de inúmeros conceitos de tempo — tempo individual, tempo de família e tempo histórico.

O presente trabalho examina alguns aspectos de suas interações durante os dois últimos séculos nos Estados Unidos.

Tempo de família e tempo histórico

A maioria das atividades na vida moderna são governadas por esquemas específicos e freqüentemente rigidamente impostos, sejam resultado de relações pessoais ou outros tipos de comunicação social. O fato de estar adiantado, atrasado ou no tempo certo, esquemas ilusoriamente complicados, e o cumprimento de uma série de papéis conflitantes dentro de horários determinados, têm sido características essenciais da sociedade moderna, o produto da vivência urbana e industrial. A determinação do tempo tornou-se também um aspecto essencial na esquematização de eventos de família e nas transições dos indivíduos para diferentes papéis na família. Um dos problemas mais fascinantes é o da sincronização de todos os diferentes “relógios de tempo” que governam tanto a passagem de indivíduos e famílias pela vida, como padrões maiores de mudança na sociedade. O tempo histórico é geralmente definido como um movimento linear cronológico de mudanças numa sociedade por décadas ou séculos, enquanto que a existência individual é medida de acordo com a idade. Mas tanto a idade como a cronologia necessitam de contextos sociais para serem significativos. A idade social diverge da idade cronológica: em certas sociedades, um indivíduo de 12 anos é um adolescente; em outras, ele já é um adulto; em determinadas sociedades, uma pessoa com 50 anos é considerada de meia-idade, já em outras trata-se de um velho. De que forma vidas típicas procediam à “determinação de tempo” no passado, e como esses padrões de curso de vida se encaixavam em seus panoramas econômico, institucional e demográfico?

A compreensão de padrões de “tempo” ao longo do curso de vida oferece algum esclarecimento para um dos aspectos menos compreendidos de comportamento de família — ou seja, o processo de tomada de decisão dentro da família. Uma vez que é sabido ter a estrutura da família persistido em sua forma nuclear pelos dois últimos séculos, exames de como famílias determinam o tempo de seu comportamento podem

revelar as áreas importantes onde as principais mudanças em comportamento de família ocorreram⁶.

O conceito de “tempo de família” designa a determinação de tempo de eventos tais como: casamento, nascimento de um filho, saída de casa, e a transição dos indivíduos para papéis diferentes, à medida que a família segue seu curso de vida. A determinação de tempo tem sido, com frequência, uma importante fonte de conflito e pressão na família, uma vez que o “tempo individual” e o “tempo de família” não estão sempre em harmonia. Por exemplo, a decisão de sair de casa, casar-se, ou constituir uma família própria, não podiam ter seu tempo determinado, estritamente conforme preferências individuais, mas geralmente dependendo das decisões e necessidades da família como uma unidade coletiva e em suportes institucionais. Pesquisas começam a esboçar alguns dos padrões básicos da determinação de tempo de transições de família, e relacioná-los ao “tempo histórico” — ou seja, com condições sociais em mudança.

Os valores sociais que governam a determinação de tempo igualmente mudaram sob diferentes circunstâncias históricas. Por exemplo, a idade em que um jovem é considerado um “anti-social”, ou uma mulher uma “solteirona”, varia em diferentes sociedades e períodos. Fatores que constituem uma violação das seqüências “normais” na determinação do tempo de eventos de família também variam em diferentes sociedades. Por exemplo, casamento entre adolescentes, sob certas circunstâncias, mas não sob outras, é considerado um desvio, e maternidade pré-conjugal é reputada uma violação de normas sociais na maioria das sociedades.

Mudanças históricas se impuseram sobre a determinação do tempo de eventos de família proporcionando as condições institucionais ou sociais sob as quais tais transições podem ser ativadas ou sustadas. Teria sido impossível, por exemplo, impor a obrigatoriedade da frequência escolar, se escolas públicas não estivessem prontamente disponíveis; da mesma forma, teria sido difícil a imposição de aposentadoria compulsória, sem a existência de programas institucionalizados de assistência social e pensões de velhice. Instituições de assistência social e programas de bem-estar público assumiram muitas das funções de assistência previamente executadas pela família. Sob condições históricas, nas quais a maioria das funções educacionais, econômicas e de assistência social estão concentradas na família, a determinação do tempo das transições dentro da família era mais significativa que na

6 GODE, The theory and measurement...; HAREVEN, Modernization...

sociedade moderna. Além dos apoios institucionais, a variedade de desenvolvimentos sociais e econômicos afetaram esquemas de tempo individuais e da família. Guerras e depressões alteraram drasticamente padrões de determinação do tempo de família. Embora em menor escala, fatores como migração ou o fechamento de uma fábrica, se bem que não envolvam a totalidade da sociedade, podem ser de grande impacto sobre a determinação do tempo para as famílias envolvidas. Sem negar a importância de transformações em larga escala, encerrar mudança social da perspectiva da família, se constitui em considerável aperfeiçoamento de nossa compreensão da interação entre esta e comportamento individual e de família. Migração, por exemplo, poderia ter um maior impacto do que a guerra sobre o comportamento de determinada família, a despeito das bem maiores implicações sociais da guerra⁷.

Um dos temas recorrentes na história americana é o da variação em normas por culturas étnicas dentro da sociedade maior. "Tempo de família irlandês" divergia em certos aspectos do "tempo de família franco-canadense", e ambos divergiam do tempo de família americana nativa. Essas variações resultam de discrepâncias e conflitos entre as tradições e práticas de diferentes grupos culturais e as da cultura dominante. Imigrantes irlandeses nos fins do século XIX em Massachusetts, por exemplo, casavam-se mais tarde que franco-canadenses ou americanos nativos. Americanos nativos casavam-se mais cedo e começavam a ter filhos antes dos imigrantes irlandeses, mas paravam de ter filhos também mais cedo, enquanto que famílias irlandesas tinham maior número de filhos ao longo de um maior espaço de tempo⁸.

Um enfoque sobre a determinação do tempo nos permite enxergar o ponto no qual membros da família convergem ou divergem em diferentes estágios de seus desenvolvimentos individuais e como esses padrões se relacionam à experiência coletiva da família em diferentes pontos de seu desenvolvimento⁹. Até mesmo o uso da palavra "crianças" den-

7 Uma formulação teórica importante das mudanças no curso-de-vida através do tempo é o artigo de ELDER, Glen. Family history and the life course. In: HAREVEN, Tamara K., ed. *The family cycle and the life course in historical perspective* (no prelo). MODELL, John; FURSTENBERG, Frank; HERSHBERG, Theodore. Social change and transitions to adulthood in historical perspective. *Journal of Family History*, 1:7-32. Autumn 1976.

8 HAREVEN, Tamara K. & VINOVSIS, Maris. Marital fertility, ethnicity, and occupation in urban families: an analysis of South Porten and the South End in 1880. *Journal of Social History*, 3:69-93, Spring 1975; HAREVEN, Family time...; CHUDACOFF, Howard. Newlyweds and familial extension: first stages of the family cycle in Providence, R.I., 1844-1880, a ser publicado em HAREVEN, Tamara K. & VINOVSIS, Maris, ed. *Demographic processes and family organization in nineteenth-century American society*.

9 ELDER.

tro da família é ambíguo, pois em famílias com grande número de filhos, com uma distribuição etária ampla, uma criança mais velha ocupará uma posição inteiramente diferente na família, *vis-à-vis* adultos e prole, do que tanto os mais jovens como os do meio. À medida que a configuração etária das crianças na família muda, o *status* de cada criança torna-se igualmente diferente; por exemplo, após a saída de casa do filho mais velho, o próximo filho torna-se o “mais velho”, e assume um novo *status*.

As distinções são importantes porque indivíduos desempenham uma multiplicidade de papéis. Eles podem ser simultaneamente membros de suas famílias de origem e de suas famílias de procriação. Após constituir sua própria família, um indivíduo conserva alguns laços com sua família de origem, mas igualmente constitui uma nova aliança com a família do cônjuge. A complexidade de associações coloca o indivíduo em vários papéis de família sobrepostos, e às vezes, conflitantes, que continuam a variar em diferentes estágios ao longo do curso da vida. Alguns papéis tornam-se mais ativos, enquanto que outros têm sua importância reduzida. Um filho torna-se um pai; mais tarde, após seus próprios filhos tornarem-se independentes, e seus pais tiverem atingido idade em que necessitam assistência, ele se torna novamente um filho, muitas vezes de maneira ainda mais intensa. Os vários papéis familiares representados por indivíduos poderiam entrar em competição ou conflito, sob diferentes condições históricas, principalmente durante migração ou desemprego, por exemplo.

Conforme salientado por Talcott Parsons, o sistema de parentesco dos Estados Unidos é fragilmente estruturado, de modo que a maioria das formas de assistência entre parentes é informal e voluntária¹⁰. Enquanto que as obrigações mútuas de marido e mulher ou de pais e filhos estejam claramente sancionadas e definidas, o relacionamento com os demais parentes não o é. Mas sob circunstâncias históricas e pessoais diferentes, a interação de indivíduos tanto com outros membros da família nuclear como com outros parentes, pode variar consideravelmente porque a posição do indivíduo em sua própria família e seu relacionamento com outros membros da família e com parentes mais distantes estão entrelaçados com o desenvolvimento da família como uma unidade coletiva.

10 PARSONS, Talcott. The kinship system of the contemporary United States. *American Anthropologist*, 45:22-38, Jan./Mar.1943.

Diferenças históricas na determinação do tempo de transições de família

Crença bastante difundida sobre o passado é a de que a determinação do tempo de transições de família já foram mais ordenadas e estáveis do que o são hoje. A complexidade que governa a vida de família em nossos dias e as variações em papéis na família e nas transições para eles, são frequentemente contrastadas com esse passado mais plácido. O registro histórico, no entanto, geralmente revela precisamente a condição oposta. Padrões de determinação do tempo de família no passado eram, com frequência, mais complexos, mais diversificados, e menos ordenados do que são hoje: mudanças demográficas voluntárias e involuntárias que têm ocorrido desde os fins do século XIX resultaram, na verdade, paradoxalmente em maior uniformidade na determinação do tempo de transições ao longo do curso vital, apesar da maior complexidade societária. A crescente uniformidade na determinação do tempo tem sido acompanhada por uma inversão nos fatores afetando a determinação do tempo de eventos de família, de involuntários para voluntários¹¹. O aumento na expectativa de longevidade, o declínio na fertilidade, e uma redução na idade matrimonial, por exemplo, aumentaram em muito as chances de **justaposição temporal** nas vidas de membros da família. As famílias têm atualmente condições de passar por um curso de vida bem menos sujeito à mudança súbita do que o vivido pela maioria da população no século XIX.

O ciclo de família "típico" de famílias americanas modernas inclui casamento cedo e início de procriação também cedo, mas com um pequeno número de filhos. Entre 1810 e 1930, o índice de natalidade caiu de uma média de 8 filhos por mãe para pouco menos de 3. Famílias que seguem esse tipo de ciclo de família, passam por um período de paternidade compacto nos anos intermediários da vida, seguido de um longo período que abrange um terço de suas vidas adultas, sem filhos; e finalmente, geralmente um período de vida solitária após a morte de um dos cônjuges, mais frequentemente do marido¹².

Este tipo de ciclo tem importantes implicações para a composição da família e para relacionamentos dentro dela na sociedade atual: maridos e mulheres estão passando juntos um período relativamente mais longo de suas vidas, in-

¹¹ UHLENBERG, Peter. Cohort variations in family life cycle experiences of U.S. females. *Journal of Marriage and the Family*, 36:284-92, May 1974.

¹² GLICK, Paul. The family cycle. *American Sociological Review*, 12:164-74, Apr. 1947. The life cycle of the family. *Marriage and Family Living*, 18:3-9, Feb.1955.

vestem um menor segmento de suas vidas na criação de filhos, e mais comumente tornam-se avós. Essa sequência tem sido uniforme para a maior parte da população desde o início do século XX. Em contraste com tempos passados, a maioria das famílias assiste sua prole atingir a maturidade, com os pais ainda vivos. Conforme salientado por Peter Uhlenberg:

O ciclo normal de família para mulheres, consistindo de uma sequência iniciada com a saída de casa, casamento, formação de família, criação de filhos, saída destes de casa e sobrevivência à idade de 50 anos com o primeiro casamento intacto, a menos que interrompido pelo divórcio, não foi o padrão dominante de determinação do tempo de família antes do início do século XX¹³.

Antes de 1900, apenas cerca de 40% da população feminina nos Estados Unidos experimentava esse tipo de ciclo de família ideal. O restante ou jamais se casava, ou jamais atingia idade matrimonial, morria antes da concepção, ou enviuvava enquanto seus filhos ainda eram pequenos¹⁴.

No século XIX, a combinação dos fatores mais idade quando do casamento e maior fertilidade, deixavam pouca oportunidade para uma família passar por um estágio de vazio. Anteriormente ao declínio na mortalidade entre os jovens, no início do século XX, o casamento era geralmente interrompido pela morte de um dos cônjuges antes do final do período de criação de filhos. Mesmo quando o pai sobrevivía aos anos de criação dos filhos, ele raramente sobrevivía ao casamento do segundo filho. Como resultado de maior fertilidade, os filhos eram espaçados por uma faixa de idade maior; freqüentemente, quando o filho mais novo estava iniciando sua vida escolar, o mais velho estava se preparando para o casamento. A combinação de casamento mais tarde, maior fertilidade e procriação bastante espaçada, resultou numa diferente determinação do tempo de transições de família. Os indivíduos tornavam-se pais mais tarde, mas arcavam com as responsabilidades de criação de filhos até quase o fim de suas vidas. Conseqüentemente as vidas de pais se justapunham às dos filhos por períodos mais curtos do que na sociedade atual.

Nas condições demográficas vigentes no século XIX, maiores índices de mortalidade e de fertilidade, funções den-

13 UHLENBERG, Cohort variations...

14 UHLENBERG, Peter. Changing configurations of the life course. In: HAREVEN, The family cycle...

tro da família eram menos especificamente vinculados à idade, e membros de diferentes grupos etários não eram, conseqüentemente, tão completamente segregados pelas tarefas que lhes cabiam executar. A distribuição de filhos por um amplo espectro etário na família tinha implicações importantes para os relacionamentos na família, bem como para seu preparo para papéis adultos. As crianças estavam habituadas a crescer com maior número de irmãos, e eram expostas a uma maior variedade de modelos dos quais escolher, do que teriam tido em núcleo pequeno de família. Filhos mais velhos geralmente tomavam conta de seus irmãos mais jovens. Irmãs principalmente tinham parcela importante da responsabilidade da criação dos irmãos menores, e geralmente atuavam como mãe substituta quando a mãe trabalhava fora, ou morria. A menor justaposição etária entre filhos e pais era também significativa: o filho mais velho era o que tinha maior possibilidade de justaposição com o pai na maturidade; o mais novo, a menor. O filho mais velho tinha maiores chances de iniciar uma carreira antes que os pais atingissem a velhice e dependência; os mais novos, tinham maiores probabilidades de assumir responsabilidades pelo sustento dos pais, ou justapor-se na maturidade com uma mãe viúva. O filho mais velho tinha maiores chances de justapor-se aos avós, enquanto que os mais novos, as menores. Filhos que se casavam com mais idade iriam muito provavelmente assumir a responsabilidade do sustento de uma mãe viúva, enquanto que os que casavam mais jovens dependiam de seus pais para moradia após o casamento¹⁵. Pode-se melhor apreender as implicações dessas diferenças de idade quanto a casamento, número de filhos, atribuição de tarefas, e justaposição de gerações, quando se levam em consideração as dúvidas e precariedade econômica que caracterizaram o período. Esses fatores fizeram com que a seqüência ordenada de progressão pelos estágios de ciclo de família, observados pelos sociólogos na população americana contemporânea, fosse impossível para a família do século XIX.

Outra comparação entre o que hoje em dia é considerado o ciclo de família "normal" e suas inúmeras variantes no século XIX, anula mais um estereótipo acerca do passado — ou seja, que a sociedade americana encontra-se em desintegração e diversificação na organização da família. Na verdade, as principais transições em papéis de família tem sido caracterizadas por maior estabilidade e conformidade, por causa das maiores oportunidades para continuidade de gerações. A oportunidade para um período significativo de justa-

15 UHLENBERG, Changing configurations..

posição nas vidas de avós e netos é um fenômeno do século XX, fato surpreendente que contradiz o mito popular de uma solidariedade na família no passado, que se baseava em laços de três gerações.

O significado relativo de transição para papéis de família também diferiu no século XIX. Já que a concepção era então passível de ocorrer bastante cedo depois do casamento, a principal transição na vida de uma mulher era representada pelo próprio casamento. Mas, como o intervalo entre casamento e primeira gravidez aumentou na sociedade moderna, a transição para a paternidade tornou-se mais significativa que a transição para o matrimônio. A limitação da família teve também impacto sobre a determinação do tempo no casamento. Já que o casamento não mais leva inevitavelmente à paternidade, o adiamento do mesmo não é mais necessário para o retardamento da procriação. No outro extremo do curso de vida, transições para fora de papéis paternos são muito mais críticas hoje em dia do que foram no passado, quando papéis paternos ou substitutos envolviam praticamente toda a vida adulta¹⁶. O término dos papéis paternos hoje em dia, implicam em mudanças de residência, de trabalho, e eventualmente às vezes, remoção para instituições ou asilos para idosos.

Algumas transições familiares são igualmente mais facilmente reversíveis hoje do que o foram no passado. Casamentos podem atualmente terminar por divórcio, enquanto que antes dos meados do século XIX, eles tinham maior probabilidade de terminar pela morte de um dos cônjuges.

O padrão histórico global de comportamento de família foi, portanto, marcado por uma inversão de forças involuntárias para voluntárias, controlando a determinação do tempo de eventos de família. Foi também caracterizado por uma maior rigidez e uniformidade na determinação do tempo de passagem de um papel de família para outro. Em sua comparação de tais transições na Filadélfia do século XIX com a atual, Modell, Furstenburg e Hershberg concluem que transições para papéis adultos (saída da família de origem, casamento e o estabelecimento de um lar próprio) seguem uma sequência mais ordenada e são atingidas mais rapidamente na vida de uma pessoa jovem de hoje em dia do que no século XIX. Essas transições para papéis familiares também coincidem atualmente com transições para papéis ocupacionais: "Transições na atualidade são mais contingentes e mais inte-

16 ROSSI, Alice. Transition to parenthood. *Journal of Marriage and the Family*, 30:26-40. Feb.1968.

gradas por estarem reprimidas por um conjunto de instituições formais. Ação “no tempo certo” para famílias do século XIX consistiam em reação solícita em períodos de dificuldades; no século XX, adequação de tempo conota aderência a um esquema”¹⁷.

Transições no curso de vida e estratégias de família

Quais fatores guiaram essas transições e passagens para papéis de família, o que constituiu continuidades e descontinuidades nessas transições, e como elas afetaram o comportamento da família? A pesquisa histórica apenas começa a formular essas indagações. Aparentemente, padrões “desordenados” na determinação do tempo de transições no século XIX foram resultado do papel especial que a família representou na sociedade e a opinião vigente de seu papel e organização. A família era uma instituição funcionando como uma unidade coletiva, e as funções de seus membros eram determinadas nessas bases.

Na sociedade moderna, costuma-se supor que a maioria das decisões de família e carreira profissional sejam efetuadas por indivíduos. Inclusive o casamento é considerado uma decisão individual, como uma atitude resultante na independência do jugo dos pais. Mas até recentemente, estas transições aparentemente individuais eram tratadas como movimentos de **família**, e conseqüentemente sincronizadas com outras necessidades e estratégias de família. O casamento não era encarado tanto como uma união entre dois indivíduos agindo livremente, mas como uma aliança entre duas famílias. Tanto a decisão de casar-se, como a escolha do cônjuge, e a determinação do tempo do evento dependiam de cálculos relacionados à transmissão de propriedade, obtenção de um emprego e moradia, sustento de pais envelhecendo, e uma ampla gama de outras necessidades de família; não se tratava meramente de um impulso de amor romântico. As coletivas de família tinham precedência sobre preferências individuais. As carreiras de indivíduos eram determinadas pela ideologia “familiarista” que permaneceu poderosa até o fim do século XIX, e que persistiu nas vidas de certos grupos sociais até o presente século.

Na sociedade ocidental de nossos dias, os principais encargos dos relacionamentos de família são emocionais, enquanto que, no século XIX, o peso maior caía sobre tarefas e necessidades econômicas. Essa situação não era, porém, li-

17 MODEL; FURSTENBERG; HERSHBERG.

mitada às classes trabalhadoras urbanas e rurais; a classe alta, da mesma forma, mantinha essa filosofia de instituição e de organização das relações familiares. Membros da família eram avaliados não somente pelo modo como se relacionavam entre si e pelo grau de satisfação emocional e nutricional que ofereciam, mas também pelas contribuições que podiam dar para a concretização de obrigações familiares e manutenção da continuidade e estabilidade da existência cotidiana da família. A família e os parentes eram principalmente valorizados por propiciar ajuda durante períodos de crise e necessidade, ficando subentendido que seu auxílio poderia receber retribuição no futuro¹⁸.

A relação entre maridos e mulheres, pais e filhos, parentes distantes, e membros da família e estranhos, eram baseadas em obrigações mútuas sancionadas socialmente, que transcendiam afetos e sentimentos pessoais. Os pais criavam e sustentavam seus filhos com a dupla expectativa de que os mesmos iriam começar a trabalhar assim que tivessem condições, e que ulteriormente sustentariam os pais na velhice. Esta visão "instrumental" das relações na família sobreviveu à revolução industrial e persiste nas vidas das famílias da classe trabalhadora e rurais. Porém, na ausência de bem-estar social institucionalizado, essas trocas instrumentais entre os membros da família no século XIX eram essenciais à sobrevivência. Constituíam a espinha dorsal das relações familiares, proporcionando continuidade de uma geração para a outra¹⁹.

Embora as obrigações que os membros da família tinham em relação aos demais não fossem definidas contratualmente, elas se apoiavam em normas sociais estabelecidas, e as famílias tinham seus próprios métodos de impô-las e de certificar-se que os membros mais jovens, principalmente, não colocassem seus próprios interesses acima dos da família como uma unidade coletiva. Na sociedade rural, essas sanções estavam baseadas na herança de terra, cujo controle permitia que pais em envelhecimento tivessem a necessária garantia de um sustento na velhice por parte dos filhos. Na sociedade industrial as sanções eram menos formais, e impostas principalmente pela necessidade de reciprocidade ditada pelas inseguranças da vida urbana. Assistência mútua por parte de parentes mais distantes estava mais relacionada ao auxílio rotineiro num esquema diário, tal como empréstimo de ferramentas, ajuda no atendimento às crianças, empréstimos em

18 ANDERSON.

19 ANDERSON: HAREVEN, Tamara K. The dynamics of kin in American industrial communities (a ser publicado).

dinheiro, partilha temporária de espaço residencial, e apoio durante situações de crise, tais como partos, doenças e morte. Trocas estruturadas e de amplo espectro através do curso da vida envolviam geralmente apenas parentes chegados — pais e filhos ou irmandade entre si.

Um dos objetivos subjacentes dessas relações recíprocas era a manutenção da auto-suficiência familiar. As famílias preferiam recorrer a seus próprios membros quando necessário do que a estranhos, mesmo quando estranhos estavam mais próximos. Esperava-se que os indivíduos adiassem ou mesmo sacrificassem o progresso individual caso esse colocasse em risco a autonomia da família como uma unidade, pois a autonomia doméstica era considerada o alicerce da auto-suficiência da família. Independente de classe, ocupação ou origem étnica, a maioria das organizações familiares americanas no século XIX eram nucleares, como são hoje em dia, refletindo o comprometimento da sociedade a esta autonomia. As famílias partilhavam seu espaço domiciliar com outros parentes apenas em último recurso, durante períodos de escassez de acomodações ou de sérias restrições econômicas²⁰. A residência de filhos casados no domicílio dos pais geralmente era apenas temporário. Casais jovens, particularmente no estágio de formação de família, empenhavam-se em estabelecer lares independentes; casais mais velhos, à medida que adentravam os últimos anos de vida, esforçavam-se para sustentar a independência domiciliar que tinham. Se domicílios tornavam-se extensivos, era geralmente bem tarde na vida. Na maioria das situações, mesmo as viúvas tentavam preservar seu próprio domicílio pela admissão de estranhos como pensionistas, a ter que morar nas casas de outros²¹. Não deve, porém, ser confundida a autonomia de domicílio com a noção de privacidade aceita em nossos dias. Quando as pessoas precisavam partilhar seu espaço residencial, não hesitavam em fazê-lo. Domicílios funcionavam como acordeões — se expandindo ou contraindo conforme as necessidades da família e condições externas.

De um modo geral, as famílias preferiam co-habitar com estranhos do que com parentes — ao menos, os inquilinos ou pensionistas na maioria das casas eram bem maior número que os parentes. Não se sabe o porquê, podendo-se apenas

20 A continuidade de domicílios nucleares foi confirmada por demógrafos em história, tanto para a Europa como para os Estados Unidos e tanto para o período pré-industrial como para o século XIX. Ver LASLETT & WALL e HAREVEN, Tamara K., ed. *Family and kin in American urban communities, 1780-1920*. New York, 1977.

21 MODEL, John & HAREVEN, Tamara K. Urbanization and the malleable household: an examination of boarding and lodging in American families. *Journal of Marriage and the Family*, 35:467-79, Aug. 1973; CHUDACOFF, Howard & HAREVEN, Tamara K. *The later years of life and the family cycle* (no prelo).

conjeturar que a aceitação de inquilinos ou pensionistas representava um relacionamento claramente definido como econômico, limitado a determinados períodos, enquanto que a partilha do lar com parentes poderia resultar em maior e mais envolvente violação do espaço doméstico, bem como dos conflitos em família. A reciprocidade nas relações de família portanto, tendia a ser mais expressiva nas trocas de recursos e serviços do que na partilha de espaço físico de moradia²².

Obrigações mútuas e necessidades na família impunham sérias pressões na determinação do tempo de transições de família, e certamente causa de complicações quando as preferências individuais entravam em conflito com o esquema de tempo coletivo da família. Crianças tinham que abandonar a escola e começar a trabalhar cedo para sustentar seus irmãos mais jovens, filhos e filhas freqüentemente eram forçados a adiar casamentos, ou nunca se casar, para sustentar pais idosos. Desejos individuais de sair de casa ou contrair núpcias eram freqüentemente frustrados pela necessidade de sustentação da família de origem. Os tipos de tensões e pressões oriundos dessas situações eram muito raramente registrados, não podendo, portanto, ser facilmente recuperados, mas os conflitos e frustrações experimentados pelos indivíduos quando tinham que abandonar seus próprios planos para atender necessidades da família ocasionalmente extravasam, principalmente em registros orais de história. A julgar por esses depoimentos ocasionais, membros da família freqüentemente se reconciliavam ou fugiam das tensões através movimentos drásticos, tais como sair de casa ou migrar. Quando assim procediam, abriam novas oportunidades para emprego e casamento, e propiciavam uma fuga, pelo menos temporária, das pressões da família. Casamento ou migração, porém, raramente quebravam o círculo mágico de obrigações para com os parentes para sempre; esse se estendia por todo o curso de vida.

A maneira pela qual conflitos na família se resolviam e como a distribuição de recursos era equalizada são ainda questões a serem exploradas. Sua existência é, em si, importante, no entanto; a ênfase neste trabalho sobre a viabilidade de relações instrumentais não deveria produzir uma nova série de clichês para a idealização do passado; deveria, pelo contrário, iluminar as flexibilidades na organização do domicílio e na distribuição de tarefas na família que serviram para solucionar as obrigações mútuas de membros da família e confrontar as incertezas de suas vidas.

Implicações históricas

Quais são as implicações dessas diferenças na distribuição do tempo de transições individuais para o entendimento de mudanças históricas na família em geral? Transições lentas e irregulares de indivíduos para fora da família de origem e dentro de papéis adultos independentes foram o resultado de uma integração mais na família de origem. Isto representava uma maior continuidade nas obrigações dos jovens para com seus pais, que atingia mais profundamente sua própria condição de adultos, e muitas vezes se justapunha às suas próprias responsabilidades paternas. Igualmente requeria um *prolongado aprendizado para futuros papéis de família* que os indivíduos representavam em suas famílias de origem e, portanto, uma transição menos abrupta quando se casavam e tornavam-se pais. Uma maior integração na família de origem oferecia maior oportunidade para troca ao longo do curso vital. No passado, obrigações familiares a longo termo eram imperativas em função das limitações de mortalidade, migração e econômicas sob as quais a maioria da população operava. Precedendo a sociedade "afluente" e a absorção de importantes funções da família pelos serviços estatais de assistência social, a família contava apenas consigo mesma para atender suas necessidades econômicas, prevenir-se contra dependência, e superar inseguranças e desastres. A ajuda mútua entre membros da família era essencial à sobrevivência. A moderna noção de carreiras autônomas independentes, linearmente dirigidas ao sucesso individual e um investimento quase que exclusivo na própria família conjugal, está em dissonância com as concepções de obrigações de família no passado. Sob as condições anteriores, quando carreiras profissionais eram instáveis e imprevisíveis, as inseguranças do mercado exigiam uma rígida integração e maleabilidade das tarefas e funções de diferentes membros da família. Quando ocorriam oportunidades de trabalho favoráveis a moças, uma filha era encaminhada para o mesmo, da mesma forma, oportunidades favoráveis a moços, tinham um filho mandado ao mercado de trabalho. Quando tanto o marido como a mulher encontravam trabalho fora de casa, passavam a partilhar as atividades domésticas também; se apenas um dos cônjuges encontrava serviço, o outro arcava com a maior carga dos serviços domésticos. Essa integração de indivíduos no esforço econômico da família é principalmente característica de sociedade rural, mas foi transferido também para a sociedade industrial nas vidas da classe trabalhadora²³.

23 HAREVEN, Family time...

Padrões individualistas de comportamento de família começaram a aparecer no século dezenove entre a classe média urbana, e com eles surgiram padrões de segregação em papéis de família. Famílias da classe média foram as primeiras a seguir uma nítida seqüência de determinação do tempo para ingresso e saída da escola de seus filhos, e a promulgar um padrão de carreira ordenado que levava da escolha de uma ocupação, saída do domicílio paterno, casamento, até a formação de nova família. Progressão ordenada ao longo do curso da vida e transições estruturadas de um estágio a outro estavam relacionados à “descoberta” de que a infância e subseqüentemente a adolescência constituíam estágios de vida distintos. A segregação de grupos etários segundo suas funções, também ocorreu primeiro entre famílias da classe média. O aparecimento da família na sua privacidade, centrada nos filhos e conscientemente se isolando do mundo exterior, ocasionou importantes redefinições de tradições, papéis e funções de família. Esse novo tipo de família dava ênfase à família como um centro para nutrição e afeto ao invés de uma instituição. Como seus salários não mais eram necessários, as mulheres e filhos da classe média foram dispensados da força de trabalho. O papel da esposa era de custódia da família e proteção do lar como um refúgio do mundo de trabalho, e as crianças, embora ajudando nas tarefas domésticas, estavam liberadas de sérias responsabilidades de trabalho até o fim da adolescência²⁴.

Membros de famílias nativas americanas da classe média foram os primeiros a se casar mais jovens, praticar o controle de natalidade, e reduzir o espaçamento entre concepções. Tanto em seu comportamento como em sua mentalidade, começaram a se aproximar do tipo de família classe-média que tornou-se tão comum no século XX. Famílias da classe-trabalhadora e de primeira geração de imigrantes, por outro lado, continuaram a manter a concepção tradicional de papéis, funções e padrões de determinação do tempo de família, pelo menos na primeira geração. Os diferentes grupos étnicos e a classe-trabalhadora desta forma ficaram para trás da classe-média na adoção dessa nova determinação do tempo e na segregação de papel entre as diferentes idades. O influxo de novos grupos de ambientes rurais e de cidades pequenas continuou a introduzir padrões de determinação do tempo pré-

24 SENNETT, Richard. *Families against the city*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1970; WELTER, Barbara. The cult of true womanhood: 1820-1860. *American Quarterly*, 18:151-74. Oct.1966; JEFFREY, Kirk. *Family history: the middle-class American family in the urban context*. Stanford, 1972. Ph.D Dissertation, Stanford University.; RYAN, Mary. *American society and the cult of domesticity*. Santa Barbara, 1972. Ph.D.Dissertation, University of California.

modernos a uma sociedade crescentemente homogeneizada. À medida que instituições governamentais assumiram gradativamente as funções de assistência social, educação e controle social que até então faziam parte da família, houve maior conformidade na determinação do tempo. A introdução gradual de exigências relacionadas à idade, como frequência à escola compulsória, legislação sobre o serviço de crianças e aposentadoria compulsória, se combinaram para impor padrões de determinação do tempo mais rígidos na sociedade maior, e com isso ocasionaram maior uniformidade na determinação do tempo de comportamento de família.

A sociedade americana moderna, desse modo, apresenta um paradoxo: enquanto que, por um lado, fatores involuntários influenciando a determinação do tempo de papéis de família declinaram e, por outro lado, meios voluntários de manipulação da determinação do tempo, adiando ou atrasando transições, manipulando uma variedade de papéis aumentaram, a resultante "liberalização" de padrões de determinação do tempo tem sido acompanhada por uma maior rigidez e uniformidade na determinação do tempo de transições de família do que ocorrera no passado. O aumento da uniformidade no tempo de família coincidiu com uma crescente diversidade tanto para escolha de carreira e oportunidades, como para acertos na família e fora dela. A ampliada estrutura de oportunidades, crescente afluência, e uma difusão de obrigações anteriormente confinadas à família presumivelmente deveriam ter levado a uma determinação do tempo mais flexível.

Mudanças na determinação do tempo, no entanto, nem sempre coincidem com a disponibilidade de oportunidades. Uma das mais importantes fontes de intranquilidade histórica, como demonstrado por exemplo pelo movimento feminista, tem sido a incongruência entre a norma de determinação do tempo e a disponibilidade de oportunidades na sociedade que se adaptem a essas normas. Durante determinados períodos históricos, indivíduos que desejaram seguir normas recentemente estabelecidas não puderam fazê-lo pela falta de oportunidades disponíveis. Por exemplo, mulheres atingiam idade para se casar, mas não podia por causa da desproporção numérica de sexos. Jovens atingiam a idade para começar a trabalhar, e constatavam não existirem empregos disponíveis. Esse desencontro entre determinação do tempo e oportunidade podia também assumir a forma oposta — sob certas condições, mudanças na estrutura de oportunidade podia alterar padrões de determinação do tempo, mas tradições familiares rígidas, bem como ideologia, podiam impedir que

os indivíduos reagissem conforme. Nos fins do século XIX por exemplo, fatores demográficos e ocupacionais se combinaram para oferecer condições ideais para o ingresso de mulheres casadas na força de trabalho, porém, padrões tradicionais de determinação do tempo e restrições ideológicas impediram que mulheres da classe-média tirassem proveito dessas oportunidades²⁵.

A homogeneização e crescente conformidade no comportamento de família não foram suficientemente iguais por mudanças ideológicas e de atitude correspondentes. Estabilidade demográfica tem sido acompanhada por conflito psicológico e interno na família. O aumento das chances de estabilidade na família resultante da redução de rupturas involuntárias (p. ex. declínio na mortalidade) tem sido contrabalançado pelo crescimento das voluntárias (p. ex. aumento nos índices de divórcio). O que isso sugere? Não serão as famílias capazes de atuar de uma maneira consistente e estável, conforme suposto pelas normas articuladas na sociedade maior? Ou será a família incapaz de tolerar a estabilidade demográfica que finalmente atingiu?

Estabilidade e conformidade, principalmente na sociedade afluyente, conduziram a uma maior concentração no conteúdo emocional e função da família. Em épocas nas quais a estabilidade da família estava em jogo, a satisfação emocional tinha menor importância do que as relações instrumentais. Pais onerados com a preocupação de criar inúmeros filhos tinham menos tempo e energia para questionar relações pessoais, sob condições de elevado índice de mortalidade e insegurança econômica. Continuidade e sobrevivência tinham precedência sobre intimidade. Em contraste, a ênfase sobre privacidade que caracteriza a moderna família nuclear aumentou o isolamento e forçou maridos e mulheres, pais e filhos a recorrerem a seus próprios recursos emocionais na família, eliminando dessa forma a oportunidade para diversificação na interação entre parentes e estranhos que existia nas famílias do século XIX.

O declínio nas relações de família instrumental e o correspondente surgimento de privacidade como a principal base ideológica da família na sociedade contribuíram para reforçar segregação de papel, por linhas de idade e sexo. A família moderna, privada e nuclear tem sido frequentemente caracterizada como representando progresso no sentido de

25 SMUTS, Robert, *Women and work in America*. New York, Schocken Books, 1971; SMITH, Daniel Scott, *Family limitation, sexual control, and domestic feminism in Victorian America*. In: HARTMAN, Mary & BANNER, Lois W., ed. *Clio's consciousness raised*. New York, Octagon Books, 1974. p.119-37.

uma existência de família mais racional e equalizada. O sociólogo William Goode, por exemplo, relacionou progresso no sentido de igualdade de papel-de-sexo, ao surgimento da “moderna” família conjugal²⁶. A experiência histórica efetivamente demonstra que o aumento em segregação de papel entre membros da família (um produto direto do isolamento da família-nuclear) tende a diminuir a oportunidade para igualdade na família. Demonstra, também, que segregações de sexo e idade em papéis de família foram invenções do século passado, ao invés de aspectos permanentes de comportamento da família. A maternidade como uma vocação em tempo integral, surgiu apenas desde meados do século XIX. Ironicamente, sua glorificação como um objetivo de vida para as mulheres, começou a aparecer a um tempo em que fatores demográficos e sociais encontravam-se reduzindo significativamente a proporção total da vida de uma mulher realmente necessária para esse fim²⁷. O tempo investido em várias funções e papéis de família ao longo do curso vital e sua significação estão ainda regulados pelos anacronismos do século XIX, e não estão em harmonia com as realidades demográficas e sociais modernas. Uma das principais tarefas das famílias de hoje em dia é superar essa barreira.

Defensores de mudança invocam precedente histórico para reforçar argumentos para reforma, enquanto que defensores de tradição utilizam-no para provar que estamos ameaçados pela desintegração social. Por toda a história americana, a família tem sido encarada como o sustentáculo da ordem social e estabilidade governamental. Quando processos societários maiores refletem sobre a família, eles são sempre encarados com grande inquietação. Desde os primeiros colonizadores de Plymouth até os reformadores e cientistas sociais modernos, o receio de desintegração da família tem assombrado a sociedade americana. Cada geração parece estar sendo testemunha de dificuldades e predizendo o colapso da família. A ciência social contribuiu com formulações teóricas a essas preocupações históricas; a desintegração de padrões tradicionais de família sob o impacto de mudança social e modernização tem sido a explicação sociológica padronizada para a “crise” da família contemporânea.

A descoberta de complexidade no comportamento de família no passado, particularmente no terreno da determinação do tempo, pode fornecer uma nova perspectiva sobre os problemas enfrentados pela família na sociedade contem-

26 GOODE.

27 ROSSI.

porânea. O modelo de comportamento de família que aparece do passado é um modelo de diversidade e flexibilidade, uma espécie de desordem controlada que variava de acordo com necessidades sociais e econômicas prementes. As complexidades, conflitos de papel, e variações impostos aos indivíduos na sociedade moderna requerem uma ainda maior diversidade e maleabilidade. Se nada mais, a história oferece prova de que famílias conseguem apresentar variedade e diversidade em sua organização e determinação do tempo, a incluir conflitos entre as necessidades de indivíduos e as demandas coletivas da família, sob condições históricas em mudança.

A família nunca foi um utópico refúgio do mundo, exceto na imaginação de reformadores sociais e cientistas sociais. Alguns dos principais problemas acossando a vida de família de hoje, derivam das pesadas demandas que lhe são feitas por indivíduos na sociedade, que requerem que ela seja um porto seguro e um abrigo do mundo exterior. A crescente inquietude da família moderna sugere a necessidade de expansão e diversidade no que se espera dela, e em sua adaptação às novas condições sociais, com diversificados esquemas de determinação do tempo e uma multiplicidade de papéis para seus membros, ao invés de buscar refúgio em um passado não existente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ANDERSON, M. **Family structure in nineteenth-century Lancashire.** Cambridge, Cambridge University Press, 1971.
- 2 ARIÈS, P. **Centuries of childhood.** New York, Random House, 1962.
- 3 CHUDACOFF, H. **Newlyweds and familial extension: first stages of the family cycle in Providence, R.L., 1864-1880.** A ser publicado em HAREVEN, T.K. & VINOVSIS, M., ed. **Demographic processes and family organization in nineteenth-century America.**
- 4 ——— & HAREVEN, T.K. **The later years of life and the family cycle.** (no prelo).
- 5 DEMOS, J. **A little commonwealth; family life in Plymouth Colony.** New York, Oxford University Press, 1970.
- 6 ELDER, G. **Family history and the life course.** In: HAREVEN, T.K., ed. **The family cycle and the life course in historical perspective.** (no prelo).
- 7 GLICK, P. **The family cycle.** *American Sociological Review*, 12: 164-74, Apr. 1947.
- 8 ———. **The life cycle of the family.** *Marriage and Family Living*, 18:3-9, Feb. 1955.

- 9 GOODE, W. The theory and measurement of family change. In: SHELDON, E.B. & MOORE, W., ed. **Indicators of social change; concepts and measurements**. New York, Russell Sage Foundation, 1968. p. 295-348.
- 10 ———. **World revolution and family patterns**. New York, Free Press, 1963.
- 11 GREVEN, P. **Four generations: population, land and family in colonial Andover, Massachusetts**. Ithaca, Cornell University-Press, 1970.
- 12 HAREVEN, T.K. The dynamics of kin in American industrial communities (a ser publicado).
- 13 ———. Family time and industrial time. **Journal of Urban History**, 1:365-89, May 1975.
- 14 ———. The history of the family as an interdisciplinary field. **Journal of Interdisciplinary History**, 2:399-414, Autumn 1971.
- 15 ———. Modernization and family history. **Signs**, 2:190-206, Autumn 1976.
- 16 ———, ed. **Family and kin in American urban communities, 1780-1920**. New York, 1977.
- 17 ——— & VINOVSIS, M. Marital fertility, ethnicity, and occupation in urban families; an analysis of South Boston and the South End in 1880. **Journal of Social History** ,3:69-93, Spring 1975.
- 18 JEFFREY, K. **Family history: the middle-class American family in the urban context**. Stanford, 1972. Ph.D. Dissertation, Stanford University.
- 19 LASLETT, P. & WALL, R., ed. **Household and family in past time**. Cambridge, Cambridge University Press, 1972.
- 20 MCLAUGHLIN, V.Y. Patterns of work and family organization: Buffalo's Italians **Journal of Interdisciplinary History**, 2:299-314, Autumn 1971.
- 21 MODELL, J. & HAREVEN, T.K. Urbanization and the malleable house-hold: an examination of boarding and lodging in American families. **Journal of Marriage and the Family**, 35:467-79, Aug. 1973.
- 22 ———; FURSTENBERG, F.; HERSHBERG, T. Social change and transitions to adulthood in historical perspective. **Journal of Family History**, 1:7-32, Autumn 1976.
- 23 PARSONS, T. The kinship system of the contemporary United States. **American Anthropologist**, 45:22-38, Jan./Mar. 1943.
- 24 ROSSI, A. Transition to parenthood. **Journal of Marriage and the Family**, 30:26-40, Feb. 1968.
- 25 RYAN, M. **American society and the cult of domesticity**. Santa Barbara, 1972. Ph.D. Dissertation, University of California.
- 26 SENNETT, R. **Families against the city**. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1970.

- 27 SMITH, D.S. Family limitation, sexual control, and domestic feminism in Victorian America. In: HARTMAN, M. & BANNER, L.W, ed. **Clio's consciousness raised**. New York, Octagon Books, 1974. p. 119-37.
- 28 SMUTS, R. **Women and work in America**. New York, Schocken Books, 1971.
- 29 UHLENBERG, P. Cohort variations in family life cycle experiences of U.S. females. **Journal of Marriage and the Family**, 36:284-92, May 1974.
- 30 ———. Changing configurations of the life course. In: HAREVEN, T.K., ed. **The family cycle and the life course in historical perspectives** (no prelo).
- 31 WELTER, B. The cult of true womanhood: 1820-1860. **American Quarterly**, 18:151-74, Oct. 1966.

ETNIA, ESTRATÉGIA POLÍTICA

ANAMARIA AIMORÉ BONIN

Professora Assistente do Departamento de Antropologia e Psicologia da Universidade Federal do Paraná.

ELISABETH FROHLICH MERCADANTE

Professora Assistente do Departamento de Antropologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RESUMO

Duas propostas têm sido colocadas quanto à questão da etnia em povos tribais: (1) A mobilização política indígena só terá sucesso, na medida em que este estiver totalmente integrado à sociedade nacional. Não mais como índio, mas enquanto proletário, lutará pela transformação social, abdicando de sua identidade étnica. (2) A etnia possui caráter contrastivo, obscurecendo as relações de classe. A noção de etnia é eternizada, mas esvaziada de seu conteúdo histórico.

Uma outra alternativa é proposta: (3) a própria etnia assume caráter estratégico-político, possuidora de conteúdo mobilizador frente aos avanços do capitalismo.

Introdução

O presente artigo pretende explorar algumas idéias que dizem respeito ao problema da etnia no estudo das populações tribais brasileiras.

Interessa-nos discutir como, e quem sabe, precisar que tipo de papel joga a noção de etnia na análise de populações indígenas.

Que implicações traz a utilização da categoria etnia para explicar os índios brasileiros? Seria essa uma noção ultrapassada tendo em vista a situação concreta desses índios na sociedade de classes? Teria a noção de etnia uma dimensão política no sentido de organizar politicamente um grupo para resistir ou conquistar novos espaços?

Essas questões iniciais colocadas, são algumas das que pretendemos responder ao longo de nosso artigo, para finalmente, quem sabe tentar recuperar o significado de noção de etnia.

Seria interessante, nesse momento, refletirmos um pouco a respeito de uma tese que frequentemente surge e que aponta que a mobilização política indígena somente deverá aparecer ao final do processo de integração do índio à sociedade nacional capitalista. Propõe ainda, essa mesma tese, que somente o indígena proletarizado, sem identificação étnica, é quem terá as condições acima apontadas. O índio, e nesse momento não mais como tal, mas como proletário é quem lutará pela transformação social, abdicando da sua própria identidade étnica. Essa perspectiva mostra que não há possibilidade de uma tomada de posição realmente revolucionária ao nível da própria etnia. Essa aparece como uma forma de camuflar problemas reais, problemas vividos que se dão ao nível das relações de produção e aparece também como uma expressão inadequada, como uma forma pré-política de reivindicar e de lutar. Finalizando, essa tese evidencia a impossibilidade de conciliar etnia e classe social.

Uma segunda tese, que também aparece com muita frequência, se opõe à primeira acima apresentada na medida em que destaca a etnia e obscurece as relações de classe. Os que se inserem nessa perspectiva se preocupam em captar o caráter contrastivo da noção de etnia como sendo o fundamental para a explicação da relação entre dois grupos etnicamente diversos. "A identidade contrastiva é uma identidade que surge por oposição implicando a formação do nós diante do outro, jamais se afirmando isoladamente"¹.

Na realidade, essa postura opõe índio x civilizado e pensa os indígenas como fazendo parte de uma sociedade, no caso tribal, que se contrapõe a uma outra que é a sociedade nacional.

Parece-nos, tendo em vista os objetivos desse artigo, que essas duas teses já são suficientes para pensarmos a respeito do tema.

A nosso ver, a problemática tribal e, tomando como exemplo o caso brasileiro, "só poderá ser pensada como fazendo parte da tão chamada questão agrária, e das modalidades gerais de extração do sobretrabalho"².

"A absorção da economia indígena pela economia capitalista apresenta duas modalidades de exploração que são: a exploração direta e a indireta"³. Essa última modalidade, a exploração indireta, se realiza nas relações comerciais. "Para os índios, comércio significa levar mercadorias ao centro mais próximo, convertê-las em dinheiro, adquirir o que não pro-

1 OLIVEIRA, R.C. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo, Pioneira, 1976. p.5.

2 CARVALHO, M.A. — *Sangue da terra; a luta armada no campo*. São Paulo, Brasil Debates, 1980. p.5.

3 CARVALHO, E.A. *As alternativas dos vencidos*. São Paulo, Paz e Terra, 1979. p.105.

duzem. Para os comerciantes, a produção indígena desvalorizada, prescindível, mas negociável, representa viabilidade de venda de bens de consumo, cujos mecanismos de fixação de preços transcendem a esfera regional"⁴.

A primeira forma, a exploração direta, é a fundamental, pois implica no assalariamento da mão-de-obra indígena no âmbito ocupacional da sociedade nacional, "desarticulando a economia cooperativa familiar, na medida em que individualiza a força de trabalho"⁵.

"A exploração é direta quando se realiza através dos meios de produção e da compra da força de trabalho, a fim de aplicá-la à produção econômica"⁶.

Nesse momento, convém destacar o tamanho insuficiente das terras indígenas, pois esse é um fator fundamental para o entendimento do assalariamento dos índios.

Carmem Junqueira analisa bem essa relação terra x assalariamento, ao estudar o caso dos índios Kaingang de São Paulo. Segundo ela,

o confinamento em território com dimensões incompatíveis com os procedimentos tradicionais e a exaustão das terras fazem com que a maior parcela da energia produtiva dos membros da comunidade seja drenada para fora. Assim, a sobrevivência do grupo passa a ser assegurada pelo assalariamento, enquanto o trabalho interno, realizado nas lavouras familiares, torna-se apenas complementar⁷.

É assim, "pela participação do índio como diarista, empregado ou assalariado regular que se marca o predomínio das relações de classe sobre as relações étnicas"⁸.

Por essa rápida análise, vemos que a situação das populações tribais brasileiras é determinada pelas relações de classe. Porém, a condição de classe não esclarece tudo a respeito dos indígenas, visto que a despeito dela há uma inequívoca identidade étnica que surge tanto ao nível do comportamento quando do discurso, a qual não se reduz a hábitos culturais, tradicionais ou à utilização de uma língua comum. Parece-nos que é principalmente uma questão da terra que a identidade étnica se explicita. Esse é um dado importante e que freqüentemente aparece nas colocações das populações tribais, tanto internamente, onde o indivíduo se identifica

4 CARVALHO. *As alternativas...*, p.106.

5 CARVALHO. *Sangue da terra*, p.2.

6 CARVALHO. *As alternativas...*, p.105.

7 JUNQUEIRA, C. Teoria e prática do indigenismo. *Cadernos da PUC. Ciências Sociais* (2):74, 1980.

8 CARVALHO. *As alternativas...*, p.105.

com o grupo e é identificado por este como índio, para ter acesso à terra, (os Tukuna, os Kaingang nos dão exemplos disso), e externamente o grupo utilizando a identidade para fazer frente à sociedade nacional, quando setores dessa última invadem as terras indígenas.

Outros exemplos empíricos que comprovam essa situação da identidade étnica são inúmeros e para isso basta o leitor estar atento às declarações feitas na imprensa nacional, por líderes indígenas.

A frase, “Índios, Operários, Lavradores, unidos jamais serão vencidos”, pronunciada na VI Assembléia Indígena, realizada no Paraná, ilustra bem o que acabamos de dizer. Nela o termo índio, não aparece como denotando apenas o fazer parte de um grupo cultural ou nacional com hábitos culturais diferentes, mas na medida em que está aliada às palavras operários e lavradores ganha um significado que nos leva a pensar os índios se representando como fazendo parte dos setores economicamente mais explorados da população. Seria, portanto, importante entender qual é o significado que a etnia assume para esses grupos. Ou seja, diante das colocações até agora feitas, parece que fica claro que os processos de expropriação e exploração do trabalho dão o nexo explicativo para se entender a questão tribal brasileira, porém também percebemos que a partir somente dessa perspectiva, esquecendo a dimensão étnica, o quadro não fica completo.

Interessa-nos compreender, não somente a questão do expropriado, do assalariado em geral, mas do assalariado indígena, do indígena que se vê ameaçado a cada momento em ser emancipado, em perder a posse da terra em que vive. Enfim, interessa-nos ver o quanto da especificidade das populações tribais pode ser mais aclarada a partir da etnia.

Algumas concepções teóricas a respeito da etnia

Revendando a literatura antropológica brasileira atual sobre a problemática indígena, mais especialmente no que diz respeito ao problema da etnia, destacamos três textos que trazem elementos enriquecedores para o entendimento da questão.

Estamos nos referindo aos textos “Os índios e nós” e “Etnicidade, indigenato, e indianidade”, do Prof. Darcy Ribeiro⁹, e “Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível”, de Manuela Carneiro da Cunha¹⁰.

9 Artigos publicados em *Ensaio insólito*. Porto Alegre, L & PM, 1979.

10 Artigo publicado em *Cultura e Política*, v.1, n.1, ago.1979.

Num primeiro momento, constatamos que Darcy Ribeiro parece perplexo quando verifica que, apesar das populações tribais terem sido massacradas durante tantos séculos, permaneçam índios. Segundo ele, “talvez seja assim porque sua identificação étnica esconde fatores que nosso nível de consciência social ainda não permite compreender” (p. 165).

A partir desse primeiro momento de perplexidade e de mistério, a categoria etnia passa nesses textos a crescer e a ocupar um lugar de fundamental importância, visto que,

a própria duração secular do drama indígena aí está a demonstrar que as etnias são entidades armadas de uma prodigiosa capacidade de resistência. Se os índios puderam enfrentar todas as pragas maiores da civilização — as guerras de extermínio, a escravidão, a desculturação, compulsória, a contaminação propositada, a catequese fanática, o indigenismo assimilacionista — e sobreviver a elas conservando, todos eles, sua identificação étnica e, alguns deles, sua língua e os traços de cultura compatíveis com sua nova vida, não é de supor que no futuro — gozando de uma liberdade que jamais tiveram, donos do comando do seu próprio destino e em condições econômicas melhoradas — venham a perecer. Tudo indica que as etnias sobreviverão a todas as instituições e estruturas sociais e aos Estados que surgiram depois delas e, seguramente, desaparecerão primeiro (p. 174 a 175).

Se por um lado, o texto acima selecionado estimula a nossa vocação antropológica a investigar um campo ainda pouco analisado ou, quem sabe, descobrir os mistérios que se escondem na etnia e na identificação étnica, por outro lado, ao colocar a compreensão dessa questão impossibilitada pelo nível de consciência só nos resta esperar. A possibilidade de se trabalhar concretamente a situação das populações tribais existentes diante dessa concepção fica quase que impossibilitada.

A noção de etnia fica assim eternizada, na medida em que seu conteúdo histórico foi esvaziado, e somos levados a crer que um mesmo fator que estaria na sua natureza faz com que ela resista, “às guerras de extermínio, a escravidão, a desculturação compulsória, a contaminação propositada, a catequese fanática, o indigenismo assimilacionista”.

Um outro caminho foi aberto pela leitura do texto “Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível”, de Manoela Carneiro da Cunha, no qual a etnia é entendida como forma de organização política.

Segundo a autora,

a etnia como forma de organização política só existe em um meio mais amplo, e é esse meio que fornece os quadros e as categorias dessa etnia. A cultura original de um grupo étnico na diáspora ou em situações de intenso contato não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função essencial e que se acresce às outras enquanto se torna cultura de contraste (p. 36).

Essa noção de etnia coloca como centro do problema a questão da cultura. Cultura agora passa a ser vista numa dimensão mais ampliada, numa perspectiva da dinâmica cultural. Não é mais o conjunto de hábitos, costumes e valores originais de um grupo, mas são os hábitos, valores e costumes de um grupo a se redefinirem constantemente. Esse é o seu novo caráter e, é assim que cultura passa agora a integrar a noção de etnia. Sintetizando, etnia seria uma forma de organização política, onde, e essa seria o que diferenciaria grupo étnico de outros grupos, “uma origem, uma cultura comum seriam os elementos de uma retórica utilizada pelo grupo para demarcar os seus limites” (p. 38). “A etnia não seria uma categoria analítica, mas uma categoria nativa, isto é, usada por agentes sociais para os quais ela é relevante” (p. 39).

A perspectiva da autora aponta imediatamente para a organização interna do grupo, na medida em que recupera a cultura redefinida, reinventada como núcleo central da etnia, mas não consegue dar conta da relação externa que significaria situar os indígenas na sociedade nacional e, nesse sentido, esquece de um aspecto fundamental da sua definição que diz que, “etnia como organização política só existe em um meio mais amplo, e é esse meio que fornece os quadros e as categorias dessa etnia”. Analisando dessa forma, Manuela C. Cunha explica muito pouco das possibilidades do grupo étnico trabalhar a sua etnia num sentido político, respondendo aos avanços, que dizem respeito principalmente à invasão das terras indígenas, por parte de determinados setores da sociedade mais ampla.

Parece-nos que a perspectiva da autora é a de colocar culturas em contraste e nesse sentido, não leva em conta outras mediações como, por exemplo, classe social, mais especificamente não faz a ligação entre etnia e classe social.

Nesse ponto achamos importante nos remetermos às questões propostas no início desse artigo. Isto é, de como a etnia pode captar e responder os problemas concretos (da classe) vividos pelas populações tribais.

Essa questão nos leva diretamente para a relação entre etnia e classe social.

A antropologia mexicana parece ter avançado na elaboração da análise do problema, isto é, no entendimento da etnia libertada da superestrutura (cultura e ideologia) e explicada a partir do nexo dado pelas classes sociais.

A análise de Stefano Varese desenvolve esta perspectiva e, ao contrário de Manuela C. da Cunha, aponta para o caráter estratégico e político da etnia, para o seu conteúdo mobilizador das populações tribais frente aos avanços da sociedade capitalista¹¹.

Varese está preocupado em ver como as contradições de classe são vistas a partir da etnia. 'Não somente as relações interétnicas na América Latina Contemporânea são sempre também relações de classe, senão que nelas é mais fácil que se evidenciem com poucas possibilidades de equívoco, os interesses em oposição de vários grupos sociais que interagem" (p. 6).

Ao continuar relacionando etnia e classe social, o autor não está automaticamente afirmando que se dá ao nível da etnia dominada uma consciência de classe, "senão melhor, a 'consciência real', a consciência da própria etnicidade se amplia como uma percepção resultante da evidente contraposição de interesses, no sentido mais amplo, que separa o grupo étnico, como tal do resto da sociedade envolvente". (p. 7)

Ainda para Varese, "'a consciência possível' de uma etnia, esta máxima adequação entre a realidade e sua representação por parte do grupo, está portanto estreitamente vinculada a uma situação de classe na qual se encontra inserida a grande maioria das etnias indígenas" (p. 7). A mobilização política de uma etnia se dá porque "sua posição no contexto social é uma posição de classe" (p. 9).

É efetivamente com Varese que novas possibilidades são abertas para se entender a categoria étnica, índio no Brasil numa perspectiva política.

Essa categoria genérica que, na verdade, engloba grupos etnicamente diferentes foi criada pelo colonizador para justificar sua posição de privilégio sobre as populações indígenas. Recentemente o termo índio tem sido apropriado pelos próprios índios, já que a generalização também indica que as diferentes tribos compartilham de uma situação comum, a de dominados. Essa apropriação da categoria pelos índios se reflete nos discursos feitos por líderes indígenas em diferentes encontros que têm sido patrocinados pelo CIMI, nas diferentes regiões do Brasil.

¹¹ VARESE, S. *Estratégia étnica ou estratégia de classe?* Barbados, 1977. Mimeografado.

Em função do que foi colocado, a própria definição do que significa ser índio hoje na sociedade brasileira, é um dado do social, muito mais que do cultural e tem um sentido político. Ser índio é ser dominado politicamente, é ser explorado economicamente e é, também, viver a cada momento com a possibilidade de ser expropriado, de perder a sua terra. E é, a partir daí, que ser índio se redefine em função de um problema político maior que se localiza na luta pela terra.

A perspectiva de Varese, na medida em que alia etnia à classe social, amplia a possibilidade de alianças políticas de indígenas com outras classes sociais dominadas, visto que a sua postura teórica faz com que as similaridades da situação econômica e política mais abrangentes apareçam, e é isso que concretamente une índios e brancos dominados.

Etnia e luta pela terra

Já vimos anteriormente que o problema das populações tribais brasileiras só poderia ser pensado como fazendo parte da questão agrária brasileira, a qual hoje se refere principalmente à questão da propriedade da terra. Os grandes conflitos que a todo momento são anunciados, estão sendo determinados pela expropriação da terra, em primeiro lugar e exploração do trabalho em segundo. Esses processos, expropriação e exploração, atingem uma grande parcela da população rural brasileira. Nesse sentido, é um problema que se estabelece ao nível das relações sociais de produção, vivido tanto por posseiros, colonos e também por índios. E assim sendo, a etnia em si não explica essa situação estrutural. É na luta pela terra, nos projetos que se tem em relação a ela, que a etnia aparece marcando a especificidade indígena que é “pelo direito e reconhecimento da propriedade tribal num código completamente distinto do que está por trás da idéia de pequena propriedade”¹².

A terra é uma forma de reforçar a identidade étnica, uma vez que é a dimensão espacial nas sociedades tribais é de fundamental importância para a sobrevivência dos povos indígenas. Dessa forma, a terra se constitui em instrumento de mobilização e luta política para a defesa das terras que estão sendo expropriadas, invadidas ou griladas.

A problemática das terras indígenas envolve relações políticas e sociais mais abrangentes que também aponta para diferenças na forma em que é vivida a exploração por índios por um lado, e pelos setores dominados da população rural

12 MARTINS, J.S. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo, Hucitec, 1980. p.24.

brasileira, por outro. Também a problemática das terras, engloba questões tais como a redefinição da política indigenista vigente, cuja linha ideológica integracionista, apoiada no instrumento legal que é o Estatuto do Índio, impõe aos povos indígenas o regime de propriedade privada, já que a propriedade coletiva da terra (que é a forma concebida pelas sociedades tribais) no Direito brasileiro não está devidamente regulamentada. Por outro lado, as populações indígenas não possuem representatividade na comunidade nacional e nem têm personalidade política. Sua posição na sociedade nacional é contraditória: o índio não é autônomo porque depende do Estado para garantir a sua autonomia e a terra indígena pertence à União. O paradoxo está no fato de que os povos indígenas são anteriores à própria Constituição brasileira.

O problema indígena é específico também porque a legislação brasileira assegura a esses povos, o direito às suas terras que, pela Emenda Constitucional n.º 1/69, art. 198, garante a inalienabilidade, posse permanente e usufruto das riquezas naturais e utilidades nelas existentes. Além disso, a relação índio/terra é uma relação que se poderia chamar total, no sentido que a terra envolve o uso de recursos econômicos, de relações sociais, políticas e religiosas. A terra para as populações tribais tem conotações diferentes daquelas da sociedade capitalista.

Entretanto, apesar de se colocar como garantidor das terras indígenas, é esse mesmo Estado que vai ser o maior responsável pela política de expropriação dessas terras. É importante ressaltar que quando projetos estatais são executados, isso é, feito geralmente sem a devida consulta e participação dos povos diretamente atingidos. Territórios indígenas são expropriados por parte do Estado e as indenizações são feitas geralmente em detrimento à integridade dos territórios anteriormente ocupados e não se leva em conta formas específicas de organização econômica, política e social desses povos. Tomemos os Xokleng de Ibirama, em que dois dos projetos de barragens vão alargar área indígena: a construção da barragem hidroelétrica de Tucuruí, que irá criar problema na Reserva Indígena Parakanã e Jucuruí; a construção de estradas de rodagem cortando território tribal, como a Transamazônica que atravessa território Arara, Juruna e Kararáô, para citar apenas alguns exemplos.

Diante desse quadro ambíguo, o Estado assegurando terras e também as expropriando, é que se deve entender o caráter político que a "indianidade" assume e, que se traduz na preservação e defesa de terras indígenas. Nonai, Rio das Cobras e Mangueirinha são bons exemplos disso.

A etnia que numa perspectiva tradicional levaria em conta hábitos, costumes e valores para definir as fronteiras culturais entre os grupos, indicaria os Kaingang, os Terena, os Xavante, os Kamaiurá, etc. Estes, ao se identificarem como índios, colocam-se numa condição de igualdade frente a uma situação de exploração e expropriação que parte do Estado e de setores da sociedade nacional.

A indianidade, portanto, aparece como processo político através do qual essas populações se constituem em "índio". Ou seja, a indianidade faz referência ao processo de constituição de alianças políticas através do qual esses grupos se juntam para lutar contra a ameaça de expulsão das terras.

O termo índio passa, assim, a promover um laço político entre os indivíduos ou as etnias vítimas de um mesmo processo de dominação.

No que se refere às consequências da mobilização política indígena, elas irão depender do tipo de alianças que o índio poderá estabelecer com as demais classes dominadas e da força que o índio terá nesta aliança para garantir uma forma específica de utilização da terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BOLETIM DO CIMI, Brasília, v.9, n.63, abr.1980.
- 2 CARVALHO, E.A. **As alternativas dos vencidos**. São Paulo, Paz e Terra, 1979.
- 3 CARVALHO, M. **Sangue da Terra**; a luta armada no campo. São Paulo, Brasil Debates, 1980.
- 4 CUNHA, M.C. **Etnicidade: da cultura residual mas irredutível. Cultura e Política**, v.1, n.1, ago.1979.
- 5 JUNQUEIRA, C. Teoria e prática do indigenismo. **Cadernos da PUC. Ciências Sociais** (2):59-79, 1980.
- 6 LENZ, M.M., coord. **A igreja e a propriedade da terra no Brasil**. São Paulo, Loyola, 1980.
- 7 MARTINS, J.S. **Expropriação e violência**; a questão política no campo. São Paulo, Hucitec, 1980.
- 8 OLIVEIRA, R.C. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo, Pioneira, 1976.
- 9 PORANTIM, Brasília, n.19/20, jun./jul.1980; n.21, ago.1980.
- 10 QUEIROZ, R.C. **A igreja pobre na América Latina**. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- 11 RIBEIRO, D. **Ensaio insólito**. Porto Alegre, L & PM, 1980.
- 12 VARESE, S. **Estratégia étnica ou estratégia de classe?** Barbados, 1977. Mimeografado.

CONSTRUÇÃO DE GRÁFICOS E LINGUAGEM VISUAL

JAYME ANTONIO CARDOSO

Professor Adjunto do Departamento de História da
UFPR, estagiário do "Laboratoire de Graphique",
de Paris.*

RESUMO

A *Graphique* é uma proposta inteiramente nova no mundo das imagens. Acima de tudo, permite transformar gráficos feitos para "ler" em gráficos para "ver"; substitui gráficos ilustrativos em construções operacionais. Além de provocar uma revisão fundamental das concepções tradicionais de elaboração de gráficos, oferece ainda instrumentos gráficos de tratamento de dados.

A "semiologia gráfica"

A necessidade das representações gráficas pode ser avaliada pela grande quantidade delas encontrada em livros, teses, artigos, revistas e jornais.

A utilidade dessas representações, por outro lado, está sempre na dependência direta dos princípios que dirigiram sua elaboração. Em outros termos, a eficácia de uma representação está intimamente ligada à concepção de representação gráfica que tem seu autor.

Com exceções muito raras, as representações gráficas, sob quaisquer de suas formas (diagramas diversos, curvas ou mapas) são concebidas como **ilustração**; esta é uma evidência, não apenas pelos resultados comumente apresentados, mas até mesmo pelas definições encontradas em algumas publicações tidas por especializadas.

Assim é que todos os que chamam a atenção para a representação gráfica como sendo um instrumento auxiliar da análise estatística, ou que é útil por ser agradável à vista, ou

* Estágio realizado em 1983, com apoio do CNPq.

que serve para ilustrar ou acentuar determinados itens, evidenciam uma concepção do gráfico que não tem nada a ver com regras da linguagem visual.

Para a maioria dos casos, as representações gráficas elaboradas nessa ótica, exigem do leitor uma atenção demorada, e depois de algum tempo passado a "ler" detalhe por detalhe é que o leitor chegará a perceber alguma coisa.

Transformar gráficos (e mapas) feitos para "ler" em gráficos para "ver", implica em rever concepções tradicionais que dão prioridade ao estético (para as quais os gráficos não passam de ilustrações, imagens figurativas), para dar lugar a princípios que permitam a construção de gráficos e mapas para "ver"; a partir de então não se fala mais em desenhar ilustrações, mas em construir uma imagem viva, operacional.

Esta é a proposta da "Graphique"¹, disciplina recentemente sistematizada no "Laboratoire de Graphique" da "Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales", de Paris, e cujo diretor, Jacques Bertin, foi o primeiro a lançar as bases de uma estrutura da linguagem gráfica.

Já se tornou clássica a primeira grande obra de Bertin, "Sémiologie Graphique"², bem como é fundamental sua publicação mais recente, "La Graphique et le traitement graphique de l'information"³ com traduções publicadas em inglês, italiano, alemão, japonês, e outras em preparação. Igualmente importante e muito bem sucedido por suas características didáticas é o livro "Initiation à la Graphique"⁴ de Serge Bonin, colaborador direto de Bertin. Uma importante experiência de ensino na escola através da "Graphique" é de que trata Roberto Gimeno em "Apprendre à l'Ecole par La Graphique"⁵.

Este artigo inspira-se largamente nestas obras e outros artigos, nos quais está fundamentado.

Desde 1978 esta nova disciplina tem sido regularmente ministrada pelo autor deste artigo na Universidade Federal do Paraná nos cursos de Mestrado e Doutorado em História, além de cursos especiais e conferências em outros setores da Universidade e mesmo fora dela.

O ponto de partida da "Graphique" é tão simples quanto fundamental. O gráfico (expressão que será usada aqui para indicar qualquer tipo de representação) jamais é admitido

1 "La Graphique" é o termo encontrado por Jacques Bertin para denominar o conjunto de princípios e de instrumentos de representações gráficas e de tratamento gráfico de dados. Propõe-se aqui "Neogrática", como tradução.

2 BERTIN, Jacques. *Sémiologie Graphique*. Paris, Mouton, 1967. 417 p.

3 ———. *La Graphique et le traitement graphique de l'information*. Paris, Flammarion, 1977. 277 p.

4 BONIN, Serge. *Initiation à la Graphique*. Paris, Epi, 1975. 170 p. Com tradução brasileira de J.A.Cardoso e M.C.Cardoso, aguardando publicação.

5 GIMENO, Roberto. *Apprendre à l'école par la Graphique*. Paris, Retz, 1980. 192 p.

como mera ilustração, e deve acima de tudo ser um **instrumento de trabalho** do seu autor. Autor é aquele que constrói o gráfico e não o desenhista que fará o acabamento, que “passa a limpo”.

Tanto no processo de construção do gráfico (repita-se, um gráfico é construído, e não apenas desenhado), como no de sua apresentação aos leitores (o que, apesar de tudo, é uma conseqüência secundária), o pesquisador deve obedecer às propriedades específicas da percepção visual. Neste caso, será possível utilizar convenientemente as variáveis visuais e construir uma imagem útil, eficaz.

Não se trata de fazer uma primeira e única construção, que uma vez desenhada — quase sempre conforme os hábitos adquiridos por soluções conhecidas para casos aparentemente semelhantes — está fixada em definitivo, mas sim de construir um gráfico transformável, e reconstruí-lo tantas vezes quantas sejam necessárias, até que finalmente possa revelar as relações existentes entre os dados da informação. Como diz Bertin, a “Graphique” é a **forma visual** da reflexão lógica⁶.

A linguagem visual constitui um sistema de percepção **espacial** (três variáveis: os dois eixos do plano, X e Y, e o que está representado nesse plano, Z) e **atemporal** (tudo é visto instantaneamente). O olho humano tem o poder de ver e de registrar a imagem toda, integralmente, em apenas um instante de percepção; isto equivale a dizer que todo gráfico que exige demorada “leitura”, é ineficaz. E ainda, o olho humano, antes de tudo, generaliza, vê o conjunto, e só depois vai ao detalhe (processo que é inverso ao da linguagem verbal). Por conseguinte, é preciso realizar uma construção que favoreça, em primeiro lugar, a compreensão imediata do conjunto da informação⁷.

Para a “Graphique”, uma representação gráfica tem por objeto fazer aparecer todas as relações que existem entre os elementos, rigorosamente definidos pela legenda e admitidos como tais⁸.

Não é possível, através de um pequeno artigo como este, resumir os princípios da “Graphique” e suas aplicações. A intenção é de chamar a atenção de todos os que se interessam por representações gráficas para este inovador e extraordinário instrumento que é a “Graphique”.

6 BERTIN, J. in GIMENO, p. 5.

7 BONIN, pp. 40-41.

8 BERTIN, J. *Le traitement graphique de l'information*. Paris, Laboratoire de Cartographie, Ecole Pratique des Hautes Etudes, 1973. p. 2.

Com esse objetivo, a título de indicação e também com a preocupação de que estas páginas demonstrem a utilidade prática desta nova disciplina, serão apresentadas algumas noções básicas, sempre com o auxílio das obras de Bertin e de Bonin.

Alguns princípios de base

Toda e qualquer representação realizada num plano (X, Y), toma a forma de um **ponto**, de uma **linha**, ou de uma **zona**. O ponto e a linha podem variar de superfície, de tamanho, enquanto que a zona não pode variar de superfície; porém, é possível fazer nela uma representação em terceira dimensão (Z) por meio de uma variável visual.

Ponto, linha e zona são os três tipos de **implantação** no **plano**. Com eles é possível construir os diversos tipos de representação gráfica, isto é, redes, mapas e diagramas (é a **imposição**, a utilização das dimensões do plano). Plano, implantação, imposição, constituem o suporte do sistema gráfico".

Ao se construir um gráfico, o que é que se procura representar? São os "componentes", os elementos variáveis de uma informação.

Fica evidente que a eficácia de uma representação gráfica só pode ser conseguida na medida em que se chega a estabelecer uma imediata correspondência entre as características desses componentes e as "variáveis visuais" escolhidas para representá-los.

Assim sendo, há duas etapas a observar quando se pensa em construir gráficos: 1. definir as características dos componentes; 2. escolher, dentre as variáveis visuais disponíveis, qual ou quais que melhor representam tais componentes.

Os elementos que constituem o componente, ou os componentes, podem ser **diferentes** entre si, ou podem estar unidos por uma **relação de ordem**, ou podem exprimir **quantidades**; isto permite distinguir três níveis de organização: o **nível diferencial**, o **nível ordenado**, o **nível quantitativo**⁹. Fatores diferentes entre si também podem gerar a noção oposta de **associação** (é possível ver num pomar árvores frutíferas diferentes entre si, mas também é possível interessar-se pelo pomar como um todo, onde existem árvores diferentes). Na associatividade, os sinais podem ser vistos como semelhantes.

⁹ BONIN, p. 78.

¹⁰ BONIN, p. 72.

As propriedades dos elementos variáveis dos dados podem ser resumidas da seguinte maneira:

Associação	Diferença	Ordem	Quantidade
\equiv	\neq	\bigcirc	Q

Para exemplificar: um certo número de crianças no pátio de uma escola, reunidas em grupos de 2, 5, 10 crianças ou mais, indica **quantidade** (Q). Essas mesmas crianças, separadas por altura em grupos de crianças pequenas, médias, altas e muito altas, indica uma relação de **ordem** (O), pois há uma ordem natural a ser observada, e que é de imediato aceita por todos (assim como as sensações de temperatura, a ordem dos meses, do ano), ordem que não é possível alterar. Mas se essas crianças forem apresentadas enquanto indivíduos, isoladamente, elas são apenas pessoas **diferentes** umas das outras (da mesma forma como são diferentes entre si carros de marcas diversas). Neste caso em que os elementos são apenas **diferentes** entre si, é possível (se for desejável) seleccioná-los segundo um critério a ser definido conforme o interesse em questão. Disto decorre que tudo que for **ordenado** naturalmente não pode ser permutado, mas tudo que for **diferencial** pode ser **ordenável**¹¹.

As variáveis visuais

Cumprida esta etapa, observados esses princípios, fica definido o nível de organização dos componentes a representar no plano, isto é, se é quantitativo, ordenado ou diferencial. Agora resta saber qual ou quais variáveis visuais serão mais adequadas à sua representação.

Quais são as variáveis visuais disponíveis e que podem ser aplicadas para transcrição de componentes nas duas dimensões do plano, portanto, em Z?

O quadro a seguir pretende resumir a questão dos componentes e sua organização em relação às variáveis visuais, e que aspectos estas assumem nas diferentes implantações¹².

¹¹ BONIN, p. 76.

¹² Este tema é amplamente tratado por Bertin (*Sémiologie...* pp. 41-97, *La Graphique...* pp. 186-232) e por Bonin (*Initiation...* pp. 86-111).

No quadro, item cor, pintar com verde, vermelho e azul, de mesma intensidade.

VARIÁVEIS VISUAIS	PROPRIEDADES DAS VARIÁVEIS VISUAIS				I M P L A N T A Ç Ã O		
					P O N T O	L I N H A	Z O N A
TAMANHO							
INTENSIDADE (valor)							
GRANULAÇÃO (grão)							
COR							
ORIENTAÇÃO							
FORMA							

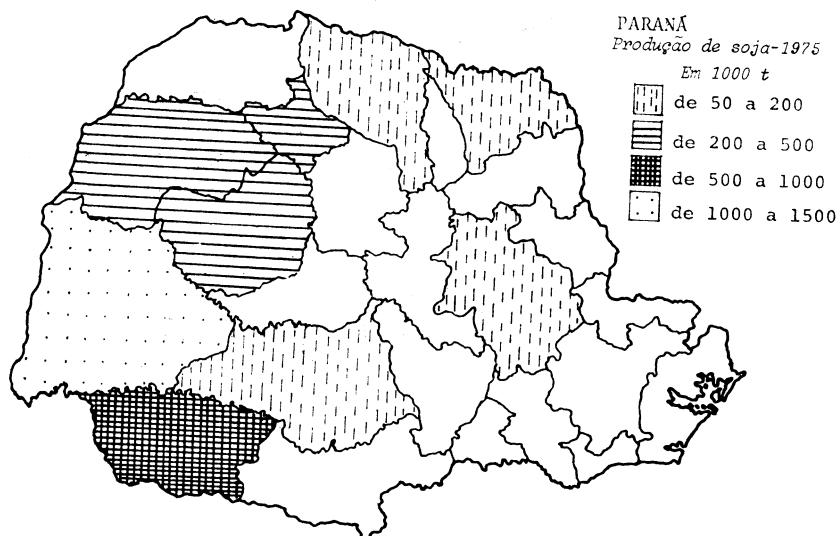
1. A variação de **tamanho** consiste na variação das alturas de barras ou variação do volume de círculos (na implantação pontual), na variação da espessura de linhas (em implantação linear) e na variação de volume de múltiplos pontos e de espessura de linhas (em implantação zonal).

A propriedade fundamental desta variável é que somente ela pode transcrever inequivocamente **quantidades**. Ainda que seja possível observar diferenças e ordenação quando se aplica a variação de tamanho (uma vez que uma barra de um centímetro é menor do que outra de dois centímetros e maior que outra de meio centímetro; ou então, que uma é diferente da outra), esta variável transmite acima de tudo a idéia de **quantidade**.

Na escolha dos diferentes tamanhos a aplicar (de círculos, de barras, ou espessura de linhas) é importante que a distância entre eles seja suficientemente grande para que possa revelar de imediato as diferenças entre os elementos.

2. A variação de **intensidade** (ou de **valor**) é aquela que vai do branco ao preto, passando, de um extremo ao outro, por uma gama muito variada de tons cinzas.

A aplicação desta variável é muito corrente nas diversas representações gráficas que envolvem superfície, em particular mapas. Também é nesta aplicação que, para um grande número de exemplos, fica evidenciado o desconhecimento de princípios na sua elaboração. Isto porque é comum a utilização de uma escala que vai do branco ao preto passando por dois ou três tons cinzas, mas que são distribuídos ao acaso na legenda, como no exemplo a seguir.

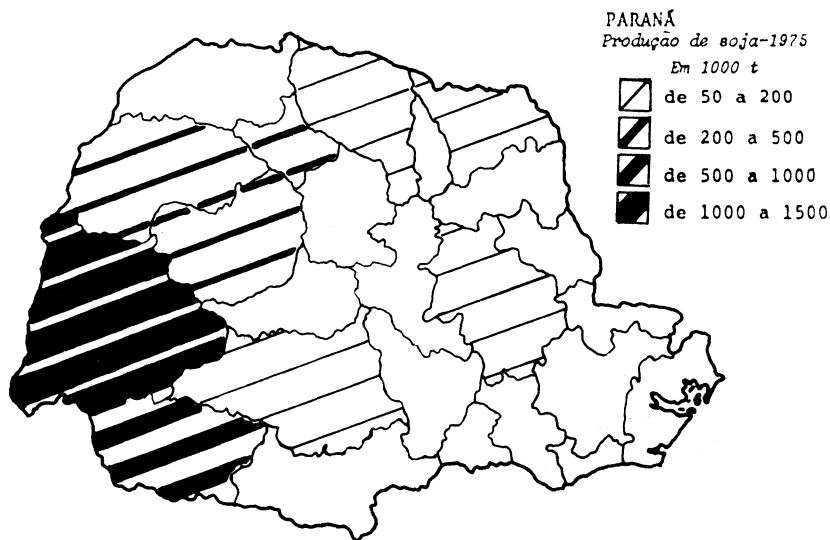


Há um evidente contraste entre o que o olho percebe, sem recorrer à legenda, e o que esta indica. Como exercício, basta que se cubra a legenda e se peça a alguém para indicar as regiões conforme a produção, da maior para a menor.

Isto ocorre porque a percepção natural observa uma progressão que vai do branco ao preto, concluindo-se facilmente que o preto é o que representa o valor maior, o branco representa o valor menor. Por consequência, a mesma ordem observada do **valor menor ao valor maior** nas diferentes classes, deve ser também representada num escalonamento correspondente de tons que começam com o branco (valor menor) e terminam com o preto (valor maior). Qualquer intercalação inadequada significa transgredir as propriedades naturais da visão e falsear a informação.

Além disto, neste exemplo a aplicação da variação de intensidade demonstra que não é eficaz para a representação de quantidades; mesmo a ordem do maior produtor ao menor produtor é percebida após leitura e memorização da legenda; não é espontânea.

A solução apresentada a seguir foi elaborada com um mesmo número de linhas com espessuras diferentes (variação de tamanho; também poderia ser com múltiplos pontos). Neste exemplo, as propriedades da variação de tamanho ficam evidenciadas pela eficácia na representação das quantidades e, secundariamente, pela visualização de uma ordem correspondente às classes de quantidades.



A aplicação mais eficiente da variação de intensidade é obtida na implantação zonal, e deve ser evitado um número muito grande de níveis para que as diferenças entre um e outro sejam visíveis facilmente.

Ainda que a variação de intensidade possa transcrever diferenças entre os elementos (uma tonalidade cinza é diferente de outra e ambas diferentes do branco) essa variável transmite, acima de tudo, uma noção de **ordem**.

Pode-se obter o mesmo efeito servindo-se da variação de tons de uma mesma cor (do branco ao vermelho, do branco ao azul, etc.), mas de aplicação dispensável face à grande variação de cinzas que são disponíveis, e ainda porque a reprodução a cores é de custo elevado.

A variação de **tamanho** e a variação de **intensidade** são as variáveis de mais ampla aplicação, como demonstra a prática.

3. A variação de **grão**, ou **granulação**, é a redução fotográfica de uma textura dada¹³; é quando a dimensão dos elementos constitutivos de uma trama (textura) pode variar sem que mude a relação branco/preto (o valor)¹⁴.

Esta variável tem sua aplicação melhor em implantação zonal, mas desde que se sirva de um reduzido número de classes (3 ou 4). É preciso observar que para duas áreas de iguais dimensões não há variação da quantidade de preto e de branco, e a dificuldade na sua execução pode gerar confusão com a variação de tamanho de linhas ou de pontos (nesta, o número de linhas e de pontos é sempre o mesmo, variando sim o seu tamanho).

A variação de **grão** pode ser ordenada e associativa, mas acima de tudo é seletiva, ou seja, transcreve diferenças. Na percepção ordenada é possível transcrever um número maior de classes do que na percepção seletiva.

4. Variação de **cor**. A aplicação da cor nas representações gráficas foi amplamente tratada nos livros de Bertin. Trata-se de tema difícil, e no que concerne suas aplicações pela "Graphique", oferece vantagens e desvantagens.

Vantagens devido à sua seletividade, com propriedades diferenciais acentuadas. A variação de cor é somente diferencial e muito seletiva. A seletividade será maior na medida em que forem utilizadas conjuntamente os tons frios e quentes (verde e vermelho, azul e laranja)¹⁵.

13 BERTIN, *La Graphique...*, p. 215.

14 BONIN, p. 94.

15 BONIN, p. 92.

Neste caso, a variação de cor é eficiente na transcrição de componentes diferenciais, e é na implantação zonal que sua aplicação tem melhor efeito.

Mas é preciso considerar que o custo de execução de trabalhos a cores é bastante elevado e outra variável pode ser aplicada em substituição.

É possível servir-se da variação de cor para representar componentes ordenados, desde que se provoque uma variação de intensidade ordenando as cores puras nos tons frios (verde, azul, violeta) ou nos tons quentes (laranja, vermelho, vinho). Mas isto pode ser feito também com a variação de intensidade do branco ao preto, passando pelos tons cinzas.

5 e 6. A variação de **orientação** e a variação de **forma** têm aplicação bastante restrita e é na implantação pontual que são mais eficientes, e sempre para transcrever componentes diferenciais. Tanto uma como outra dessas variáveis, ainda que possam mostrar de imediato as diferenças entre um sinal e outro (um triângulo é diferente de um círculo; um traço vertical é nitidamente diferente de um traço horizontal) podem facilmente despertar a idéia de associatividade se os sinais forem numerosos e aplicados em tamanhos e tons iguais. Neste caso, a seletividade não existirá, ficando a observação somente a nível de detalhe.

Em conclusão, é possível deduzir que todas as variáveis visuais (tamanho, intensidade, granulação, cor, orientação, forma) podem ser aplicadas pela combinação de várias delas entre si, para favorecer a percepção imediata das relações entre os elementos.

A “construção” de gráficos

Um ponto de partida importante na elaboração de um gráfico, como já ficou salientado na introdução, é visar desde o início estabelecer um instrumento de trabalho e não um desenho ilustrativo que é feito numa primeira e definitiva tentativa. Na verdade, somente após tantas transformações quantas forem necessárias é que se pode chegar a um gráfico que revele todas as relações entre os elementos que compõem a informação em questão.

É bom salientar que não há uma única e perfeita solução gráfica para um determinado problema, mas que, entre várias, existirá sempre uma melhor do que as outras, e esta será a que permitir visão imediata e mais completa possível do conjunto da informação.

Servindo-se de algumas soluções encontradas para trabalhos acadêmicos na Universidade Federal do Paraná, e outros, procurar-se-á levantar alguns princípios que regem a construção de gráficos, segundo a "Graphique". Como orientação, serão descritas as etapas que levaram à construção final.

Sobretudo quando se tem como objetivo chegar a uma imagem como resultado final (que é o que mais facilmente o olho retém), o melhor caminho é iniciado por uma construção **ortogonal**. Isto porque o olho segue um percurso retilíneo e a melhor separação entre dois percursos retilíneos é feita à partir de um ângulo reto.¹⁶

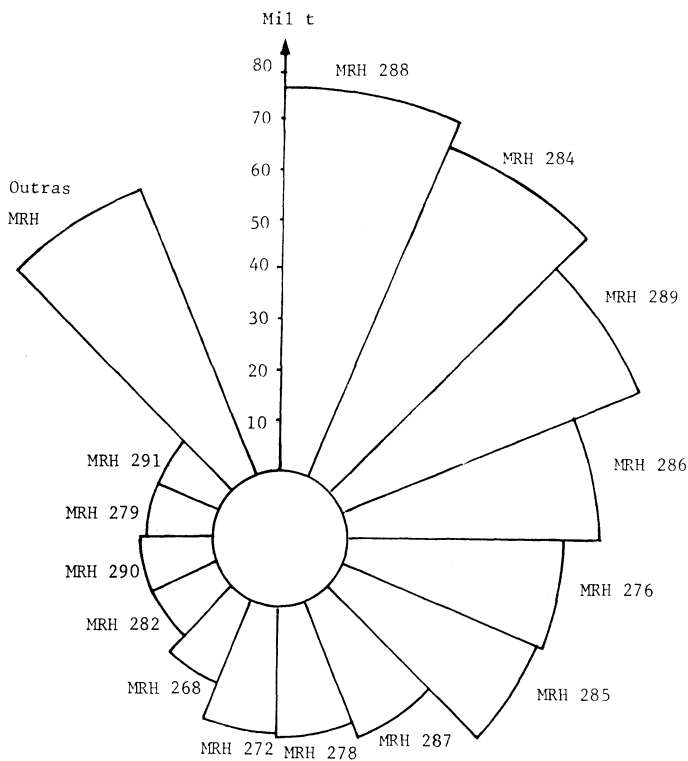
1º caso — A tabela a seguir dá a relação das microrregiões homogêneas do Paraná e suas produções de feijão em 1977:

Microrregiões homogêneas	Produção (t)
MRH 268 — Curitiba	18 465
MRH 272 — Campos de Lapa	25 604
MRH 276 — Colonial de Irati	44 341
MRH 278 — Norte Velho de Venceslau Braz . .	26 901
MRH 279 — Norte Velho de Jacarezinho	13 456
MRH 282 — Norte Novo de Maringá	14 327
MRH 284 — Norte Novo de Apucarana	71 869
MRH 285 — Norte Novíssimo de Umuarama . .	42 981
MRH 286 — Campo Mourão	50 828
MRH 287 — Pitanga	29 760
MRH 288 — Extremo Oeste Paranaense	77 088
MRH 289 — Sudoeste Paranaense	63 629
MRH 290 — Campos de Guarapuava	13 926
MRH 291 — Médio Iguaçu	13 001
Outras MRH	70 709
Estado	576 885

Entre as diversas soluções possíveis para a representação desses dados, a que é apresentada a seguir (1) é uma solução circular.

¹⁶ BONIN, p. 112.

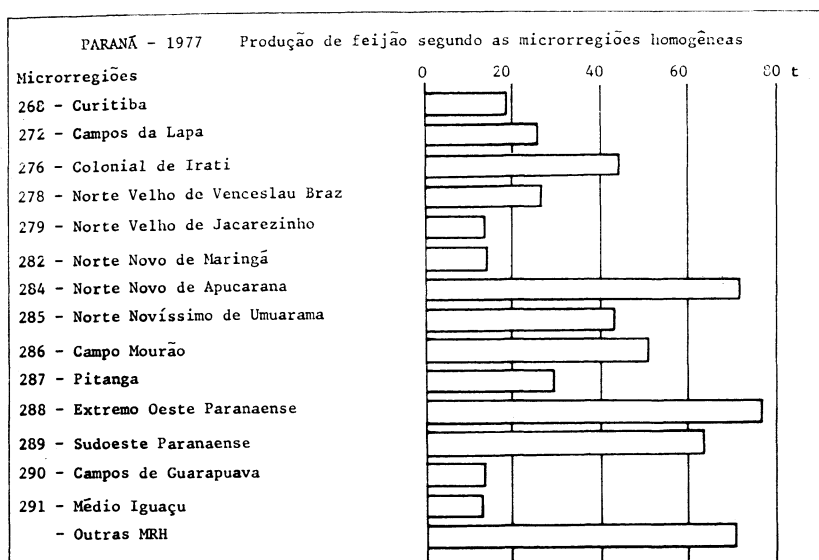
1



1. Nesta representação, as microrregiões estão **classifi- ifi-** cadas por ordem de produção, onde “outras MRH” aparece com destaque porque é soma de dez delas. A **ordenação** das quantidades, neste caso, só permite a leitura do detalhe: quem produz mais e quem produz menos.

Uma alternativa de construção é a ortogonal.

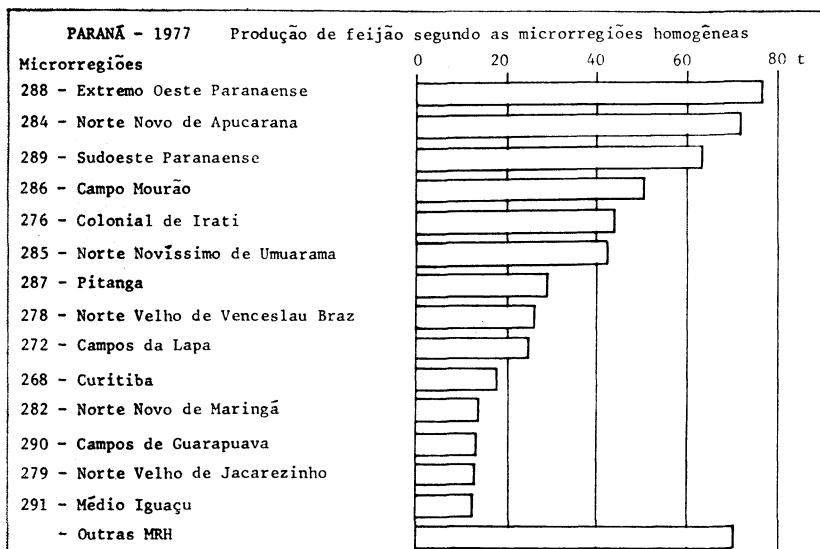
2



2. A construção ortogonal oferece muitas vantagens sobre qualquer tipo de construção circular. Mas neste caso, se observada a ordem das microrregiões conforme sua identificação oficial, não leva a nada, pois não aparece **classificação nenhuma**, a não ser a constatação dos maiores produtores e dos menores produtores, e ainda, que “outras MRH” produzem bastante.

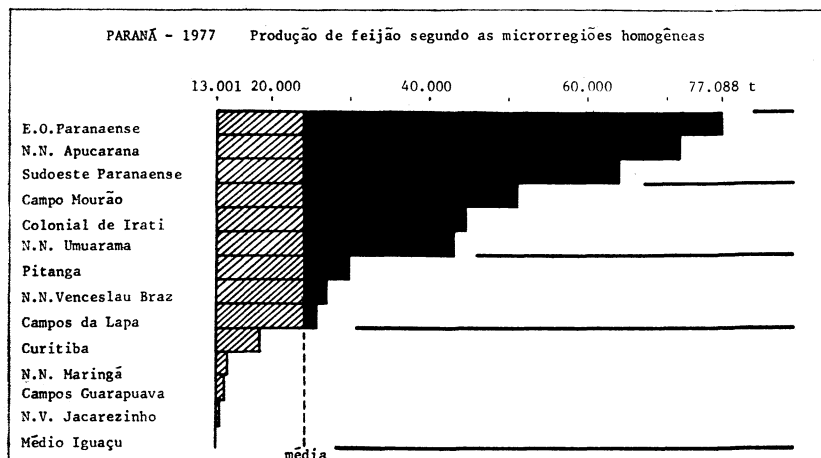
Ordenar é uma das primeiras operações recomendadas pela “Graphique”, sempre que for possível, isto é, quando os elementos não forem **naturalmente ordenados**:

3



3. Uma vez ordenadas as quantidades, é possível saber er de imediato quais são as microrregiões que mais produziram feijão, as que produziram menos. Porém, a visão imediata do conjunto e a identificação de agrupamentos que possam existir não é visível de imediato. Além disto, o item “outras MRH” está falseando a informação porque se trata de uma somatória de microrregiões que está sendo comparada com outras apresentadas isoladamente.

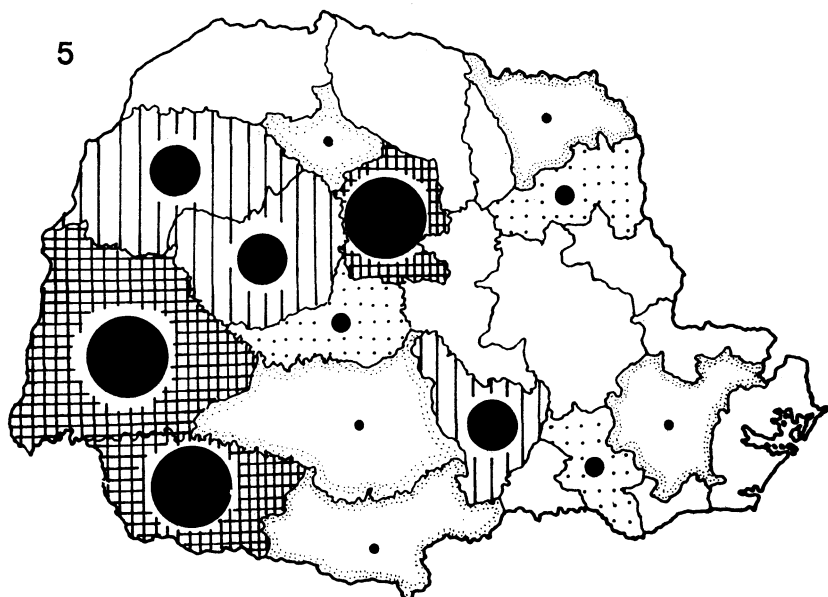
4



4. Nesta “reconstrução” do gráfico, o item “outras MRH” foi excluído e um novo critério foi utilizado, ou seja, o de **destacar as diferenças**, alterando-se a escala e desprezando-se tudo que é constante nos dados, portanto desprezando-se o que está entre zero e 13.001 toneladas. Para situações análogas, este procedimento será ainda mais útil para os casos em que as diferenças entre os dados forem pequenas. Como informação complementar serviu-se ainda da **média**, que permite visualizar de imediato as regiões cuja produção está acima ou abaixo da média do Estado.

Mais facilmente do que as soluções anteriores, com esta é possível a identificação rápida de quatro **grupos** diferentes de microrregiões com comportamentos bem definidos.

5. A informação em questão está ligada ao espaço geográfico, e neste caso seria interessante acrescentar um mapa que permita a visualização das regiões produtoras. Para tanto, além da escolha de uma variável visual que represente as quantidades produzidas (variação de tamanho), é possível também dar destaque à superfície servindo-se de uma variação de intensidade correspondente à progressão observada da região maior produtora para a menor (conforme os grupos detectados).



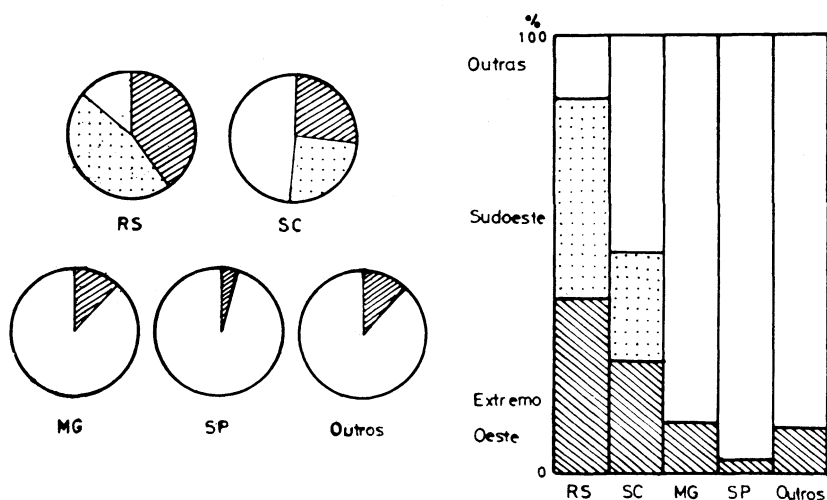
Agora o autor tem diante de si um instrumento de reflexão, e daí resultará o texto que acompanhará essas representações gráficas.

2º caso — Os dados transcritos a seguir referem-se a migrantes residentes nas microrregiões Extremo Oeste e Sudoeste do Paraná, segundo os Estados de procedência, distribuição acumulada até 1970. Num determinado momento de sua pesquisa, interessava à autora saber para quais regiões do Paraná se dirigiam os migrantes vindos dos diferentes Estados do Brasil, e quem dava preferência às referidas regiões.

Números absolutos					
	RS	SC	MG	SP	Outros
Extremo Oeste	103.301	71.032	29.005	18.369	19.999
Sudoeste	117.998	65.977	57	425	262
Outras	36.871	131.848	218.606	503.512	167.841
Total Paraná	258.070	268.857	247.668	522.306	188.102

Números percentuais					
	RS	SC	MG	SP	Outros
Extremo Oeste	40	26	11,7	3,5	10,6
Sudoeste	46	25	0	0,1	0,1
Outras	14	49	88,3	96,4	89,3
Paraná	100	100	100	100	100

Servindo-se dos números relativos, é possível elaborar diferentes representações gráficas, segundo modelos habituais, como estes a seguir:



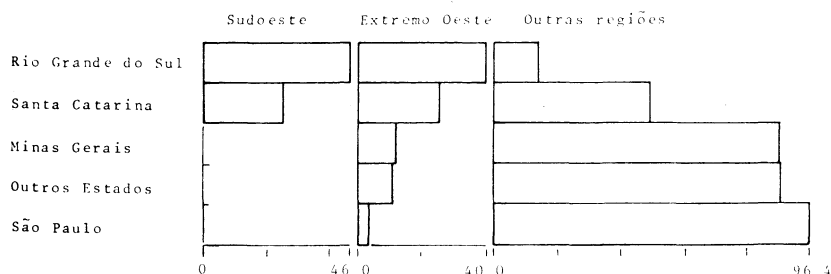
Apesar do pequeno número de elementos a representar, nenhuma dessas soluções permite perceber rapidamente as relações existentes entre os elementos, e menos ainda uma visão de conjunto. No entanto, são duas das soluções mais comumente aplicadas.

A primeira solução exige uma leitura de detalhe, sendo que o gráfico de setores obriga o olho a um exercício circular (que não é espontâneo) para localizar um dos elementos (o Sudoeste, por exemplo) e depois repetir o exercício nos círculos seguintes, memorizá-los e só então comparar um a um para conhecer sua evolução. Quando o número de elementos a representar é de apenas dois, fica mais fácil o trabalho de leitura, mas vai complicando na medida em que aumenta o número deles.

A segunda solução justapõe os elementos, e só é possível observar o **perfil** da microrregião representada na base do gráfico. Segundo a "Graphique", a **homogeneidade** de linhas e de colunas é fundamental num gráfico, e neste exemplo este importante princípio está sendo transgredido.

Os princípios até aqui enunciados, de **ordenação**, de **classificação**, de **homogeneidade**, dão as diretrizes para a construção de um gráfico eficaz para este problema proposto. A **permuta** dos elementos que são apenas diferentes entre si, e por conseguinte passíveis de uma nova classificação, é viável neste caso e foi a solução encontrada¹⁷.

MIGRANTES NO PARANÁ, SEGUNDO A PROCEDÊNCIA
(acumulada até 1970)



A homogeneidade dos elementos é respeitada com a separação deles. Este gráfico pode ser apresentado também na vertical e se perceberá que entre a segunda solução apresen-

¹⁷ BREPOHL, Marilene de Dias. Arrendantes e arrendatários no contexto da soja; região de Cascavel; Paraná — 1960-1980. Curitiba, 1982. p. 151. Dissertação, Mestrado. Universidade Federal do Paraná.

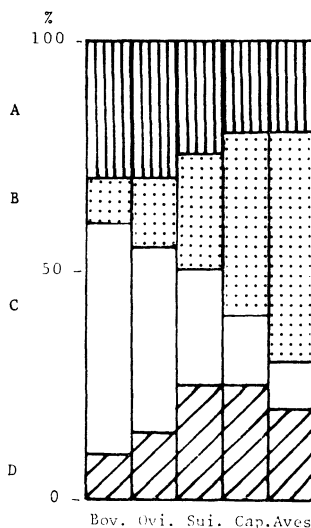
tada e esta, está a aplicação dos princípios de ordenação e de homogeneidade. A visão de conjunto e a comparação das microrregiões entre si é imediata.

3º caso — Semelhante ao último problema, este é um exemplo que permite destacar mais uma vez alguns dos princípios já mencionados, em particular o da **permuta de linhas e colunas**.

Freqüentemente, os gráficos são elaborados conforme a disposição em que são fornecidos os dados de uma tabela, concebidos definitivamente na primeira tentativa e conforme modelos habituais. O resultado é um gráfico “rígido”, “ilustrativo”, como é este apresentado a seguir; trata-se de um diagrama ineficaz, onde não há uma imagem de conjunto.

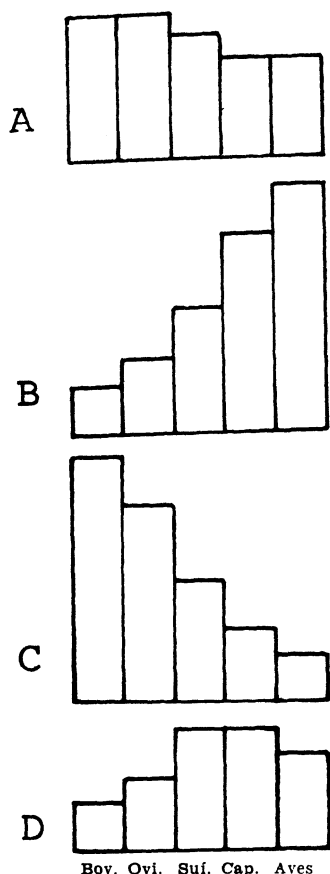
CRIAÇÃO SEGUNDO AS REGIÕES (%)

	Bovinos	Ovinos	Suínos	Caprinos	Aves
A	30	30	25	20	20
B	10	15	25	40	50
C	50	40	25	15	10
D	10	15	25	25	20
	100	100	100	100	100



De acordo com esta solução é muito complicado saber, por exemplo, qual o perfil de cada região (exceto a região D) ou como se comporta uma região em relação a outra. Trata-se de um demorado exercício de leitura dos detalhes, procurando-se linha por linha, coluna por coluna, num trabalho totalmente prejudicado pela falta de homogeneidade dos elementos.

A primeira operação para uma solução mais eficaz é evitar esse acúmulo simultâneo de dados diferentes, o que pode ser conseguido pela construção de quatro diagramas independentes uns dos outros.



Os dados são agora homogêneos e a visualização da criação de cada região é imediata. No sentido vertical é possível saber qual a participação de cada região na criação de bovinos, por exemplo, e assim por diante.

Mesmo assim, a visão do conjunto não é instantânea.

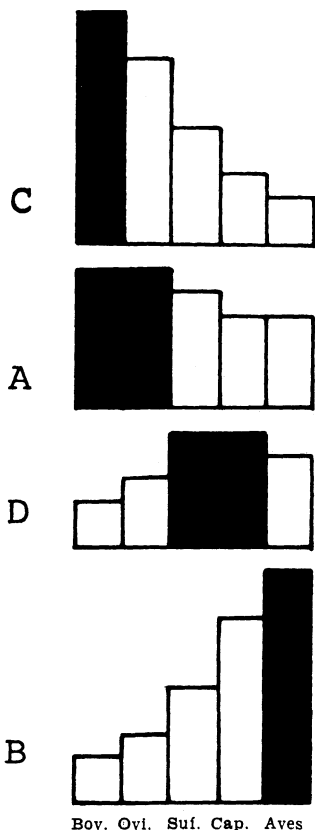
A visão do conjunto, o comportamento das regiões umas em relação às outras, pode ser conseguido com uma operação a mais, que se beneficia do princípio de permuta de linhas e de colunas.

Como já foi destacado anteriormente, desde que os componentes não sejam **naturalmente ordenados**, eles podem ser **ordenáveis**, isto é, é possível estabelecer uma nova classificação a partir de um critério lógico definido pelo pesquisador.

No presente caso, os elementos são apenas diferentes entre si e nada impede que sejam permutadas linhas e colunas. É evidente que a permuta deve ser homogênea, ou seja, as linhas (neste caso cada diagrama é uma linha) são deslocadas

em bloco. O mesmo ocorreria se neste caso fosse necessária a permuta de colunas; por exemplo, se fosse necessário deslocar a coluna “bovinos”, ela seria deslocada por inteiro (“bovinos” da região A, da B, da C e da D), pois de outra maneira seriam misturados na mesma coluna elementos correspondentes a “bovinos”, a “suínos”, etc.

Na solução final a ser publicada, a permuta de linhas obedeceu a um princípio recomendado pela “Graphique” para as manipulações matriciais, ou seja, o da **diagonalização**, pelo qual é possível aproximar o que é semelhante e consequentemente afastar o que é diferente.



Neste gráfico, foi dado destaque ainda à “moda” de cada região, que além de indicar a diagonalização, permite reter mais rapidamente a informação pela imagem que constitui no conjunto e imediata identificação de grupos.

Também neste caso, o pesquisador tem um gráfico operacional, um instrumento de reflexão, e não uma imagem morta, uma ilustração. O texto a ser apresentado será uma consequência da representação gráfica.

Conclusão

O objetivo principal deste artigo é o de divulgar esta nova e transformadora disciplina, a “Graphique”, que estuda a construção de gráficos a partir da linguagem visual e o tratamento gráfico dos dados de uma informação.

É evidente sua limitação no que diz respeito à divulgação do riquíssimo conteúdo dessa disciplina. Não somente a ampliação quanto aos princípios gerais da “Graphique”, mas em particular a exposição do tratamento gráfico dos dados de uma informação, faria multiplicar em muito estas páginas.

Além dos inovadores procedimentos de construção de gráficos, o **Laboratoire de Graphique** da E.H.E.S.S. de Paris elaborou instrumentos de tratamento gráfico de dados, aplicáveis quando a quantidade de elementos é de dezenas, centenas ou até milhares. Para esses casos as construções habituais de diagramas não seriam suficientes. Tais instrumentos baseiam-se no princípio da mobilidade dos eixos de construção e são apenas citados a seguir.

Quando os dados são constituídos de componentes que, nos dois eixos, X e Y, são diferentes entre si, e portanto **manipuláveis**, o tratamento aplicado é o da **Matriz Ordenável**, construída com material especial fabricado pelo Laboratoire de Graphique.

Se apenas um dos eixos é diferencial, e o outro ordenado (portanto, imutável), pode ser aplicado o **Fichário-Imagem**, ou o **Leque de Curvas**.

Atualmente, o Laboratoire de Graphique está trabalhando no aperfeiçoamento de programa para micro-computador para solução gráfica de problemas em que se aplicam a Matriz Ordenável, o Fichário-Imagem e construção automática de mapas.

Quando os elementos inscritos tanto em X como em Y são ordenados, impedindo a permuta de linhas ou de colunas, ainda se pode recorrer à **Coleção de Mapas** e aos **Quadros Ordenados**.

Em todos esses casos, o objetivo é sempre a constituição de uma imagem (ou de várias imagens de base).

Esses procedimentos, em particular o do Fichário-Imagem, têm sido aplicados em pesquisas da Universidade Federal do Paraná, com excelentes resultados. Também a partir de princípios da "Graphique", e com o impulso inicial do próprio Jacques Bertin quando esteve nessa universidade, foi elaborado e publicado o "Atlas Histórico do Paraná".

As possibilidades de aplicação dos princípios sistematizados pela "Graphique", a "Semiologia Gráfica", são de amplitude muito grande, desde a coleta de dados até o tratamento gráfico da informação; da aplicação das variáveis visuais à construção de imagens gráficas¹⁸.

Evidentemente, a proposta dessa nova disciplina somente será viável na medida em que aqueles que pretendem servir-se dela admitam uma revisão fundamental de concepções tradicionais de elaboração de gráficos.

A passagem do desenho ilustrativo para o gráfico operacional, instrumento de trabalho e de reflexão, passa necessariamente pela assimilação e aplicação dos princípios da "Graphique".

Como lembra Bonin, fomos educados e habituados à linguagem sonora, jamais aprendemos a linguagem visual. Convém conhecer suas leis, sua gramática, sua sintaxe, antes de se expressar corretamente, de se fazer compreender e de transmitir as mensagens que queremos comunicar. Nesse momento, o exercício gráfico não mais consistirá em fazer desenho copiando uma figura existente, muitas vezes inútil, mas em construir uma imagem nova, eficaz, rapidamente compreensível e memorizável, uma imagem útil¹⁹.

18 Ver ainda exemplo de aplicação, no estudo de distribuição mensal de casamentos, no número 5 desta Revista.

19 BONIN, p. 16.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BERTIN, Jacques. **La Graphique et le traitement graphique de l'information**. Paris, Flammarion, 1977. 277 p.
- 2 ———. **Sémiologie graphique**. Paris, Mouton, 1967. 417 p.
- 3 ———. **Le traitement graphique de l'information**. Paris, Laboratoire de Cartographie, École Pratique des Hautes Études, 1973. 48 p.
- 4 BONIN, S. **Initiation à la graphique**. Paris, Epi, 1975. 170 p.
- 5 BREPOHL, Marionilde Dias. **Arrendantes e arrendatários no contexto da soja; região de Cascavel, Paraná — 1960-1980**. Curitiba, 1982. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná. 172 p.
- 6 GIMENO, Roberto. **Apprendre à l'école par la Graphique**. Paris, Retz, 1980. 192 p.

PESQUISAS: PROJETOS E COMUNICAÇÕES

FORMAÇÃO DO TRABALHADOR ASSALARIADO URBANO (1900 - 1945) — PROJETO DE PESQUISA

DÉA RIBEIRO FENELON

Coordenadora Geral. Departamento de História da
Universidade Estadual de Campinas.

Apresentação

Em 1980/1981 desenvolvemos no Departamento de História da UNICAMP um projeto de levantamento e sistematização das “fontes para o estudo da industrialização no Brasil”, 1889/1945, através de um Convênio com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), que teve como premissa a necessidade de um contato mais estreito com as fontes, os documentos e o material empírico existente para a investigação do tema.

Uma vez concluído o trabalho de referenciação, propusemos um novo Projeto, “Formação do Trabalhador Assalariado Urbano”, que buscava a continuidade das pesquisas, mantinha a maior parte da equipe inicial de pesquisadores e buscava realizar monografias específicas.

A discussão que se segue representa o estágio em que se encontrava o projeto, em novembro de 1983, quando o apresentamos na “Conferência sobre Industrialização e Classe Operária”, realizada na UNICAMP àquela época, também com o apoio financeiro da FINEP, e que buscou reunir em Campinas para debates todos os grupos interessados em pesquisas sobre este tema.

1. Objetivos gerais

Propõe-se como eixo central da investigação a problemática da “Formação do Trabalhador Assalariado Urbano”, 1900-1945, inserindo a questão na tentativa de contribuir para a compreensão do processo de constituição das relações sociais de produção no Brasil.

Não se trata aqui, enquanto objetivo geral do projeto, de uma tentativa de formular uma teoria que dê conta de todo o processo analisado, nem tampouco de propor a elaboração de uma síntese conclusiva deste processo. A proposta é, pelo contrário, a de desdobrar a problemática em várias monografias temáticas, que certamente proporcionarão, pelo que significam de recortes mais específicos e precisos, um aprofundamento de vários aspectos que o tema comporta.

Com o intuito de manter o trabalho de equipe no desdobramento do projeto e na discussão teórica sobre os pressupostos, que se procura desenvolver na investigação, temos discutido exaustivamente, em reuniões gerais, não apenas algumas leituras teóricas, mas principalmente as dificuldades encontradas no caminho da pesquisa, sobretudo no que diz respeito à tentativa de estar consciente da necessária articulação entre teoria e prática empírica.

Deve-se ressaltar que muito se discutiu sobre a compreensão do que se espera como produto final deste trabalho, ou seja, o que realmente se pode definir como um trabalho de monografia, principalmente na fase em que nos encontramos, ou seja, a redação final.

O entendimento geral do grupo termina por ser o de que uma monografia se destina a realizar um trabalho amplo de abordagem do tema proposto, com a preocupação maior de produzir e sistematizar um conjunto de informações antes esparsas, que permita reconhecer no trabalho um instrumento de referência para futuras problematizações de pesquisadores de diferentes correntes metodológicas. Sem nenhuma pretensão de neutralidade, ou de simples organização positivista de dados puros, reconhece-se o posicionamento teórico que informa nosso trabalho e que portanto marcará o produto final, devendo estar sempre claro ao longo de todas as exposições, mas define-se como objetivo das monografias muito mais a produção de referências de pesquisa do que propriamente a defesa de tese ou a colocação de novas teorias.

Ainda assim é inegável que se procura fornecer subsídios a novas concepções sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e em particular à “formação do trabalhador assalariado urbano”, tendo em vista a compreensão do significado das relações sociais de produção. O que se procura preencher com a proposta de realização deste tipo de trabalho, entretanto, é exatamente a lacuna sempre reclamada por quantos se propõem o trabalho histórico no Brasil — a ausência de trabalhos monográficos que fundamentem as

possibilidades de generalizações e reflexões em torno dos temas centrais da História do Brasil.

Ao se definir, portanto, como objeto de estudo deste projeto a problemática da "Formação do Trabalhador Assalariado Urbano" deve-se deixar claro que de maneira alguma se pensa esta proposta como capaz de esgotar o tema, ou seja, de abordá-lo em toda a multiplicidade de aspectos que o mesmo comporta. Neste sentido as temáticas das monografias propostas delimitarão claramente o alcance do estudo proposto, ficando a problemática como elemento homogeneizador das discussões teóricas e dos pressupostos com que se trabalha, no constante movimento de ir e vir no caminho da investigação e da interpretação.

2. Pressupostos metodológicos

A pesquisa está organizada a partir do pressuposto geral de que a natureza da industrialização brasileira deve ser entendida como o desenvolvimento de um processo de acumulação já em curso, o que implica reconhecer o caráter capitalista da agricultura, negando qualquer forma de antagonismo estrutural entre cidade e campo, agricultura e indústria. Daí decorre a compreensão do projeto quanto ao caráter da atividade industrial, que não se limita à atividade fabril, especialmente se esta é vista a partir de modelos de industrialização moderna avaliados pela concentração de capital, número de operários, força motriz ou utilização de maquinaria, mas pode ser identificada igualmente na atividade agrícola e na manufatura urbana.

Também porque se reafirma que o processo de desenvolvimento capitalista é o processo de desenvolvimento de relações sociais de produção é preciso explicitar que a industrialização não pode ser vista como um processo retilíneo, impulsionado por um motor todo poderoso, o Capital, mesmo porque o próprio Capital deve ser entendido como uma relação social. Em outras palavras, tomar a industrialização como um processo de desenvolvimento de relações sociais significa assumir a idéia de que este processo é por si só contraditório e definido por esta contradição. É este o eixo que queremos retomar neste projeto quando se busca reconstituir pela investigação o processo de formação do trabalho assalariado urbano em sua especificidade brasileira e tendo a situação de São Paulo como exemplificadora desta investigação — o dinamismo histórico desta constituição social.

Compreendendo que a relação social de produção se desenvolve de forma contraditória, exprimida pelo processo histórico da luta de classes estaremos sempre tentando captar este movimento em todos os ângulos de sua constituição, o que significa dizer, que se estará sempre preocupado com as relações entre as classes e destas com o Estado, ainda que abordando as várias temáticas a partir de aspectos diferenciados do processo histórico.

Por isto mesmo se insiste em que a colocação desta problemática remete a investigação à complexidade do todo social e às lutas que nele se verificam em todas as suas manifestações e instâncias, reconhecendo sua total articulação e seu constante dinamismo e movimento que procuramos captar.

3. Referencial historiográfico

Nesta temática que estamos abordando, a questão geral que mais se sobressai é inegavelmente a que trata da relação ESTADO/SOCIEDADE. Muito se tem trabalhado nesta abordagem e muitas contribuições têm sido dadas, sem que se altere sensivelmente, no entanto, algumas das teses básicas sobre o Estado brasileiro.

Não se pretende aqui uma análise exaustiva das obras, mas o que se procura ressaltar é que, na verdade, atrás de muitos destes estudos está a velha idéia de definir e periodizar a história brasileira a partir de modelos de análise extraídos de outras realidades e de outros momentos históricos. Sempre que se coloca, por exemplo, a perspectiva de um modelo de revolução democrático-burguesa, nos moldes europeus e depois se procura na história do Brasil o seu momento de concretização estes trabalhos acabam se ressentindo de uma perspectiva metodológica que tenta realmente apreender o processo histórico real. Sendo o pressuposto com que se trabalha o da possibilidade de constituição de uma economia nacional, parece que se perde algo de fundamental da teoria — o caráter global do sistema capitalista. Quando se toma uma parte deste sistema, esta parte não pode ser pensada senão um momento de constituição de um todo, constituição esta que se dá concomitantemente, isto é, realizada dentro de um mesmo tempo histórico. Não há relação que possa explicar aquilo que se busca, ou seja, a repetição de processos históricos vividos em outros momentos. Desta maneira, o peculiar e o específico não são dados apenas pelo movimento interno do capital.

A tendência de nossa historiografia, de conceber o Estado brasileiro como peculiar, antecipador ou, de outro lado, considerá-lo como o “comité da burguesia”, numa redução economicista, não atenta para o próprio caráter de classe do estado burguês, que sempre aparece descolado em relação à sociedade da qual é expressão. Isto significa tomar mais uma vez o processo acontecido pelo discurso dos agentes. E esta perspectiva leva a cobrar do processo histórico brasileiro a repetição dos modelos clássicos de países europeus ou a buscar as origens de um processo nacional que deve sempre repetir todas as fases já cumpridas pelo capitalismo nos países ditos “desenvolvidos”, mesmo que se esteja buscando a negação das velhas teses etapistas. Quando se toma este caminho os resultados só poderão ser negativos, o processo nacional sempre visto como “tardio”, “retardatário”, as classes como “incapazes politicamente” e o Estado torna-se o demiurgo da explicação histórica como assinala Marilena Chauí.

É, pois, dentro deste marco — procurar caracterizar diferentes momentos de constituição das relações sociais de produção — sempre vistas como um processo contraditório, que pressupõe a luta de classes em cada momento histórico, é que buscamos a investigação da temática neste período.

Vale afirmar mais uma vez que para nós a história brasileira só ganha sentido quando vista como parte de um processo globalizante que lhe confere significado. Dentro desta concepção o processo brasileiro não pode ser visto com a ótica da “integração” ao capitalismo internacional, porque esta visão acaba por pressupor uma relação de exterioridade da qual resultam as concepções dualistas, subdesenvolvimento e dependência das quais procuramos nos afastar.

Dentre os vários projetos e pesquisas sobre a industrialização, nossa proposta apresenta uma clara especificidade: optamos por tentar uma abordagem capaz de articular estes níveis — a referenciação de fontes, o movimento do capital, a ação do empresariado e do Estado, a formação do trabalhador assalariado urbano e seu movimento, sendo que para isto recorreremos a recortes menores e temáticas mais específicas.

Assim, tendo em vista as condições históricas em que se dá a compra, a venda e a reprodução da forma de trabalho para constituir o que se considera, no desenvolvimento histórico das relações sociais de produção como a organização do mercado de trabalho, na especificidade do caso brasileiro e tomando-se São Paulo para maior detalhamento da pesquisa, buscar-se-á recuperar os temas propostos, sempre

que necessário, todas as articulações entre Estado, Capital e Trabalho. Isto porque se considera como pressuposto da investigação a ser realizada a crescente dominação social do Capital sobre o Trabalho, dominação que se realiza sempre com a intervenção do Estado.

Por isto será importante acompanhar a ação do Estado neste processo, sem reduzi-la ao campo estreito da legislação social, mas reconhecendo que o controle que necessariamente se estabelece sobre a força de trabalho ultrapassa os limites das relações econômicas para atingir o campo social e do político em seu sentido mais amplo. As necessidades colocadas pelo avanço da acumulação capitalista condicionam e exigem a utilização do aparelho de Estado e sua atuação pode se apresentar nas mais variadas formas.

No Departamento de História da UNICAMP, é a seguinte a equipe responsável pelo projeto com suas diversas atribuições:

1. Ítalo Arnaldo Tronca
— Doutor — Executor do Convênio
2. Déa Ribeiro Fenelon
— Doutor — Coordenadora Geral da Pesquisa
3. Maria Stella Martins Bresciani
— Doutor — Consultor
4. Edgar Salvadori de Decca
— Doutor — Consultor
5. Marco Aurélio de Almeida Garcia
— Doutor — Consultor
6. Maria Clementina Pereira Cunha
— Coordenadora de Linha de Pesquisa

4. Cronograma

ETAPAS DE REALIZAÇÃO	
Prazos	Objetivos Operacionais
4 meses DISCUSSÃO GERAL DO PROJETO	a. discussão coletiva dos pressupostos teóricos e metodológicos do projeto; b. discussão da bibliografia sobre o período e temas gerais; c. discussão do material pesquisado no projeto: FONTES PARA O ESTUDO DA INDUSTRIALIZAÇÃO; d. discussão dos limites das monografias.
12 meses PESQUISA	a. planejamento e realização da pesquisa de conteúdo; b. discussão coletiva e periódica sobre o andamento dos trabalhos; c. avaliação dos resultados da investigação.
4 meses ORGANIZAÇÃO DO MATERIAL E PRIMEIRA REDAÇÃO DAS MONOGRAFIAS	a. proposta e discussão do esquema organizativo do material pesquisado; b. definição do esquema de apresentação das monografias; c. redação da primeira versão; d. realização da Conferência sobre Industrialização e Classe Operária no Brasil.
4 meses DISCUSSÃO E REDAÇÃO FINAL	a. discussões coletivas das versões das várias monografias; b. revisão e redação final.

1.^a Linha de pesquisa

TRABALHO E POLÍTICA: ESTRATÉGIAS DE CONTROLE DA FORÇA DE TRABALHO.

MARIA CLEMENTINA PEREIRA CUNHA
Coordenadora.

HELOISA DE FARIA CRUZ
MARIA AUXILIADORA GUZZO DE DECCA
JOSÉ FLÁVIO DE OLIVEIRA
Pesquisadores.

O objetivo mais geral proposto pelo projeto *Formação do Trabalhador Assalariado Urbano* (1900-1945) é o de “examinar o processo histórico em que se dá o desenvolvimento de relações sociais de produção no setor industrial urbano, no período assinalado”. Quando falamos de “relações sociais de produção”, tentamos dar conta de um processo definido não estritamente pelos mecanismos da produção capitalista tomada através de indicadores como grau de concentração e centralização do capital, progresso técnico, divisão social do trabalho, etc. Pensa-se uma abordagem que tome a subordinação do trabalho ao capital como um processo “contraditório e definido pela contradição”. Vale dizer: a subordinação do trabalho ao capital se desenrola historicamente sob a forma do embate de classes. A subordinação tem como contrapartida a insubordinação e a resistência, que suscitam por parte dos setores dominantes o desenho de diferentes estratégias de controle sobre a força de trabalho. Propõe-se neste projeto captar e problematizar momentos do processo de constituição das classes, de sua luta, e analisar angulações particulares da articulação entre trabalho e política dentro dos cortes históricos estabelecidos pelo projeto, através de estudos monográficos.

Abandonando qualquer perspectiva que atribua correspondência mecânica entre o desenvolvimento das forças produtivas e o grau de “desenvolvimento” das lutas de classes, tenta-se enveredar por um caminho da história social que se

liberte de esquemas teóricos capazes de determinar previamente respostas às problemáticas suscitadas.

Pensar as relações entre trabalho e política significa para nós, ampliar a própria noção de *política* com que trabalhamos habitualmente. Para nós, definido enquanto todo o espaço da luta de classes, o campo da política ultrapassa de muito o âmbito estritamente institucional, os limites da presença ou da ação do Estado, para se colocar na perspectiva da multiplicidade de formas de poder contidas nas estratégias de controle da força de trabalho.

Enquanto eixo de análise, o poder não pode ser pensado como um objeto, uma coisa que possui ou se “toma”, uma prerrogativa com um único lugar próprio de exercício — o Estado — mas como uma relação que penetra de formas diferenciadas em todo o tecido social, exercido desde lugares diferenciados e que impregna e solidifica o social permitindo o exercício e a reprodução da dominação. Sem abandonar a perspectiva de que as formas do poder — mesmo com seu caráter multifacetado e difuso — se constroem dentro de uma lógica de dominação de classe, será necessário pensá-lo para além da perspectiva tradicional que identifica o exercício do poder exclusivamente nas práticas repressivas: o poder não é só, e nem principalmente, o que tem capacidade de vedar, proibir, reprimir, mas sobretudo algo capaz de afirmar, construir, modelar, criar saber e disciplinas¹.

Portanto, pensar as formas de articulação entre política e trabalho, em termos da explicitação de um campo teórico, significa abranger todo o campo da luta de classes com toda a multiplicidade de formas e instâncias que este embate comporta. Passa por ver desde a luta política visível organizada e institucionalizadora destas classes, através de associações, sindicatos e partidos, as lutas pontuais e específicas de diferentes setores em diferentes momentos, até incluir as formas “surdas” de resistência e as estratégias ocultas de subordinação e controle. Passa por ver o embate direto entre capital e trabalho de seus agentes, pelas relações e articulações das classes com o Estado e pelas iniciativas que o mesmo assume no desenvolvimento do processo, sob a forma de políticas ou mesmo de práticas pontuais de controle. Passa por

1 Cf. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1982. p. 8: “quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que não diz não... o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso — Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais que uma instância negativa que tem como função reprimir”.

incorporar à análise histórica as estratégias e formas de poder gestadas fora do aparelho de Estado.

Assim, o campo coberto por esta linha de pesquisa é amplo o suficiente para englobar desde as formas de disciplinarização dentro e fora da fábrica ou locais de trabalho, o próprio desenho da malha urbana e as iniciativas de organização e controle do espaço, a higienização das cidades, as práticas disciplinadoras de aspectos do cotidiano dos trabalhadores que assumem papel básico nas funções de controle como a saúde, a educação, o lazer, a cultura, até a constituição de saberes *sobre e para* o trabalhador, produzidos de um lugar que lhe é estranho.

Definindo com esta amplitude o nosso campo de análise a partir dos pressupostos acima explicitados, uma primeira questão se colocou para a equipe desta linha de pesquisa: a necessidade de estabelecer cortes mais precisos que viabilizassem a análise deste tipo de processo em três monografias específicas, evitando na medida do possível a dispersão de temáticas e preocupações de ordem teórico-metodológicas. A intenção inicial do projeto era a de manter a articulação e organicidade entre as monografias em realização, de modo a possibilitar um trabalho de equipe, e não a mera superposição de trabalhos individuais a partir de definições genéricas de um marco teórico. Assim, foi necessário, no estabelecimento dos recortes deste projeto, assumir algumas opções que garantissem a desejável articulação das três monografias.

O primeiro recorte que delimita nossa problemática comum é dado pela opção de centrar as análises sobre a questão do trabalho urbano. Esta primeira definição tenta avançar em direção à explicitação da problemática, já que toma como ponto de partida a especificidade do trabalho urbano e seu significado no contexto da história brasileira. O desafio de tomar o marco do urbano coloca, de imediato, dificuldades para a análise, sobretudo quando se parte do pressuposto da inexistência de contradições campo/cidade no desenvolvimento do processo histórico brasileiro. Trata-se, de resto, de preocupação bastante recente no plano da historiografia brasileira, que não tem, até agora, problematizado a questão do papel desempenhado pelo crescimento urbano no desenvolvimento de relações sociais de produção. Nossa tentativa será a de, abandonando os modelos de abordagem da urbanização a partir dos marcos de uma "revolução burguesa", captar sua especificidade em relação às formas de controle da força de trabalho no meio rural, dando conta

das necessidades particulares geradas pelo crescimento urbano, da redefinição do peso relativo das cidades a partir da industrialização. Trata-se, assim, de apreender esta especificidade a partir da constatação de que o crescimento urbano industrial enseja a própria generalização da categoria, gerando um agente histórico que já pode ser definido em termos restritos: o processo de subordinação do trabalho ao capital faz do trabalhador um elemento desvinculado do ofício que pratica, um vendedor de força de trabalho para o qual é indiferente o próprio trabalho que realiza e que, efetivamente, se desloca, no meio urbano, com grande facilidade de uma função ou de um setor produtivo para outro, sobretudo em uma industrialização com as características da brasileira, que já nasce sob a égide da grande indústria moderna.

A urbanização coloca, assim, uma especificidade nas formas de articulação, organização e controle da força de trabalho que respondam, seja à configuração diferenciada do mercado de trabalho, seja às condições novas de resistência e confrontação dos setores dominados ensejadas pelo aglomerado urbano, seja à necessidade de organizar, controlar e disciplinar tanto o funcionamento da cidade quanto as condições de reprodução da força de trabalho, seja a necessidade de dar conta do movimento dos trabalhadores, que se depara, nas cidades, com condições mais agudas e potencialmente explosivas.

Incorporar assim nas monografias o referencial do urbano significa não confundir a força de trabalho urbana com o operariado fabril. Numa investigação delimitada mais pelo urbano que pelo fabril, tenta-se acompanhar a própria constituição dos agentes históricos em seu processo de interação da luta de classes ou, para usar a feliz expressão de Thompson², pensar as classes “definindo a si próprias no seu efetivo acontecer”. Por esta razão, uma das monografias está voltada, em um de seus eixos principais, para o objetivo de trazer novos elementos que contribuam para a compreensão da categoria que designamos como “trabalhador assalariado urbano”, considerando que a formação da classe se processa na dinâmica dos movimentos sociais, e tentando apreender a presença de outros contingentes não-operários (sobretudo do chamado “setor de serviço”) considerados parte integrante da relação capital-trabalho(*).

* Monografia a cargo de Heloisa de F. Cruz, sob o título **Os trabalhadores do setor de serviços: estratégias de controle**. São Paulo — 1900/20.

2 THOMPSON, E.P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona, Ed. Crítica, 1979. p. 39.

Uma segunda monografia (**) toma o marco do urbano para analisar especificamente as estratégias de controle que se destinam à própria organização do espaço urbano e às condições de reprodução e controle do trabalhador assalariado urbano. Através de inquéritos e fontes oficiais busca-se acompanhar as opções e as políticas voltadas para aspectos como educação, saúde, lazer, padrões de consumo, etc., tanto quanto a formulação de um saber “técnico” e oficial sobre o trabalhador urbano que, em grande medida, definem, padronizam e balizam suas condições sociais de existência, criando uma figura-padrão que servirá como paradigma das políticas de disciplinarização e controle.

Finalmente, uma terceira monografia (***) estará preocupada em desvendar os aspectos relativos à maneira pela qual o próprio Estado vai se aparelhando crescentemente para responder às novas questões e tensões suscitadas pela presença e pelas pressões a nível estadual — no caso de São Paulo — até a criação de aparelhos burocráticos de jurisdição nacional, capazes de gestar e aplicar políticas generalizantes em termos do controle seja da força de trabalho ativa, seja do não-trabalho, seja das condições de associação e livre desenvolvimento dos movimentos de trabalhadores, a partir das novas condições colocadas pelo crescimento urbano.

Se a problematização da questão urbana confere um primeiro nível de articulação às três monografias que compõem esta linha de pesquisa, um outro recorte delimita ainda mais o campo de abrangência destas investigações. Assim, neste projeto, a problemática do trabalho urbano será analisada tendo em vista particularmente as formas de atuação governamental em relação à força de trabalho. Em outras palavras, a linha de pesquisa optou por centrar sua análise em torno das estratégias de controle geradas no interior do aparelho do Estado, mesmo reconhecendo que a problemática suscitada comporta um leque de questão mais amplo.

No entanto, a opção por recorte não deve ser entendida como aceitação das formas pelas quais se tem tratado, na historiografia, a questão do Estado no Brasil. Ao contrário, todos os elementos apontados acima indicam a necessidade de superar uma determinada compreensão do papel do Estado no desenvolvimento das relações sociais de produção do Brasil, que o tomam — com variações mais ou menos

** Monografia a cargo de Maria Auxiliadora G. de Decca sob o título *Inquéritos e Fontes Oficiais: a determinação da condição operária*.

** Monografia a cargo de José Flávio de Oliveira sob o título *Institucionalização e Controle da Força de Trabalho: do DET ao Ministério do Trabalho*.

profundas em cada análise — como o verdadeiro sujeito histórico, seja enquanto “antecipador” forte e ativo que propõe e executa um projeto industrializante, seja como “substituto” que assume o vazio deixado por classes sociais estruturalmente frágeis, em função da forma como se compreende o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, marcado pelo “atraso” ou pela “dependência”. Nas palavras de Marilena Chauí,

a impressão deixada por grande parte dos textos é de uma concepção demiúrgica da história do Brasil, as interpretações oscilando na escolha do ‘demos ourgoi’ que ora é o Estado (e há um hegelianismo latente), ora o empresário (e a sombra de Schumpeter paira sobre a letra dos textos), ora deveria ter sido o proletariado (e a aura de Lênin refulge no esplendor do acaso). Esta concepção demiúrgica permite determinar de antemão o indeterminado, e faz com que a luta de classes, sempre presente nas análises dos melhores intérpretes, não chegue a assumir a dimensão que lhe é própria, isto é, a da efetuação das relações históricas³.

A perspectiva metodológica que vimos até aqui desenvolvendo conduz a pensar — assumindo os limites desta proposta — que a ação governamental deve ser acompanhada não apenas pelo viés da repressão ao movimento de resistência ao confronto dos trabalhadores, mas sobretudo como um lugar de produção de disciplinas e saber, de administração dos conflitos historicamente colocados.

Por outro lado, quando se toma a ação governamental como eixo de articulação das monografias em curso, não pensamos o Estado como uma categoria acabada, dotada de atributos fixos e modelares, um agente pronto que apenas se aperfeiçoa ao longo do tempo. Antes, queremos vê-lo enquanto um elemento que se vai gestando, articulando, tomando forma e se transformando no decorrer do processo de luta de classes, em cujo contexto o Estado deve ser visto como um agente subordinado. Na verdade, a definição da ação governamental enquanto eixo de abordagem desta linha de pesquisa não nos autoriza — e muito menos nos estimula — a propor qualquer formulação prévia, qualquer teoria do Estado que, *a priori*, informe a nossa análise. Não basta, de resto, formular uma teoria do Estado, ou subscrever qualquer das existentes, para dar conta de sua presença histórica. As-

3 Apontamento para uma crítica da ação integralista brasileira. In: *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p. 29-30.

sim, nosso caminho é sobretudo o de problematizar aspectos e questões da sua constituição no social, deixando de lado as perspectivas que o tomaram, na literatura brasileira, enquanto sujeito histórico que puxa e define a constituição das classes. Em outras palavras, tomá-lo como elemento que se constitui num processo de luta de classes, assumindo formas específicas de responder à crescente necessidade de gerir as duas mercadorias que o capital privado, por si só, não pode administrar: a força de trabalho e a moeda, condições vitais para a reprodução do capital e que definem, desde as origens, o campo de atuação do Estado⁴.

Sem pretensões de esgotar qualquer das questões levantadas, esta linha de pesquisa se propõe tão-somente a desenvolver monografias exemplificadoras das problemáticas formuladas. Assim, com relação à presença do Estado em termos da história brasileira, nossa contribuição será sobretudo a de levantar e problematizar momentos e tematizações possíveis da questão, em cada um dos trabalhos em elaboração: o Estado em sua relação com um setor dos trabalhadores assalariados urbanos — o dos “serviços” — agindo específica e diferenciadamente em relação ao setor nas duas primeiras décadas do século; o Estado nas décadas de 10 a 30 definindo estratégias e criando disciplinas controladoras do quotidiano dos trabalhadores da cidade; o Estado se constituindo enquanto aparelho burocrático capaz de lidar de forma crescentemente efetiva com o mundo do trabalho, criando mecanismos de conhecimento, de intervenção e de controle, das práticas pontuais à definição de políticas globais de controle da força de trabalho.

Para os objetivos deste *paper*, será de utilidade uma explicitação mais detalhada de cada uma das monografias em desenvolvimento no interior desta linha de pesquisa:

A) OS TRABALHADORES DO SETOR DE SERVIÇOS: ESTRATÉGIAS DE CONTROLE SÃO PAULO — 1900/1920

HELOISA DE FARIA CRUZ
Pesquisadora responsável.

A preocupação central que direcionou a escolha de nosso objeto de estudo nesta monografia — os trabalhadores urbanos do setor de serviços — é a de compreender o pro-

⁴ Sobre a questão, ver BRUNHOFF, S. de *Estado y capital*. Madrid, Ed. Villalar, 1978.

cesso de formação do trabalhador assalariado urbano. A intenção ao buscar discutir as estratégias de controle exercidas sobre este setor específico do proletariado urbano é a de trazer a investigação para o campo da constituição das práticas de dominação burguesa neste período inicial de nossa história republicana.

Embora difícil de ser trabalhado ao nível da pesquisa empírica — seja pela dispersão das fontes, diversidade do setor, etc. — o estudo sobre o setor de serviços tem se revelado bastante produtivo pela natureza e diversidade de questões que suscita e permite discutir.

Num primeiro momento da pesquisa fez-se necessário estudar a própria constituição do setor de serviços. A delimitação do universo compreendido pelo setor confrontou-nos com a impropriedade e indeterminação teórica da noção de serviços. Categoria teórica de filiação à economia neoclássica, a noção de serviços tem sido empregada para classificar qualquer atividade econômica cujo resultado final não seja um produto mercadoria. As bases do conceito são construídas a partir dos resultados do processo de produção, ao invés da natureza das relações de produção que este comporta. O que importa, no nível de nossa monografia, é que sem passar por qualquer procedimento de crítica a noção de serviços é incorporada — de forma não muito explícita — aos estudos sobre o proletariado urbano, adquirindo então forte poder classificatório e explicativo. Nestes estudos a noção de serviços separa contingentes proletários de não-proletários, divide trabalhadores entre produtivos e não-produtivos, separa, classifica e explica práticas “revolucionárias”, “reformistas” e “reacionárias”.

O desenvolvimento da pesquisa concreta sobre os contingentes de trabalhadores alocados neste setor levou-nos ao questionamento e à própria negação desta formulação teórica de “serviços”. A existência concreta destes setores no que diz respeito às práticas de dominação a que estão submetidos revelaram-se bastante semelhantes às do operariado em geral. No embate político do período estes são considerados, e se consideraram, como parte integrante do proletariado urbano. Nesta medida, quando caminhamos da discussão sobre a formação do trabalhador assalariado urbano enquanto agente político importa menos a natureza da atividade, ou o trabalho concreto desenvolvido — pelo menos compreendidos dentro destes moldes — que as condições gerais de dominação e proletarização a que estejam submetidos.

Por outro lado, estudar a constituição do setor de serviços, buscando entender as estratégias de controle a que estava submetido, implicou em acompanhar e discutir questões relativas ao desenvolvimento urbano-industrial de São Paulo, principalmente no que diz respeito ao município da capital. No caminho da organização do material de pesquisa estamos procurando acompanhar o processo de formação da cidade pelo lado da constituição do mercado de trabalho e da experiência de classe trazida pela generalização das relações de assalariamento no aglomerado urbano. Especificamente, no incipiente espaço urbano do início do século, a forte presença dos trabalhadores do setor de serviços e a sua significação no que diz respeito à gestação e formação do mercado de trabalho urbano tornaram possível trabalhar questões sobre as formas de controle exercidas pelo Estado sobre o mercado. O fato de as atividades do setor terem sido assumidas pela empresa privada como concessão estatal submete os trabalhadores destas categorias a formas bastante acentuadas de controle (se tomarmos como medida os trabalhadores de outros setores no período), já que estes na maioria das vezes estão subordinados a regulamentos, sujeitos a fiscalização e matrículas levadas a cabo por agências da Prefeitura ou do governo do Estado. Apreender e indagar sobre a natureza do controle instituído por estes instrumentos sobre os trabalhadores é um dos objetivos da presente monografia.

É natural que, constituindo-se em quase metade da totalidade dos trabalhadores assalariados de São Paulo no primeiro quartel deste século, os trabalhadores do setor de serviços tenham tido uma participação importante no desenvolvimento da luta política entre capital e trabalho no período. Número significativo das greves ocorridas no período bem como parte importante das organizações sindicais e de classe são fruto do processo de lutas destas categorias. Ao investigar este processo de lutas — acompanhando as greves sem preocupação da reconstrução linear — buscaremos discutir a gestação, formulação e constituição das estratégias de dominação burguesa no período. Nesta direção estaremos preocupados em apreender o sentido das estratégias de controle a que estão subordinados estes trabalhadores, seja ao nível da intenção, propostas ou práticas concretas, principalmente no que diz respeito à atuação do Estado frente às greves e ação geral das organizações formais ou informais do setor. Ainda neste caminho buscaremos acompanhar a gestação e desenvolvimento das formulações burguesas definidoras das noções sobre ordem, segurança e insegurança pública, bem como dos direitos de greve, organização e de reunião.

Finalmente, cabe ressaltar que, embora vivenciem condições de existência semelhantes às do operariado em geral, os trabalhadores de sua inserção no processo geral de acumulação de capitais — que permitem indagar sobre a possível diferenciação das práticas de controle e suas possíveis expressões ao nível da segmentação da classe. Categorias profissionais tais como os ferroviários, trabalhadores em trapiche, carregadores, estivadores, ensacadores, etc., ocupam posições estratégicas no que diz respeito ao processo geral de acumulação no período. Por outro lado, os serviços de infraestrutura urbana como gás, transporte, luz etc., são serviços públicos e sua interrupção afeta toda a vida produtiva da cidade. A pesquisa tem demonstrado que a repressão é imediata e violenta sobre greves destes setores, e as formulações sobre a impropriedade das paralisações destes serviços — trazendo à tona a discussão sobre greves justas e badernas — aparece de forma intermitente na documentação. Neste caminho, interessa-nos a constituição das estratégias de controle sobre o movimento operário do período.

B) INQUÉRITOS E FONTES OFICIAIS: A DETERMINAÇÃO DA CONDIÇÃO OPERÁRIA

MARIA AUXILIADORA GUZZO DE DECCA
Pesquisadora Responsável.

Desde os fins do século XIX o operariado industrial e urbano surge como força social importante em São Paulo, especialmente na capital do estado. No interior de uma sociedade onde o caráter urbano-industrial se acentuava progressivamente, a vida operária, dentro e fora dos locais de trabalho, passa a ser objeto de atenção e preocupação em São Paulo, notadamente a partir da última década do século XIX e décadas iniciais do século XX.

As condições de existência dos trabalhadores, em seus múltiplos aspectos, começam a ser examinadas, diagnosticadas e avaliadas pontualmente por várias instituições, grupos sociais, agências ligadas ou não aos poderes públicos, etc... Fontes documentais as mais variadas, existentes e disponíveis para o período inicial de desenvolvimento industrial e expansão urbana em São Paulo, sugerem e indicam a importância crescente atribuída ao conhecimento dos “meios operários”. Diferentes visões e sobretudo diferentes intenções podem ser vislumbradas nesse interesse de reconhecer o ambiente de “trabalho” e “vida” dos operários industriais e urbanos.

Buscando entender o sentido de estudos e pesquisas sobre a condição operária, nesta monografia, um tipo específico de documentação é utilizada e analisada: os inquéritos realizados sobre o operariado e as chamadas fontes oficiais que direta ou indiretamente trataram de questões relativas à vida dos trabalhadores industriais e urbanos em São Paulo entre os inícios da década de dez e meados da década de trinta. Ainda que as condições de trabalho de forma geral tenham sido o objeto, por excelência, de inquéritos, relatórios, boletins, revistas, publicações avulsas, outros aspectos do cotidiano operário tais como os salários, a habitação, a alimentação, a higiene e a saúde, a educação e o lazer também foram investigados e referidos, sendo privilegiados no decorrer deste trabalho.

Toda a documentação em questão tem um caráter oficial, uma vez que foi produzida no âmbito governamental ou por agências e instalações ligadas de alguma forma aos poderes públicos, com a finalidade de subsidiá-los em sua tarefa de administração social e, sobretudo, porque se reveste, ainda que de forma heterogênea, de uma legitimidade social e política conferida pelos poderes constituídos dentro dos marcos da dominação burguesa e capitalista.

O caráter oficial dos inquéritos e fontes indicadas abre, entre várias outras, a possibilidade de acompanhar a atuação do Estado em relação à vida do operariado industrial e urbano. De forma muitas vezes assistemática e intermitente, o Estado procurou efetivar medidas ou projetar políticas em relação ao cotidiano operário e urbano fora dos muros das fábricas, unidades de produção e locais de trabalho.

A documentação oficial mencionada, que se preocupou em registrar informações as mais diversas sobre a classe operária, tentando inclusive estabelecer qual a situação concreta e qual a condição ideal para o operariado industrial e urbano em São Paulo, começa a ser vista a partir de 1911, embora desde os fins do século XIX se encontre material de interesse nessa direção.

Entre 1911-1912 foi criado o Departamento Estadual do Trabalho em São Paulo, órgão de certa forma pioneiro no país, que se propõe a investigar sistematicamente as condições do trabalhador industrial e urbano além das do trabalhador rural. Tomou-se como referência inicial, portanto, o Departamento Estadual do Trabalho (D.E.T.), cuja criação dá origem à publicação de boletins trimestrais que incluem

dados e observações mais organizadas acerca dos meios proletários urbanos.

Durante as décadas de dez, vinte e trinta deste século o operariado industrial e urbano foi avaliado nos vários aspectos de seu cotidiano por agências, instituições, poderes públicos, tendo sido equacionados “problemas proletários” e propostas “soluções” para os mesmos, principalmente na cidade de São Paulo, que se torna no período um dos centros urbanos e industriais mais importantes do país.

Historicamente é possível situar e contextualizar o interesse dos setores dominantes da sociedade, do poder, em suas múltiplas manifestações, pela vida operária. Assim, a “questão” do operário e/ou do pobre assumiu contornos diferentes ao longo de todo esse período.

Talvez as visões sobre os meios operários tenham variado pouco nos anos dez, vinte e trinta, mas tudo indica que depois dos anos de maior agitação e revolta do proletariado urbano — 1917/1920 — os estudos, diagnósticos e proposições sobre o viver operário adquiriram um caráter mais técnico e pragmático, sendo privilegiadas, em relação ao trabalhador, implícita ou explicitamente, estratégias de controle mais persuasivas que diretamente repressivas. Nas décadas de vinte e trinta parece se intensificar no discurso oficial sobre a “questão social” um técnico, educativo, disciplinador e conformista. Os interesses de Estado e as necessidades da produção parecem determinar a constituição de um saber racional e objetivo sobre a vida operária. No final dos anos trinta e início dos anos quarenta, através desse procedimento, se estabelece e se determina uma condição operária. Salários são definidos, padrões possíveis de alimentação, habilitação, higiene e saúde são estipulados, referências adequadas para a educação e lazer são delineadas, ao lado de todo o conjunto de medidas adotadas para o trabalho fabril e urbano de modo geral.

A garantia da disciplina e adequação do operariado, não apenas na esfera da produção, era necessária para a manutenção de uma ordenação social cuja desigualdade a faceta urbano-industrial de alguma maneira acentuava. Os poderes públicos subsidiados por instituições, de natureza e objetivos diferentes, se empenharam particularmente na tarefa de civilizar os meios operários de maneira crescentemente “racional”, tendo a benemerência cedido lugar ao pragmatismo e ao cálculo.

C) INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONTROLE DA FORÇA DE TRABALHO: DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO AO MINISTÉRIO DO TRABALHO

JOSÉ FLÁVIO DE OLIVEIRA
Pesquisador responsável.

O objeto desta monografia tem como referência básica a verificação histórica do controle da força de trabalho através da burocracia do Estado, via montagem de uma série de agências cuja finalidade era a de tornar público-institucional este mesmo controle. É preciso ressaltar, entretanto, que tais propósitos em termos da consciência e da formulação dos projetos definidos por parte dos agentes oficiais nem sempre se apresentaram com clareza no cenário político brasileiro. Tais intenções foram assimiladas e explicitadas com maior ou menor clareza em conformidade com o desenvolvimento de conjunturas sociais específicas.

A temática do político nas suas relações com o trabalho tem aflorado como preocupação dos estudos acadêmicos, em geral, na direção da legislação social e da problemática do sindicalismo brasileiro. O estudo aqui proposto tem a intenção de contribuir para o entendimento desta temática geral incursionando pelo universo das relações do aparelho do Estado com o trabalho, no recorte específico de certas instituições tais como: o Departamento Estadual do Trabalho, o Departamento Nacional do Trabalho, o Conselho Nacional do Trabalho e a Justiça do Trabalho e o Ministério do Trabalho. É importante frisar que é este lugar ainda bastante pobre de pesquisas e reflexões.

A indicação de tais agências como objeto desta pesquisa obedece ao propósito de se tentar reconstituir o processo de montagem da estrutura institucional que irá dar legitimidade ao controle da força de trabalho no Brasil. Acredito que o leque de instituições que tem seu início bastante tímido e regionalizado em 1912, com a criação do Departamento Estadual do Trabalho em São Paulo e seus contornos finais em 1939, com a implementação da Justiça do Trabalho constituem um recorte histórico significativo para se compreender a montagem do aparelho burocrático destinado a exercer um certo tipo de controle sobre a força de trabalho, que deitará raízes sobre a história posterior.

As agências aqui privilegiadas como centros de poder, dotadas de uma certa unidade própria, dada a identidade de objetivos particulares que as fundamenta — controle político e econômico da força de trabalho —, assim como pelo fato

de fazerem parte de um todo orgânico destinado, em última instância, a dar ordem e coesão à sociedade.

A criação do Departamento Estadual do Trabalho, em São Paulo, constitui um dado histórico extremamente relevante para se pensar a constituição das agências controladoras da força de trabalho, dado que pela primeira vez se cria no Brasil uma instituição de caráter estatal destinada a agir também sobre o mercado de trabalho urbano no Brasil. Por isto mesmo, levanta uma série de questões, a começar pelas que resultam da constatação de sua tímida proposta de ação, como se pode perceber nos objetivos estipulados pela própria lei que cria o Departamento.

Tais reflexões levam em consideração o fato de que a ampliação e efetividade das agências estatais, portanto da burocracia do Estado, ocorrem de forma correlata ao processo de urbanização. Acredito que a ampliação do espaço urbano, cuja determinação em última instância é decorrente do desenvolvimento do processo produtivo, constitua-se no espaço privilegiado da luta política de classes, no qual o Estado desempenha papel fundamental.

No espaço das cidades, as contradições sociais se agravam e ampliam. O trabalhador aí não tem nenhuma possibilidade de sobrevivência a não ser, fundamentalmente, pela venda monetária de sua força de trabalho, com que fará frente às suas despesas necessárias com moradia, alimentação, vestuário, etc. Aí também o agravamento das tensões sociais será uma decorrência do crescimento desproporcional da força de trabalho, relativamente à oferta de empregos disponíveis, inchando, assim, o exército de reserva de trabalhadores sem trabalho, entre os quais se incluirá uma franja muito miserável, constituída pelos esfarrapados de todos os gêneros: uma categoria indiscutivelmente muito perigosa para a "harmonia e tranquilidade" da paisagem social.

Por outro lado o urbano é também o lugar privilegiado para a união dos explorados: reúnem-se muitas centenas de trabalhadores de várias categorias; a escrita e a leitura são apropriadas por muitos deles, o que facilitará a comunicação e informação através de jornais e panfletos; aí também estará colocada objetivamente a possibilidade de sua organização, por meio de associações, sindicatos e partidos políticos visando interesses de categorias ou da classe como um todo.

A criação do Ministério do Trabalho e a instituição da Justiça do Trabalho, por sua vez, demarcam uma conjuntura política, em que a presença do Estado se faz através de uma sofisticada burocracia a nível nacional, com ramificações es-

taduais, cujas funções não se limitavam mais a apenas realizar “estudos e levantamentos”, mas a agir decisivamente sobre a força de trabalho urbano, não só organizando o mercado de trabalho e regulando as relações de trabalho e intervindo nas próprias condições de vida dos trabalhadores.

Acredito que a instituição da Justiça do Trabalho, em 1939, através do decreto 1.468, de forma especial, equivalente à justiça militar, com forum próprio e organicamente vinculada ao Ministério do Trabalho, represente o elo de uma cadeia que buscamos montar, tendo em vista que este arcabouço jurídico institucional em pouco ou quase nada se alterou no período posterior, já que permanece o mesmo com a publicação da Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943, nada mudando com a Carta Constitucional de 1946 e o período de redemocratização que se segue, assim como seria fielmente transcrito nas constituições de 67 e 69.

Outro tipo de questão a ser verificada nos limites desta monografia aponta para a compreensão de que o desenvolvimento do aparelho burocrático e o crescimento urbano correlacionam-se com o projeto político ideológico de diluir a contradição de classes, através de um discurso do tipo harmonizador.

Assim, em termos gerais, a presente monografia tem como eixo de análise três níveis de referências, a saber: a) a questão do Estado e a constituição da burocracia como instrumento de dominação de classes; b) a formação e desenvolvimento do urbano como lugar do desenrolar da luta política de classes; c) a contradição capital/trabalho, na forma como é assimilada e apresentada pelos agentes do poder.

2.^a Linha de Pesquisa.

PROCESSO DE TRABALHO E TECNOLOGIA

MARIA ANTONIETA M. ANTONACCI
Coordenadora e pesquisadora.

JOÃO BATISTA MAZZIEIRO
Pesquisador.

Tomando a industrialização como um processo de desenvolvimento de relações sociais de produção, relações que se estabelecem no processo de trabalho e atingem a sociedade como um todo, a linha de pesquisa “Processo de Trabalho e Tecnologia” inscreve-se no interior das recentes preocupações com o estudo do processo de trabalho, de modo a compreender *como* se produz. Sendo assim, esta linha de pesquisa tem como objeto de investigação a racionalização do processo de trabalho e participa do debate instaurado sobre a questão da tecnologia, entendida a partir da forma como se dá a organização do processo de trabalho, instância privilegiada para a apreensão das relações que os homens estabelecem entre si para a produção de sua sobrevivência individual e social.

Dentro destas colocações, a aproximação com a problemática desta linha de pesquisa e a tentativa de apreender melhor seu objeto de estudo ocorreram a partir da leitura e discussão de dois textos: Stephen Marglin, “Origens e Funções do Parcelamento das Tarefas”, e Christian Palloix, “O Processo de Trabalho: do Fordismo ao Neofordismo”⁵. Esse caminho nos permitiu refletir sobre a complexidade do processo de trabalho, “coração” real da economia⁶ na medida em que na combinação entre os elementos que o constituem

5 MARGLIN, Stephen. Origens e funções do parcelamento das tarefas. In: GORZ, André, org. *Divisão social do trabalho e modo de produção capitalista*. Lisboa, Escorpião, 1976. PALLOIX, Christian. O processo de trabalho: do fordismo ao neofordismo. In: TRONTI, Mario, org. *Processo de trabalho e estratégias de classe*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

6 “O sistema produtivo e o movimento do capital são dirigidos deliberadamente para o processo de trabalho, que é o ‘coração’ real da economia, e, portanto, para os elementos, constitutivos desse processo e suas formas particulares de combinação”. PALLOIX, p. 71.

(força de trabalho, matéria-prima, máquinas) pode-se apreender o núcleo da subordinação/insubordinação, ou seja, da luta de classes.

Explicitando a idéia central, de que o processo de trabalho é o “coração” real da economia, Palloix levou-nos a considerar a posição do processo de trabalho no sistema produtivo e no movimento do capital, uma vez que “O sistema produtivo é a tradução material, no processo de trabalho, das exigências do movimento do capital”⁷.

A compreensão do processo de trabalho passa pela relação entre o sistema produtivo e o movimento do capital (movimento de acumulação e movimento de valorização do capital). Neste sentido, entendemos que o sistema de produção capitalista organiza-se para produção de mais-valia num processo de valorização do capital. Com isso, na combinação entre os elementos do processo de trabalho está subjacente a extração de mais-valia num processo de valorização do capital e desvalorização da força de trabalho.

Portanto, o desenvolvimento do processo de trabalho “não está isolado da totalidade das relações sociais. Seu próprio desenvolvimento é um corolário necessário da **divisão de trabalho** no sistema capitalista”⁸. E Palloix aponta que a divisão do trabalho, a fragmentação das tarefas, a diminuição da “porosidade” com a intensificação do trabalho são imperativos para garantir as condições de produção e de reprodução do excedente⁹.

Como o processo de trabalho é o veículo do processo de valorização do capital, é nele que várias técnicas são utilizadas pelo capital no seu empenho em aumentar a produção e comprimir o valor da força de trabalho em cada produto. Para tal, os elementos do processo de trabalho vão sendo combinados de forma a intensificar o ritmo de trabalho, diminuindo os espaços (poros) pelos quais possa atuar o trabalhador e aumentando o trabalho excedente. Com a intensificação do ritmo de trabalho e a redução do tempo durante o qual a força de trabalho não produz, o capital pressiona o valor da força de trabalho e amplia na jornada de trabalho o tempo excedente de que se apropria e que contém mais-valia (mais-valia absoluta).

7 PALLOIX, p. 70.

8 PALLOIX, p. 71 (grifos do autor).

9 Neste sentido PALLOIX discorda da argumentação de Marglin, Gorz e outros, cujo eixo de análise está na proposição de que “a fragmentação e a subdivisão do trabalho não têm nenhuma relação com a extração de um excedente, mas são plenamente explicadas com referência à dominação de classe, à reprodução das camadas hegemônicas”. (p. 92).

Por outro lado, a intensificação do ritmo de trabalho aco-
plada a outros dispositivos (como a padronização dos meios
de produzir, do modo de produzir e do produto), resulta na
produção em massa e na diminuição do tempo necessário à
reprodução da força de trabalho, ampliando o rendimento do
trabalho. O aumento da produtividade (mais-valia relativa)
desencadeia nova desvalorização da força de trabalho, uma
vez que esta se refaz em menor tempo devido ao barateamen-
to de todas as mercadorias em geral, o que vale dizer da mer-
cadoria trabalho em específico.

Portanto, as alterações no processo de trabalho resultam
do movimento do capital, movimento com dois aspectos¹⁰,
que combinam maior produtividade (processo de acumula-
ção) e diminuição do valor da força de trabalho (processo
de valorização). Neste movimento do capital, onde — através
do processo de trabalho — são impostos seus interesses no
sistema produtivo, vão sendo rompidos os limites que o tra-
balhador construiu no processo de trabalho para valorizar
sua força de trabalho. Reduzindo as interferências do traba-
lhador, pressionando o valor da sua força de trabalho, o ca-
pital vai se apropriando dos espaços e dos saberes operários,
expandindo seu poder e seu controle sobre o processo de tra-
balho. Neste sentido apreende-se que o aumento da produ-
tividade contém uma dimensão política e recoloca a relação
capital/trabalho em novos níveis de subordinação/insubor-
dinação.

Conforme demonstrou Palloix: “De um lado, há um pro-
cesso de trabalho dirigido para a produção em massa, isto é,
para a produção de excedente intensivo através da redução
do valor de troca da força de trabalho. Paralelamente, há um
processo de trabalho dirigido para a reprodução da hegemo-
nia das camadas dominantes, uma hegemonia que se baseia
no controle das relações de mercadoria (controle da inova-
ção e ‘design’ (concepção), da realização das mercadorias,
da organização da produção, da administração da força de
trabalho, etc.)”¹¹.

No sistema produtivo, o constante movimento do capital
para aumentar sua produtividade e seu controle sobre a for-
ça de trabalho materializa-se no processo de trabalho na con-
tínua fragmentação e hierarquização das funções, chegando
à dissociação do processo de trabalho em concepção e exe-
cução. Formalmente, concepção e execução estão dissociadas,

10 “A análise do movimento do capital mostra que se trata, na realidade, de um movimento com dois aspectos... Esse duplo movimento pode ser observado no processo de valorização do capital e no processo de acumulação do capital”. PALLOIX, p.70 (grifos do autor).

11 PALLOIX, p. 84.

entretanto suas articulações e interconexões constituem o núcleo dos processos de acumulação e de valorização do capital, através da administração “científica” do processo de trabalho.

O movimento de acumulação/valorização do capital, que impulsiona a racionalização do processo de trabalho, está implícito na decomposição e recomposição das atividades, na hierarquização das funções, nas técnicas da psicologia industrial que internalizam a disciplinarização (de tempos, gestos e movimentos) e na qualificação/desqualificação da mão-de-obra. Todos estes elementos cumprem a mesma função no processo de trabalho enquanto processo de valorização/acumulação de capital, uma vez que estas técnicas, elaboradas e aplicadas de forma a reduzir as várias formas de executar um trabalho a uma única forma “cientificamente” determinada, acabam por uniformizar os procedimentos de trabalho, nivelando a mão-de-obra à categoria de mercadoria.

Conforme o trabalho deixa de ser do trabalhador (pela redução do seu campo de ação e de conhecimento) e o capital pode realizar um remanejamento contínuo da mão-de-obra (uma vez que a uniformização de tempos e movimentos e a padronização dos meios de produção permitem que as máquinas sejam manipuladas por qualquer operário), apreende-se que na racionalização do processo de trabalho está embutido o processo de mercantilização da força de trabalho. Através da organização “científica” do processo de trabalho, o valor-de-uso da força de trabalho fica submetido ao seu valor-de-troca, à sua mercantilização.

E é em torno da produção de “mercadorias” que Palloix demonstra como no processo de trabalho está contida a produção e a reprodução das relações capitalistas. “A reprodução das relações capitalistas de produção toma a forma da produção de ‘mercadorias’; o conceito de mercadoria é de importância central para o sistema capitalista. O controle da reprodução, do ponto de vista das camadas hegemônicas, ocorre através do *controle da mercadoria*, não só em relação às condições da *produção* de mercadorias (organização do processo de trabalho na produção em série) mas também em relação à reprodução das *relações de mercadorias* (isto é, a reprodução da dominação das camadas hegemônicas)”¹².

Sendo o processo de trabalho o “coração” real da economia e considerando-se que a combinação de seus elementos não está isolada da totalidade das relações sociais de produção, não se pode pensar que a organização/reorganização

12 PALLOIX, p. 89.

do processo de trabalho fique contida nos muros da fábrica. A implantação de novas diretrizes no processo de trabalho, alterando as relações entre força de trabalho, matéria-prima e máquinas, desencadeia um processo de reestruturação de todo o cotidiano operário, atingindo a sociedade por inteiro.

A expansão do poder do capital no processo de trabalho engendra o aumento da produtividade (eficiência), e o controle do trabalhador (dominação) comporta a reorganização da sociedade conforme as novas formas de subordinação/insubordinação e a ampliação do campo de atuação do Estado, uma vez que estas novas formas de domínio/resistência configuram para o capital a necessidade de uma “gestão da força de trabalho como mercadoria particular”¹³.

Entendemos que esta gestão estatal da força de trabalho articula-se às várias formas de resistência e insubordinação à disciplinarização que o capital impõe à sociedade, no seu caminho de subordinação do processo de trabalho às necessidades de seu movimento de acumulação/valorização. Mas entendemos que esta administração de força de trabalho ultrapassa os limites do aparelho do Estado, disseminando-se em várias formas de existência, que permeiam toda sociedade e se manifestam dissimuladamente na família, na escola, na fábrica, na assistência social, nos organismos técnico-científicos, nas instituições culturais, na utilização da medicina, da psicologia, etc.

Neste sentido, consideramos que a eficácia da dominação, que se estabelece no interior do processo de trabalho na forma de produção e reprodução de “mercadorias” e se realiza na sociedade como um todo, está na difusão e dissimulação dos mecanismos de poder do capital na fábrica e da sociedade. Consideramos, ainda, que a difusão e dissimulação destes mecanismos de poder, em determinado período histórico, assume a forma de racionalização ou administração “científica” da produção.

É dentro desta perspectiva que estamos encaminhando nosso estudo em torno das questões referentes ao taylorismo, fordismo e racionalização do capital e do trabalho, onde a fragmentação das tarefas, a hierarquia, a disciplina, a vigilância, a previsão e o controle, redimensionam a relação entre os elementos do processo de trabalho ao serem cientificamente determinados e combinados.

E estas questões em torno da organização racional do processo de trabalho estão sendo analisadas através de ân-

13 BRUNHOFF, p. 13. “Esta gestão responde a uma necessidade do capital, que não pode ser satisfeita diretamente por ele mesmo”.

gulos específicos, que definem e delimitam as duas monografias que compõem a linha de pesquisa “Processo de Trabalho e Tecnologia: Instituições Racionalizadoras do Capital e do Trabalho”: CIESP, FIESP e IDORT (1928/1945) e “Racionalidade e Disciplina na Organização do Processo de Trabalho Fabril”: a Indústria Têxtil Paulista (1930/1945).

No contexto da primeira monografia, a cargo de Maria Antonieta Antonacci, pretendemos apreender a concepção de organização racional do processo de trabalho formulada por setores do empresariado paulista, no período de 1928 a 1945, bem como a ação desencadeada por suas instituições em torno da racionalização da produção como necessidades da valorização/acumulação de capital e de controle da classe operária. A problemática desta investigação está relacionada, portanto, ao avanço do processo de subordinação do trabalho ao capital.

Como este processo não se restringe aos muros da fábrica mas abrange toda a sociedade, as instituições racionalizadoras — no caso o CIESP/FIESP e o IDORT —, no seu caminho de organização do processo de trabalho, além de se ocuparem com aspectos relativos ao trabalho (higiene, hierarquia, disciplina, desperdício, padronização, etc.), voltaram suas atenções para questões como habitação, saúde, lazer, educação, alimentação do trabalhador, atingindo a sociedade como um todo.

Sendo assim, através do estudo destas instituições racionalizadoras do capital e do trabalho, pretendemos apreender como a burguesia industrial paulista estava se definindo e se organizando, tanto em relação às condições de produção de mercadorias (preocupação com a organização racional do processo de trabalho), quanto em relação à reprodução das relações de “mercadoria” (preocupação em fazer frente à crescente luta de classes, de forma a controlar o trabalho e reproduzir a dominação).

Para apreendermos a ação racionalizadora desenvolvida por estas instituições, partimos de considerações em torno da *natureza* de CIESP/FIESP e do IDORT. Sendo assim, nosso interesse no CIESP/FIESP localiza-se na luta destas associações patronais para o estabelecimento de condições para o pleno desenvolvimento industrial com a eliminação de obstáculos para instauração da nova ordem racionalizada. Daí que abordaremos a atuação do CIESP/FIESP dentro de uma perspectiva de racionalização mais ampla, que atinge as instâncias de uma luta política em torno da utilização racional dos elementos do processo de trabalho: máquina, força de trabalho e matéria-prima.

Já no IDORT, **organismo técnico-científico**, vamos acompanhar os estudos, a difusão e a aplicação dos princípios de organização científica do processo de trabalho em São Paulo. Como o IDORT desenvolveu suas atividades através de duas divisões, que evidenciam a grande dissociação do processo de trabalho em concepção e execução, estabelecemos nosso plano inicial de abordagem desta instituição em cima desta separação: Divisão de Organização Administrativa do Trabalho e Divisão de Organização Técnica do Trabalho.

Sendo assim, na 1.^a Divisão analisaremos as questões referentes à concepção do processo de trabalho, onde podemos apreender todas as engrenagens administrativas propostas para a montagem do complexo sistema de hierarquia de funções, com a divisão de responsabilidade e salários. Em resumo, estudaremos a burocratização do processo de trabalho, inerente à aplicação dos princípios de administração científica. Na 2.^a Divisão nossa atenção estará voltada para as questões referentes à execução do processo de trabalho, na chamada Organização Técnica do Trabalho, que se ocupa do “fator humano”. Esta preocupação com a força de trabalho subdivide-se em assuntos referentes à psicotécnica (adaptação do homem à máquina) e à tecnopsicologia (adaptação da máquina e do ambiente fabril ao homem). Nesta divisão estudaremos o trabalhador e o ambiente de trabalho, que são organizados e dispostos de forma a conduzir à disciplinarização, à precisão dos gestos e à simetria, princípios básicos da racionalização do processo de trabalho.

Na segunda monografia: “Racionalidade e Disciplina na Organização do Processo de Trabalho Fabril”: a Indústria Têxtil Paulista (1930/1945), a cargo de João Batista Mazzeiro, procuraremos recuperar a organização do processo de trabalho por intermédio do Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem. Estudamos a articulação entre os elementos do processo de trabalho no interior da indústria têxtil paulista por considerá-la a mais desenvolvida, no período de 1930 a 1945, quanto à organização parcelária e hierárquica do trabalho.

Nesta monografia pretendemos apreender o movimento de racionalização num contexto determinado de produção, a fim de recuperarmos como a relação entre os elementos do processo de trabalho vai se alterando em função da aplicação de princípios “científicos” na organização do trabalho, constituindo este ramo de produção, no caso o têxtil.

Neste sentido, a problemática desta investigação refere-se ao estudo do processo de subordinação/insubordinação do trabalho ao capital, através do desenvolvimento de um código

go de disciplina fabril, da distribuição da hierarquia e das especializações no interior da fiação, tecelagem e acabamento (estamparia, tinturaria, empecamento, etc.); bem como através das formas de previsão e controle da produção, higiene do trabalho, orientação profissional e combate aos acidentes de trabalho.

3.^a Linha de Pesquisa

QUALIFICAÇÃO E TREINAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO.

MARIA ALICE ROSA RIBEIRO
Coordenadora e pesquisadora.

CORALY GARA CAETANO
MARIA LÚCIA CAIRA GITAHY
Pesquisadores.

O tema de pesquisa “Qualificação e treinamento da força de trabalho” vem sendo desenvolvido por uma equipe de três pesquisadores. Cada pesquisadora ficou encarregada de investigar uma instituição de ensino profissional que tivesse desempenhado um papel relevante na formação profissional do trabalhador assalariado urbano no contexto da sociedade paulista. Três instituições foram escolhidas: o Liceu de Artes e Ofícios (1873 e 1933), as Escolas Profissionais Estaduais (1911-1942) e o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (1934-1945).

O estudo da criação e do funcionamento destas instituições formadoras do trabalhador vem apontando para os cursos, os requisitos de qualificação, os métodos de aprendizagem e as concepções de qualificação embutidas nestas instituições.

Ainda que de forma incipiente a pesquisa vem trazendo elementos, os quais podem contribuir para responder a questões como: o que vem a ser qualificação? quais os conteúdos que a qualificação vai assumindo ao longo do período investigado? qual a relação entre a qualificação e o processo de desenvolvimento industrial e urbano? E, por fim, qual o papel que cabe à escola profissional no contexto do desenvolvimento do capitalismo quando um contingente crescente de trabalhadores tende a ser desqualificado?

O Liceu de Artes e Ofícios constituiu-se numa das primeiras experiências do ensino profissional, desenvolvido pela iniciativa particular, pela então denominada “Sociedade Propa-

gadora da Instrução Popular". De início era voltado para o ensino primário para adultos, e somente a partir de 1894 começa a abrigar os cursos de Artes e Profissionais destinados à formação dos mestres para a indústria da construção civil e mobiliário. Nestes cursos a ênfase era dada ao desenho, desenho geométrico, linear, arquitetônico, leitura de projetos de edificações. Completavam este ensino a modelagem, artes decorativas e noções de história das artes, dos estilos arquitetônicos. O aluno ingressante nos cursos do Liceu era submetido a um "regime especial" ditado pelo fato de que o Liceu não se propunha a ser uma mera escola, mas uma experiência de "escola-oficina", na qual todas as particularidades do regime fabril eram postas em prática, no processo de aprendizagem. Há no Liceu duas preocupações com qualificação: uma, qualificar através da alfabetização e da disciplinarização ao regime de fábrica; a segunda preocupação que percorre o Liceu, durante o período estudado, é instruir um número de trabalhadores num "ofício", em particular nos ofícios encontrados na indústria da construção civil, mobiliário e correlatos.

As escolas profissionais constituíram-se na primeira iniciativa do Estado de São Paulo no campo da formação profissional. Criadas a partir de 1911, primeiramente na Capital e aos poucos se estendendo pelo interior do Estado de São Paulo, estas escolas preocupavam-se com a formação do trabalhador e da trabalhadora. Para o primeiro destinavam os cursos de mecânica, marcenaria e pintura dirigidos para vários ramos da indústria, e não a um específico. Para as trabalhadoras a ênfase era dada aos cursos de confecções, bordados, flores e chapéus e outros. Tanto a formação do trabalhador como da trabalhadora eram vistas de forma ampla. A aprendizagem destinava-se à formação de um trabalhador "conhecedor de um ofício completo". A especialização, em uma parte de um ofício, no entender dos formuladores da concepção do ensino profissional ministrado nestas escolas, deveria ficar a cargo do exercício profissional futuro do aluno. No local de trabalho, o aluno aperfeiçoava-se, especializando-se numa determinada parte do ofício.

Ao longo do período pesquisado há alterações na concepção da qualificação, mas estas se fazem mais presentes nas escolas femininas do que nas masculinas. Nestas últimas a ênfase do ensino profissional era dada no curso de Mecânica.

O Centro Ferroviário foi uma experiência bastante singular, em relação às anteriores, em termos de ensino profissional. Esta foi uma experiência que contou com a colaboração tanto da iniciativa privada, através das empresas ferroviárias,

como do poder público. Criado em 1934, a preocupação do Centro era, fundamentalmente, com a aprendizagem de trabalhadores que se destinassem a exercer funções na ferrovia. Assim, o curso de mecânica promovido pelo Centro seguia o conteúdo, as instruções daquela *mecânica específica* encontrada nas ferrovias. Não havia, como ocorria nas experiências de ensino profissional anteriores, um curso de mecânica geral, mais amplo. O curso de mecânica destinava-se com exclusividade ao exercício de funções na ferrovia.

Distinguem-se, claramente, nestas três instituições pesquisadas, duas concepções de qualificação. No Liceu de Artes e Ofícios e nas Escolas Profissionais do Estado há a preocupação com a formação do operário completo, e esta se reflete nos métodos empregados de aprendizagem. O aprendiz, em seu processo de formação, passa por todas as operações relativas a um ofício, além de receber forte carga de desenho e matemática.

O que distinguia estas instituições, afora o fato de uma ter sido originada da iniciativa particular, enquanto que a outra de um empreendimento estatal, era a perspectiva que adotavam em relação ao mercado de trabalho. O Liceu enfatizava a formação do trabalhador para a construção civil, mobiliário e ramos correlatos, ao passo que as escolas profissionais do Estado formavam o trabalhador para o mercado de trabalho em geral, ou seja, o mecânico formado pela escola tanto poderia ir para a indústria têxtil, para a seção de manutenção de máquinas, tanto quanto poderia se dirigir a uma oficina mecânica de reparação de automóveis, etc.

Já a concepção de qualificação presente no Centro Ferroviário era mais específica, ligava-se ao tipo de ocupações existentes na ferrovia. A aprendizagem vinculava-se diretamente ao trabalho. A formação fornecida era definida em função do posto de trabalho que o aluno-aprendiz iria mais tarde, se selecionado, ocupar. Há a preocupação de especializar, de fornecer ao aluno somente o conhecimento mínimo necessário para o exercício daquela função. Todo conhecimento transmitido, toda prática desenvolvida era na medida certa, metodicamente racionalizada para a função para a qual o aluno foi selecionado. Resulta, daí, que no Centro assume fundamental importância o processo de seleção dos aprendizes.

Os métodos de recrutamento e seleção dos candidatos aos Cursos eram os mais “científicos” e os “mais precisos” porque, ao mesmo tempo, se estava qualificando o futuro trabalhador da ferrovia, o futuro ferroviário. Por esta razão há a introdução do psicotécnico, com ele buscava-se reduzir o

risco de selecionar incorretamente, de gastar com a formação de um "indivíduo" que não se presta à ocupação para a qual foi qualificado. A aprendizagem era um custo para a ferrovia e maior seria este se o aluno-aprendiz não fosse aproveitado na ocupação para a qual era preparado.

Essas experiências sintetizam distintas concepções de qualificação, de método de aprendizagem, seleção e recrutamento da força de trabalho. Mas nossa preocupação não se esgota nestes temas, nem eles se cristalizam isoladamente, alheios ao contexto em que são gestados.

A formação profissional de trabalhadores, a sua qualificação, diz respeito ao processo de desenvolvimento do capitalismo, ao avanço da industrialização e da urbanização. Entretanto, a relação que se estabelece entre eles não é mecânica, não é direta nem isto sim, mediada pelas mudanças na organização do processo de trabalho, pelo avanço da divisão do trabalho.

A qualificação guarda uma relação estreita com as mudanças na forma como se organiza o trabalho nos diversos ramos da atividade produtiva urbana. Esta articulação se dá no contexto da formação do mercado de trabalho urbano.

Em síntese, a perspectiva de investigação e de interpretação, que está sendo construída no nosso trabalho, tem níveis distintos de preocupações. No plano mais simples a qualificação, o processo de trabalho seguido pelo mercado de trabalho e por fim no plano mais geral e por isso mesmo o "pano de fundo" o processo de desenvolvimento do capitalismo.

A exposição sobre as instituições pesquisadas já indica algumas das possíveis mediações da qualificação com o processo de trabalho, mercado de trabalho e com a industrialização e urbanização. Vamos agora sistematizá-las, de forma a torná-las mais límpidas ao leitor.

A forma escolhida para abordar o tema da pesquisa — qualificação — no qual privilegiamos o processo de trabalho, a formação do mercado de trabalho no contexto do processo de industrialização, permitia ver como as alterações na organização do processo de trabalho impõem modificações nas relações entre os trabalhadores, entre os trabalhadores e os meios de produção, na hierarquia, na seleção, no recrutamento e também na qualificação requerida.

As modificações que têm lugar no processo de trabalho e, conseqüentemente, no conteúdo da qualificação, apresentam uma tendência geral de reduzir cada vez a intervenção do trabalhador no processo de trabalho. Isto com o objetivo

de tirar do trabalhador o controle sobre o processo produtivo, de retirar a produção dos limites ditados pela resistência política e física do trabalhador e fazer avançar o processo de acumulação através da produção em massa, da eliminação dos capitais concorrentes, da concentração e centralização do capital.

A introdução de inovações técnicas, a mecanização nos antigos ramos da produção provocam a redução da interferência do trabalhador direto, qualificado, conhecedor de um “ofício”, aumentando por sua vez o número de trabalhadores “semiquualificados” e de “não-qualificados”. Este processo se manifesta de forma clara com o sistema de máquinas onde os requisitos do trabalho qualificado se estreitam à capacidade de o indivíduo adaptar-se às normas emanadas da direção e à disciplina da fábrica. Terá o trabalhador dito qualificado de no máximo saber ler ordens escritas ou desenhadas para poder operar as máquinas. Inaugura-se aí a separação entre ciência e trabalho. A ciência, a concepção, a direção do processo de trabalho concentram-se, agora, cada vez mais no nível mais elevado da estrutura hierárquica das ocupações.

A tendência à desqualificação crescente permite que o desenvolvimento do capitalismo derrube os entraves à acumulação representados pelo trabalho qualificado. O processo de trabalho que se assenta sobre tarefas complexas, cuja execução depende de trabalhadores habilidosos, experientes, portadores de “ofício”, não é adequado à expansão da produção, à concorrência entre capitais, à concentração e centralização do capital¹⁴.

Ainda na presença da grande indústria, este mesmo objetivo — a desqualificação do trabalho — pode ser alcançado através da introdução de métodos de trabalho “racionalizadores” nos ramos produtivos. Em alguns ramos da produção as dificuldades de mecanizar o processo de trabalho são maiores do que em outros, por exemplo, na indústria mecânica, na construção civil, etc, onde persiste em muitas operações a necessidade de trabalhadores diretos habilidosos, conhecedores do “ofício”, etc. Nestes ramos busca-se por meio da “racionalização” — taylorismo, fordismo, etc. — maquinar o trabalhador. Ensina-lhe o comportamento de um autônomo, invertem-se as posições, ao trabalhador cabe imitar os movimentos da máquina. Objetivar o subjetivo é, em síntese, o que se propõem os “métodos racionais”. A desqualificação resulta não das mudanças ocorridas pelo lado dos

14 Ver MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. Livro 1, seção 4, cap. XXIII.

instrumentos de trabalho, ela se dá pelo lado do trabalhador, ou seja, racionaliza-se, padroniza-se, mecaniza-se a ação do trabalhador ao executar determinada tarefa.

Ao mesmo tempo em que se está desqualificando um grande contingente de trabalhadores, surge a necessidade de criar, dentro da estrutura de cargos da empresa, ocupações intermediárias, quadros técnicos médios responsáveis por atribuições relativas à concepção da organização do trabalho, à direção e ao controle do processo produtivo¹⁵.

É aqui que as experiências do Liceu de Artes e Ofícios e as escolas profissionais do Estado de São Paulo se inserem. Estas instituições destinam-se a preparar um contingente de trabalhadores qualificados, portadores de um domínio sobre o “ofício” capaz de preencher aquelas ocupações intermediárias, como contra-mestres, “condutores de trabalho”, supervisores de trabalho de um coletivo desqualificado.

Os trabalhadores egressos das escolas de formação profissional são constituídos como veículos de transmissão das normas disciplinares e do espírito de “brasilidade”, às quais foram submetidos nos anos de aprendizagem. Junto com a formação “técnica”, vinha a formação “moral”, o respeito ao trabalho, à autoridade e a submissão ao chefe. Estes aspectos da formação profissional estavam sempre presentes, sendo impossível separar, ou delimitar onde termina a formação técnica e onde começa a disciplinarização do trabalhador. As práticas militares, o escotismo, a educação moral e cívica dos aprendizes, as cerimônias de culto à nação revelam a preocupação em desenvolver não só o trabalhador como força de trabalho, mas também como “cidadão”, cujos interesses devem se identificar com os da nação.

A nacionalização do mercado de trabalho, que permeia as preocupações dos idealizadores do ensino profissional, não diz respeito somente à substituição dos trabalhadores imigrantes, na sua maioria italianos, por brasileiros, mas principalmente a sua substituição por “cidadãos” irmanados ao “espírito da brasilidade”. Os aprendizes das escolas deverão ser os futuros treinadores e forjadores dos espíritos patrióticos da massa de trabalhadores que não têm como local de disciplinarização a escola, mas a própria fábrica.

O caminho percorrido pelos egressos das escolas profissionais — Liceu e as escolas profissionais do Estado — não levava necessariamente às portas da fábrica. Quando dispu-

15 Sobre o processo de trabalho, taylorismo e fordismo, ver: BRIGHTON LABOUR PROCESS GROUP. The capitalist labour process. In: ———. Capital and class. Brighton, 1975. v. 1, p. 3-26. PALLOIX, O processo de trabalho: do fordismo ao neofordismo. CORIAT, Benjamin. Ciencia, técnica y capital. Madrid, H. Blume, 1976.

nham de algum “capitalzinho” abriam oficinas próprias. Estas prosperavam com o crescimento da população, com a expansão das fábricas, com o processo de urbanização. Tornavam-se necessárias para a prestação de uma série de pequenos serviços, quer para a população em geral, como marceneiros, serralheiros, pintores, serviço de reparação elétrica e de encanamentos, modistas, etc., quer para as fábricas e o comércio, reparação de máquinas, fabricação de pequenas peças, etc.

Todo esse processo vai gestando um mercado de trabalho urbano no qual as pequenas oficinas de reparação, manutenção e fabricação têm um peso relevante, embora subordinado à dinâmica mais geral do processo de industrialização, como absorvedora de força de trabalho, como prestadora de serviços à indústria, ao comércio e à população em geral.

Dentro deste quadro as instituições voltadas para a formação profissional dos trabalhadores se situam distintamente, como já nos referíamos. O Liceu está predominantemente voltado para a formação de trabalhadores, de “artesãos” para a construção civil, mais precisamente, para as empresas que atuam neste ramo. Ou, se for o caso, seus alunos podem se tornar pequenos proprietários de oficinas de pintura, de serralheria artística, marcenaria, etc., além do que, alguns podem se dirigir ao magistério profissional, permanecendo na escola como professores.

Nas escolas profissionais do Estado não há a predominância de um ramo produtivo específico, como no caso anterior. O predomínio é de um “ofício”, no caso o mecânico, que é o mais procurado pelos alunos. Os alunos egressos destas escolas têm como opção profissional ingressarem como assalariados, preenchendo dentro das indústrias aquelas ocupações intermediárias, tornando-se mestres, contra-mestres, ou se tornarem pequenos proprietários, sócios, de oficinas de manutenção de máquinas, separação de automóveis, fabricação de peças, etc.

Já o Centro Ferroviário tem uma relação distinta com a formação do mercado de trabalho. Ele forma trabalhadores para as empresas ferroviárias, exclusivamente. As características do processo de trabalho que tem lugar nas oficinas das ferrovias, a sua especificidade, as normas disciplinares impostas aos ferroviários fazem com que o processo de recrutamento de trabalhadores se torne uma tarefa difícil. Daí o interesse das empresas ferroviárias junto com o Estado de implementarem o ensino ferroviário. Com ele se estava também criando um mercado de trabalho para as ferrovias. Este caso é um exemplo marcante da “internalização” do mercado

de trabalho pelas ferrovias. Ou seja, a “família ferroviária” ela própria era o substrato onde as empresas vão buscar os seus novos trabalhadores, que deveriam antes passar por um processo de aprendizagem técnica e de disciplinarização para, só então, ingressarem nos quadros da ferrovia.

Essas experiências permitem a reflexão sobre como os distintos conteúdos atribuídos à qualificação se relacionam às mudanças do processo de trabalho, à formação do mercado de trabalho e à própria constituição do trabalhador no bojo do processo de industrialização e urbanização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BRIGHTON LABOUR PROCESS GROUP. The capitalist labour process. In: ————. **Capital and class**. Brighton, 1975. v.1.
- 2 BRUNHOFF, S. **Estado y capital**. Madrid, Ed. Villalar, 1978.
- 3 CHAUÍ, Marilena. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- 4 CORIAT, Benjamin. **Ciência, técnica y capital**. Madrid, H. Blume, 1976.
- 5 FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- 6 MARGLIN, Stephen. Origens e funções do parcelamento das tarefas. in: GORZ, André, org. **Divisão social do trabalho e modo de produção capitalista**. Lisboa, Escorpião, 1976.
- 7 MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. Livro 1.
- 8 PALLOIX, Christian. O processo de trabalho: do fordismo ao neofordismo. In: TRONTI, Mário, org. **Processo de trabalho e estratégias de classe**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- 9 THOMPSON, E.P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona, Ed. Critica, 1979.

ESTRUTURAS AGRÁRIAS DO NORTE DO PARANÁ

FRANCISCO MORAES PAZ

Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá. Mestrando em História do Brasil na Universidade Federal do Paraná.

1 — Introdução

O presente projeto destina-se à elaboração de uma tese de Doctorat de 3^{ème} Cycle — História, junto a Université de Paris III — Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, sob a orientação do Professor Frédéric Mauro.

O estudo das estruturas agrárias, em seus matizes econômico, político e social, impõe-se como uma importante tarefa aos historiadores. Notadamente no que se refere ao modelo político pós-64, quando o debate sobre a reforma agrária cede à intensificação do capitalismo no campo¹ e à concentração da propriedade fundiária.

Por outro lado, este trabalho busca colocar-se junto a estudos de diversos pesquisadores voltados à História da Agricultura no Paraná e preocupados com a compreensão das estruturas paranaenses².

2 — Pressupostos teóricos

O moderno processo de ocupação de terras do Norte paranaense data da década de 30, destacando-se a ação da Com-

1 LINHARES, Maria Ydda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

2 BREPOHL, Marionilde Dias. *Arrendantes e arrendatários no contexto da soja: região de Cascavel, Paraná — 1960-80*. Curitiba, 1982. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná. CÂNCIAN, Nadir Aparecida. *Cafecultura paranaense; 1900/1970*. Curitiba, Grafipar, 1981. COSTA, Odah Regina Guimarães. *A reforma agrária no Paraná*. Curitiba, 1978. Tese, Titularidade, Universidade Federal do Paraná. HOFF, Sandino. *O movimento da produção de excedentes numa região pioneira*. Maringá, UEM, 1983. PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo, Hucitec, 1981. WESTPHALEN; Cecília Maria et alii. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. *Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História* (7):1-52. 1968.

panhia de Terras Norte do Paraná, posteriormente Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (C.M.N.P.). Em pouco mais de vinte anos, cerca de 400 mil alqueires foram vendidos a colonos paulistas e mineiros.

Há de se considerar dois fatos significativos: a transferência dos cafezais paulistas e a expansão da fronteira agrícola. O crescimento destas lavouras de café, vital para o desenvolvimento da região, representou uma subordinação econômica do Estado.

A época em que o Paraná expandia sua produção de café, (São Paulo) desenvolvia o seu setor industrial. Era este, e não mais o café, o centro dinâmico de nossa economia. Entretanto, o Paraná produzia divisas que eram utilizadas pelo setor industrial³.

O Norte do Estado apresenta-se como uma nova fronteira econômica passando a produzir para uma economia de mercado. Assim sendo, a região coloca-se no contexto nacional como a grande frente pioneira⁴ dos anos 40-50. Seu significado, além de econômico, é social e político.

A incorporação direta destas novas terras pelo capital representa um alívio à pressão demográfica observada especialmente em São Paulo e Minas Gerais. O deslocamento da fronteira agrícola, em períodos de crise, impõe-se como uma verdadeira "válvula de segurança"⁵, adiando o debate sobre a estrutura fundiária.

Segundo Westphalen⁶, a Companhia de Terras Norte do Paraná vendera, até 1953, cerca de 26 mil lotes agrícolas, com uma área média de 15 alqueires. Na região de Maringá⁷, por exemplo, entre 1938 e 1973, foram vendidos 4.062 lotes, sendo 3.106 inferiores a 10 alqueires. A pequena propriedade apresenta-se como característica na região, sendo poucas aquelas superiores a 100 alqueires. Entretanto, as pequenas não se apresentam como uma oposição às grandes.

(...) a pequena propriedade dos projetos de colonização não decorreu de transformações econômicas e sociais que tornassem difícil a sobrevivência do latifúndio; ela surgiu, na verdade, como complemento deste, como a

3 PADIS, p. 214.

4 Segundo conceito de MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo, Pioneira, 1975. p. 43-50.

5 PADIS, Pedro Calil. A fronteira agrícola. *Revista de Economia Política*, 1(1): 51-75, jan./mar.1981.

6 WESTPHALEN et alii, p. 19.

7 Segundo levantamento de France LUZ, nos arquivos da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

nova condição de reprodução da grande lavoura. A pequena lavoura emergiu geográfica ou institucionalmente sitiada pela grande propriedade⁸.

Esta pequena propriedade apresenta uma racionalidade interna e externa. Inicialmente, pelo seu excedente, liga-se a uma economia de mercado tendendo, gradativamente, a especializar-se para o consumo interno. A política de preços faz desta pequena produção um importante instrumento de acumulação dos setores “modernos” da economia, tanto industrial como agrícola⁹.

Ainda que o preço dos produtos não cubra o custo da produção, o pequeno proprietário mantém-se, quer pela ampliação da jornada de trabalho, quer pela incorporação do trabalho familiar.

Entretanto, novos elementos incidem na região, alterando a distribuição de terras no período 60-70. O modelo econômico pós-64 define uma política agrícola voltada às exportações, valorizando o preço das terras, particularmente as férteis. O início da década de 70 é acompanhado de uma conjuntura de crise da soja americana, favorecendo o crescimento interno desta cultura que, acompanhada de um pacote agro-industrial, efetiva-se dentro da grande propriedade. Igualmente, o deslocamento da fronteira agrícola para a Amazônia, nestas décadas, contribui para a concentração da propriedade.

Assim, observando o Índice de Gini da distribuição do Paraná¹⁰, vê-se que ele passa de 0,700, em 1960, para 0,746, em 1980. O desenvolvimento de novas culturas agrícolas no Norte do Estado representa o crescimento da renda do setor privado e público, ao mesmo tempo em que a concentra — incluindo as terras.

3 — Objetivos

Os estudos sobre a estrutura agrária do Norte do Paraná dedicam-se, na sua maioria, à fase de ocupação e distribuição das terras, enfatizando a preocupação das companhias colonizadoras em dotar a região de uma infra-estrutura adequada às necessidades dos colonos. O sentido empresarial destas

8 MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política do campo*. São Paulo, Hucitec, 1980. p. 99-100.

9 SILVA, José Graziano da, coord. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1980.

10 MOREIRA, José Roberto. A agricultura brasileira: os interesses em jogo no início dos anos 80. *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, 6(12):3-34. nov./dez.1982.

empresas e a dinâmica do capital nem sempre constituem-se objeto de atenção.

O estudo que se pretende realizar propõe-se, através de um diálogo da História com a Sociologia, a Economia, a Geografia, a Estatística e a Demografia, a analisar, a partir da região de Maringá, as transformações da estrutura fundiária, nos anos 60 e 70, e suas implicações políticas e sociais.

Numa área onde o setor primário de produção constitui-se na base econômica, estudos voltados à história da Agricultura, a partir de uma metodologia própria, impõem-se como fundamentais ao próprio ensino da História, vinculando-o intimamente com a pesquisa regional.

4 — Metodologia e fontes

Procurando fugir aos limites do quantitativismo e do economicismo e considerando a visão de L. Febvre¹¹ sobre a História em sua unidade, reafirma-se a necessidade da aproximação da História com outros campos de conhecimento de modo a resgatar os elementos significativos para a compreensão das estruturas agrárias do Norte do Paraná e suas transformações.

Colocam-se, primeiramente, as formas como o capital subordinou o processo de ocupação das terras a partir da ação empresarial das companhias de colonização.

Num segundo momento, retoma-se a ação combinada do Estado com as empresas e as estratégias de reprodução e acumulação do capital. Para tanto, cabe rever a política agrícola, notadamente quanto ao crédito rural, subsídios e preços mínimos. O privilegiamento de determinadas culturas, segundo movimentos conjunturais da economia internacional, viabilizando internamente certos produtos, reflete-se no tipo de propriedade.

Paralelamente a estas duas questões, cabe observar como o Norte do Paraná liga-se a um contexto nacional e para onde são transferidos os lucros obtidos na agricultura.

Finalmente, propõe uma análise específica da população: as diferentes categorias de proprietários, não-proprietários e empregados; e a inserção destas categorias no universo econômico e político.

Para tanto, colocam-se como fontes, cadastros de cooperativas e do INCRA, censos agropecuários e populacionais do IBGE, livros de registros de venda dos lotes rurais da

11 FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris, A. Colin, 1953.

C.M.N.P., contratos de compra e venda de lotes rurais de cartórios e boletins de cotação de preços de produtos agrícolas — café, soja, trigo, algodão, etc. Estas fontes apresentam-se particularmente ricas, entretanto, pouco exploradas em relação aos anos 70.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BREPOHL, Marionilde Dias. **Arrendantes e arrendatários no contexto da soja**; região de Cascavel, Paraná — 1960-80. Curitiba, 1982. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- 2 CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense**; 1900/1970. Curitiba, Grafipar, 1981.
- 3 COSTA, Odah Regina Guimarães. **A reforma agrária no Paraná**. Curitiba, 1978. Tese, Titularidade, Universidade Federal do Paraná.
- 4 FEBVRE, Lucien. **Combats pour l'histoire**. Paris, A. Colin, 1953.
- 5 HOFF, Sandino. **O movimento de produção de excedentes numa região pioneira**. Maringá, UEM, 1983.
- 6 LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira de. **História da agricultura brasileira**; combates e controvérsias. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- 7 MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo, Pioneira, 1975.
- 8 ———. **Expropriação e violência**: a questão política do campo. São Paulo, Hucitec, 1980.
- 9 MOREIRA, José Roberto. A agricultura brasileira: os interesses em jogo no início dos anos 80. **Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, 6(12):3-34, nov./dez.1982.
- 10 PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo, Hucitec, 1981.
- 11 ———. A fronteira agrícola. **Revista de Economia Política**, 1(1): 51-75, jan./mar.1981.
- 12 SILVA, José Graziano da, coord. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1980.
- 13 WESTPHALEN, Cecília Maria et alii. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História** (7):1-52, 1968.

ESTUDOS DE POPULAÇÃO NA FRANÇA*

ALAIN BIDEAU

Centre Pierre Leon, Universidade de Lyon, França.

Introdução

A demografia histórica, que se tornou uma disciplina, na sequência dos trabalhos de P. Goubert e L. Henry forneceu uma base científica para o estudo das populações com dados incompletos.

A reconstituição das famílias, reunindo dados de arquivos paroquiais, aparece ainda hoje como meio indispensável para a medida dos diferentes parâmetros demográficos, permitindo integrar os dados estatísticos a uma explicação histórica global. Mas, como homens práticos, os historiadores demógrafos acreditam que há ainda tanto a fazer e que tão pouco foi realizado, que é ilusório criar um belo plano de ação. Assim, a demografia histórica se desenvolveu sem plano teórico, e pesquisou-se em todas as direções.

O esforço foi dirigido principalmente sobre a observação e sobre os métodos de elaboração dos dados, de crítica das fontes e também de análise, na medida em que os dados relativos ao passado diferem daqueles do presente. Portanto, o objetivo consistiu na acumulação de observações que deveriam ser tanto quanto possível bem feitas, sequenciais, e comportando o mínimo de lacunas. Assim se explica melhor porque a maior parte dos trabalhos ficaram limitados à exploração do Estado civil do período 1650-1840. Nas perspectivas dominadas pelo estudo longitudinal é necessário multiplicar as observações sobre todos os períodos e em particular sobre os séculos XVI e XIX, que continuam "terra incógni-

* Etudes des populations et des types humains — démographie sociale et conjoncturelle et des populations immigrées (Histoire moderne et contemporaine). Publicado anteriormente pelo Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) em La recherche en Sciences Humaines; 1977/1978. Thème C, p. 267-73. Tradução de Ana Maria de Oliveira Burmester e Sergio Odilon Nadalin, do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

ta", e mesmo sobre o século XX. A fim de dar peso aos resultados, o ideal consiste no estudo de grandes efetivos, de modo a limitar os efeitos perturbadores das migrações. Com efeito, de um ponto de vista metodológico, a demografia histórica deve permitir uma nova abordagem da história social. O historiador demógrafo não deve mais se contentar em elaborar dados ou criticar fontes, mas deve dirigir seu esforço sobre a análise de temas, que relacionam os fatos demográficos aos fenômenos sociais e aos fenômenos biológicos. Além disto, para se entender o crescimento demográfico, é necessária a compreensão do fato transversal e do fato longitudinal, e a demografia histórica tem certamente um papel muito importante neste sentido.

1. Demografia social

Após ter consagrado a maior parte de seus trabalhos à análise dos fenômenos demográficos (nupcialidade, fecundidade, mortalidade), os historiadores demógrafos empreenderam o desbravamento dos problemas fundamentais da demografia diferencial segundo os grupos sociais. O interesse dirigido à demografia social teve um desenvolvimento sensível no curso dos quatro últimos anos, mas é necessário notar a dispersão dos estudos e o caráter seguidamente pontual da pesquisa. A contribuição dos historiadores é ainda modesta, porque falta aproximar a análise dos fenômenos demográficos aos outros dados sociais. Porém, assim se abrem novos caminhos para a história social, podendo a análise ser desenvolvida até o nível individual, a fim de passar dos comportamentos às motivações. É possível tentar um recenseamento destas novas pesquisas no campo da demografia diferencial.

1.1. Demografia urbana

Os trabalhos de história urbana permitiram abordar os problemas colocados pela análise dos fenômenos demográficos em si mesmos (nupcialidade, fecundidade, mortalidade) e as ligações entre dados demográficos e estruturas sociais. Foram múltiplos os indicadores retidos para medir os comportamentos diferenciais de diversos grupos sociais, e para tentar definir regimes demográficos. J.C. Perrot na sua tese sobre Caen no século XVIII (publicada em 1975) privilegiou a divisão geográfica, enquanto que para N.W. Mongensen¹ a endogamia é a chave do sistema da estratificação de toda a sociedade.

¹ Equipe de recherche associée Université Caen. Centre de recherche d'histoire quantitative.

Pesquisas em curso sobre Rouen², sobre Reims³, sobre Strasbourg e sobre pequenas cidades como Thoissey⁴ permitem confirmar a existência de componentes originais, verificar o papel das variáveis econômico-sociais e definir uma possível identidade urbana.

1.2. Fecundidade diferencial e fenômeno malthusiano?

Globalmente, quatro séries de interrogações foram retidas pelas equipes de pesquisas para analisar este fenômeno: Existem modelos regionais mais ou menos individualizados, ou um modelo urbano? A oposição cidade-campo é mais geográfica que social? A evolução do fenômeno é linear? Qual o papel desempenhado pelas práticas sociais como a *mise-en-nourrice** ou o abandono das crianças?

A análise do fenômeno malthusiano foi “perseguida” pelos pesquisadores da Universidade de Caen⁵ e confirma que a originalidade normanda neste sentido reside na precocidade do fenômeno — segunda metade do século XVIII. Foram estudados na longa duração: natalidade, fecundidade, variações médias e longas. Isto permitiu discernir a diversidade temporal e espacial dos comportamentos, notadamente a existência de “micro-climas” malthusianos e “natalistas”, mais particularmente as oposições cidade-campo e regiões de criação-regiões de agricultura. No século XVIII o malthusianismo é caracterizado por seu componente regional, componente este encoberto durante o século seguinte, sendo então a retomada dirigida pelos fatores sociais que, por sua vez, apresentam variações.

Malthusianismo burguês na sua origem, depois das novas “classes médias”, e enfim diminuição dos nascimentos nos meios populares.

Os trabalhos desenvolvidos no Centro Pierre Leon foram orientados em duas direções: estudo demográfico das famílias *consulares*** em Lyon do século XVIII e comparação das atitudes demográficas de uma pequena cidade e do campo que a circunda. O primeiro estudo permitiu mostrar que a nobreza é incontestavelmente o primeiro elemento introdutor de práticas contraceptivas. A cidade seria, pelas suas eli-

2 Recherche cooperative sur programme dirigée par Pierre Chaunu, e Laboratoire de démographie historique dirigé par Jacques Dupâquier.

3 Laboratoire de démographie historique dirigé par Jacques Dupâquier.

4 Centre Pierre Leon, Université de Lyon.

*N.T. Costume bastante difundido entre os franceses, sobretudo no Antigo Regime, de enviar a criança para ser amamentada fora da casa de seus pais.

5 Cf. nota 1.

**N.T. Espécie de aristocracia.

tes sociais, um lugar favorável à difusão de práticas contraceptivas. O estudo da castelania de Thoisseu mostra que o ritmo urbano da fecundidade e as diferenças sócio-profissionais devem ser correlacionadas com o fenômeno da *mise-en-nourrice*.

No capítulo 15 de sua tese, J.C. Perrot mostra que a cidade de Caen aparece como um lugar precoce de malthusianismo. Entretanto, os comportamentos em Caen no século XVIII não parecem fundamentalmente diferentes segundo os meios sócio-profissionais, apesar das distâncias notáveis entre protestantes e católicos, e entre meios populares e abastados.

Com efeito, a partir dos primeiros resultados não se pode concluir que a forte fecundidade nas categorias sociais elevadas é característica do conjunto das cidades francesas. É necessário, pois, multiplicar as análises comparativas entre a cidade e o campo, a fim de dispor de categorias sócio-profissionais mais numerosas.

Pesquisas mais especializadas sobre os efeitos recíprocos entre fatores fisiológicos da fecundidade e fatores de comportamento (aleitamento, *mise-en-nourrice*...) foram desenvolvidos por P. Bourdelais e J.Y. Raulot⁶ e por A. Bideau⁷. Assinalemos enfim que numerosos pesquisadores empreenderam pesquisas de história social que se situam no seio dos comportamentos analisados, como por exemplo os trabalhos de A. Farte⁸, M. Garden⁹, J. Gelis, M. Laget e M.F. Morel sobre a gravidez, o nascimento, a patologia do parto e a *pequena infância*.*

1.3. Ilegitimidade, abandono de crianças

A avaliação global foi feita pelos pesquisadores do INED (Institut National d'Etudes Démographiques) que calcularam a proporção dos nascimentos ilegítimos para cada região, em 1740-1789 e em 1790-1829, e para a França inteira, para cada década. Disparidades regionais foram postas em evidência e confirmada a superioridade das taxas urbanas em relação às taxas rurais (Y. Blayo, 1977). Assinalemos igualmente trabalhos que relacionam ilegitimidade e abandono de crianças (Ph. Aleil, C. Delaselle, J.C. Peyronnet).

6 Centre de recherches historiques de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, e Laboratoire de démographie historique dirigé par Jacques Dupâquier.

7 Cf. nota 4.

8 Centre de recherches historiques de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales.

9 Cf. nota 4.

*N.T. Crianças até 10 anos de idade.

1.4. Comportamento diante da morte

Os estudos comparativos desenvolvidos por M. Vovelle e P. Chaunu a partir das grandes fontes seriais (testamentos provençais e parisienses), sobre as atitudes diante da morte permitiram detectar temperamentos regionais e precisar as variações cronológicas do fenômeno. Assim, a abordagem cultural revelada por Ph. Ariès e a análise quantitativa sobre as tentativas de ponderação global permitem vislumbrar uma sociologia histórica dos comportamentos. Paralelamente a esta abordagem cultural e antropológica as equipes de pesquisa prosseguiram as análises demográficas da mortalidade diferencial.

1.5. Mortalidade diferencial e morbidade

As pesquisas do grupo da Universidade de Caen¹⁰ confirmaram que, ao contrário da evolução nacional, a Normandia apresenta, pelo menos desde 1770-1780, e mais seguramente desde os anos 1830, um aumento da mortalidade que duraria até cerca de 1880. Também são registradas variações regionais, freqüentemente consideráveis, sobretudo a oposição rural-urbana.

O Centro Pierre Leon prosseguiu seus trabalhos de pesquisa demográfica e “demo-sanitária” que impõe uma colaboração entre historiadores, economistas e médicos:

- . genética e história, com reconstituição das populações em um setor preciso onde se situa o foco de uma doença hereditária rara;

- . evolução do sistema hospitalar e do sistema de saúde na região de Lyon desde a época moderna: economia da saúde, sociologia médica, estudo de populações com doenças particulares (surdos, doentes nervosos), e estudo de instituições (albergues de mendigos, medicina escolar...).

Destaquemos o belo estudo monográfico de J.N. Birabaen sobre a peste, que aborda os problemas da mortalidade diferencial em tempos de epidemia. Estão ligados a esta linha de pesquisa, os trabalhos sobre a mortalidade e as causas de óbitos¹¹ e a investigação sobre o fenômeno epidêmico na Haute-Bretagne no fim do século XVIII, dirigida por F. Lebrun. Da mesma forma, J.P. Peter¹² prosseguiu a exploração dos arquivos da SRM permitindo uma análise de patologia social

10 Cf. nota 1.

11 Recherche cooperative sur programme dirigée par Pierre Chaunu.

12 Cf. nota 8.

retrospectiva. Enfim, as variações locais da mortalidade, a existência de micro-climas foram correlacionados com os estudos de higiene pública¹³.

Finalmente, o conjunto destas pesquisas conduziu os pesquisadores a se perguntar: do que se morre? Donde uma análise da mortalidade e da morbidade a partir de fontes múltiplas que permitem um estudo da desigualdade diante da morte.

1.6. Nupcialidade e estruturas familiares

Os trabalhos sobre as realidades familiares permitiram o desenvolvimento de pesquisas importantes sobre a história demográfica a história social e das mentalidades. Elementos de resposta começam a ser trazidos às questões fundamentais concernentes à escolha do cônjuge, a endogamia e a exogamia paroquiais, os “raios matrimoniais”, a estrutura familiar, o regime matrimonial, os costumes.

A multiplicação dos estudos já fez aparecer realidades e *nuances* regionais: a Provence de A. Collomp¹⁴ não é aquela de M. Vovelle. Destaquemos nesta direção os trabalhos de J.C. Peyronnet e L. Lemaitre sobre o Limousin, de A. Fine Souriac e de A. Fauve-Chamoux sobre os Pirineus, de J. Dupâquier sobre o Vexin francês, de A. Poitrineau sobre as regiões montanhosas de Thiers, de Bourbon e de Forez e as pesquisas de M. Gresset sobre o oeste da França. Mencionemos a originalidade do trabalho de G. Durand que na sua tese de doutorado de Estado aborda a análise dos “balanços familiares” e tenta responder a uma questão fundamental: quantas crianças ao redor da mesa? E qual estrutura podemos esboçar da fraternidade? Do mesmo modo, A. Burguière¹⁵ e J.N. Gouesse¹⁶ continuaram seus trabalhos sobre o casamento e a vida conjugal na França do Antigo Regime. A abordagem cultural e social do casamento torna-se possível pelo arrolamento de fontes seriais (fundos da oficialidade, dispensa...) e permite a análise dos mecanismos da consangüinidade, laços de parentesco, permitindo também medir a importância da homogamia geográfica, social ou profissional. Fontes novas são utilizadas e, assim, M. Garden¹⁷ empreende a análise da sociabilidade e do parentesco a partir das reuniões do con-

13 Centre de recherches historiques de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, e Centre Pierre Léon, Université de Lyon.

14 Cf. nota 8.

15 Cf. nota 8.

16 Cf. nota 1.

17 Cf. nota 4.

selho de tutela, e G. Delille desenvolve um estudo sobre os **Status Animarum*** da Itália meridional.

Desenvolve-se todo um conjunto de pesquisas sobre a estrutura familiar e a análise dos laços de nupcialidade nas cidades da industrialização do século XIX. Assim, Y. Lequin¹⁸ no quadro da "Ação temática programada" do **Conseil National de Recherche Scientifique** "Europa do tempo presente" empreende o estudo de pequenas cidades como Givors, Saint-Chamond, Croix-Rousse...

Enfim, P. Guillaume analisa a evolução dos fatores demográficos, idade ao casar, diferenças de idades entre os cônjuges... nas diferentes categorias profissionais em Bordeaux no século XX.

O conjunto destes trabalhos deixa entrever a necessidade de associar a micro-análise ao estudo histórico das grandes evoluções históricas constatadas.

2. Demografia conjuntural

A demografia conjuntural é tradicionalmente o domínio privilegiado dos demógrafos profissionais que publicam cada ano um estudo sobre a situação demográfica da França. Para o relator, a demografia conjuntural se limita à análise histórica da evolução conjuntural dos diversos parâmetros demográficos: população total, nupcialidade, fecundidade, mortalidade.

2.1. A população francesa

A investigação do "Institut National d'Etudes Démographiques", INED, iniciada em 1959 sob a direção de Louis Henry sobre a população da França e suas características no passado pré-estatístico culminou em 1975 com uma publicação importante. Lembremos que este trabalho de grande folego tinha três objetivos principais:

- . avaliar a população da França e sua repartição por sexo e idade, de cinco em cinco anos, de 1740 a 1860;
- . determinar a mortalidade por períodos de dez anos de 1740 a 1829;
- . estudar a fecundidade legítima por grandes regiões, cobrindo cada qual um quarto da França e suas variações, a partir de arrolamentos nominativos desenvolvidos em qua-

*N.T. Estado das almas, espécie de registros das famílias de comunidades católicas.
18 Cf. nota 4.

renta aldeias. Tendo sido atingido os fins principais, os pesquisadores do INED irão estender a reconstituição das famílias para a maior parte das quarenta aldeias, no período 1830-1860 ou 1870, e a parte não nominativa da investigação prosseguirá para a França rural de 1670 a 1739. Além do mais, pesquisas sobre a frequência do celibato definitivo e a idade ao primeiro casamento nos séculos XVIII e XIX na França, e a celebração sazonal dos casamentos antes, durante e após a Revolução Francesa (1740-1829) devem prolongar estes primeiros resultados globais.

As investigações monográficas se multiplicaram e os reagrupamentos por regiões começam a ser numerosos. Assim a Normandia¹⁹, a Bretanha e Anjou (F.Lebrun), a região parisiense (P.Goubert e M.Lachiver), o Beauvaisis (J. Ganiage), o Vexin francês²⁰, a região de Lyon²¹, Auvergne (A.Poitri-neau), a Provence (M.Vovelle e M.Terrisse), os Alpes Marítimos e a região de Nice (J.G. da Silva), a região de Toulouse (A.Armengaud) foram esquadrinhadas e o conjunto destes estudos regionais permite saber se as regiões apresentam características específicas e quais são suas diferenças internas.

2.2. História e povoamento

A história do povoamento enriqueceu-se consideravelmente com a defesa da tese de J.Dupâquier em 1977 sobre a população rural do *bassin* parisiense na época de Luis XIV. O autor fornece, em particular por eleições e intendências, perto de cem mil elementos estatísticos concernentes a 14.200 paróquias: recenseamentos de **fogos**, resultado de contagens operadas sobre listas de imposição, número de batismos, casamentos e sepultamentos do período 1690-1701. Mas esta tentativa de avaliação do efetivo de uma população rural a partir de fontes globais e maciças permanecem isoladas e seria necessário encorajar estudos similares a fim de melhor medir o nível da população francesa sob o Antigo Regime.

Está prosseguindo o empreendimento do dicionário das paróquias e comunas da França financiado pelo "Conseil National de Recherche Scientifique" (CNRS)²², que tem por fim estabelecer para cada comuna uma ficha dando a maior parte das indicações institucionais e todos os dados demográficos do Antigo Regime e da época contemporânea. Atualmen-

19 Cf. nota 1.

20 Cf. nota 2.

21 Cf. nota 4.

22 Cf. nota 2.

te, cinco dicionários departamentais foram publicados (Ardèche, Maine e Loire, Oise, região parisiense e Pas-de-Calais) e três estão no prelo (Aube, Bas-Rhin, Loiret). Em 1978, quatro outros dicionários deveriam ser publicados pelo CNRS (Aveyron, Somme, Lozère, Nièvre) e o Centro Pierre Lion, da Universidade de Lyon, após ter publicado o Rhône deve concluir o de Ain, Drôme, Savoie e Haute-Savoie. Igualmente, o Laboratório de História Quantitativa de Nice prepara os dicionários dos Alpes Marítimos, do Var, e dos Alpes da Alta Provença. Parece-nos que este empreendimento de grande fôlego pode ser um instrumento útil para escrever a história do povoamento da França e situá-la em um quadro geográfico preciso.

3. As populações imigradas

O estudo das migrações internacionais é um campo de observação privilegiado pelos sociólogos, geógrafos e economistas, mas permanece relativamente ignorado pelos historiadores. Que se julgue pela desproporção das recensões bibliográficas. J.C.Bonnet em seu artigo de 1974 sobre "A imigração na França Contemporânea" revela-nos que a contribuição dos historiadores limita-se a umas trinta referências sobre cerca de mil e quinhentas e ainda sublinha: nem sempre obras de historiadores profissionais. A dispersão dos estudos, a ausência da visão de conjunto, o caráter pontual da pesquisa e a multiplicidade de estudos monográficos tornaram muito difícil a tarefa do relator. Nesta perspectiva, limitaremos nossa recensão a uma visão rápida das equipes de pesquisa e a parte prospectiva tentará extrair grandes orientações de pesquisa.

3.1. Laboratórios, equipes de pesquisa e contribuições individuais

O centro de pesquisas de história contemporânea sob a direção de E.Temine reúne um grupo de trabalho sobre as minorias étnicas e as migrações na Europa latina. Os seminários de pesquisa têm sido consagrados no curso dos dois últimos anos à busca de uma definição da integração e ao estudo das minorias no espaço urbano. Estes trabalhos que estão baseados em fundos de arquivos tradicionais, mas também e sobretudo na exploração sistemática dos recenseamentos, não podem ainda fornecer uma síntese de conjunto. Entretanto, foram realizados vários trabalhos monográficos sobre temas pontuais, enfocando os estrangeiros no sudeste da

França (sobre os espanhóis em Marselha, sobre os norte-americanos, sobre os estrangeiros em Vaucluse, Avignon, Carpentras, Toulon); igualmente foram realizadas pesquisas sobre problemas específicos como as minorias judias. Estão em curso trabalhos mais importantes no quadro do "doutorado de estado" ou de "terceiro ciclo". Assim, a tese de estado de R.Schor sobre os estrangeiros diante da opinião pública francesa no entre-guerras e as teses de terceiro ciclo sobre os espanhóis no sudeste da França (A.Lesaignoux), sobre os norte-americanos em **Bouches-du-Rhône** até 1940 (M. Viala), sobre as migrações de **Balagne** (Maraninchi), sobre as minorias andaluzas em Barcelona (Sumeire), sobre os estrangeiros de **Aveyron** (M.Tomasi).

No quadro do Centro Pierre Leon, J.C.Bonnet defendeu sua tese de terceiro ciclo sobre os poderes públicos franceses e a imigração no entre-guerras, publicada em 1976. Após, surgiram dois estudos sobre as naturalizações no Rhône, 1927-1944, e sobre a vida religiosa dos católicos poloneses no **bassin stephanois** e está no prelo um estudo sobre os italianos no Rhône antes de 1914.

No seio do centro de história do sindicalismo, M.Reberioux e R.Galissot dirigiram um seminário sobre o tema imigração e racismo, e orientaram diversas dissertações de mestrado.

Numerosos trabalhos monográficos são apresentados como dissertações de mestrado e, na Universidade de Toulouse le-Mirail, uma quinzena de trabalhos foram defendidos sobre os problemas das populações imigradas.

Mencionemos igualmente trabalhos isolados em curso como a tese de terceiro ciclo de E.Kagan sobre "L'Immigration ouvrière en Lorraine, 1900-1939" e a abordagem estatística dos problemas da imigração estrangeira na França de 1830 a 1851 por J.Grandjonec.

3.2. Orientação geral

O conjunto dos trabalhos em curso mostra o interesse nascente e crescente que suscitam as pesquisas sobre as populações imigradas. O relatório geral, redigido por G.Dupeux sobre a grande investigação empreendida pela Comissão Internacional dos Movimentos Sociais e das Estruturas Sociais e patrocinada pelo CNRS é a prova mais manifesta. Esta investigação concerne a alguns grandes movimentos migratórios internacionais ou intercontinentais do fim do século XVIII aos nossos dias. Após a apresentação das fontes, dos

mecanismos e da tipologia das migrações, o relatório tenta avaliar sua influência sobre o desenvolvimento econômico-social do país receptor. Como já assinalou G.Dupeux, diante da complexidade dos fenômenos migratórios, os historiadores tendem cada vez mais a considerá-los como partes de um fenômeno mais amplo, de um processo migratório. O conjunto das pesquisas sobre as populações imigradas deve ser reolocada numa perspectiva de história social. A colaboração estreita com os etnólogos e os geógrafos parece necessária e deve ser encorajada. Geralmente, os estudos permanecem ainda a nível de monografia, mas permitem num primeiro tempo aperfeiçoar os métodos da história quantitativa. Entretanto, esta *démarche* passa pela análise serial de uma grande massa de documentos e isso exige financiamentos importantes. Infelizmente, as equipes de pesquisa parecem “desarmadas” e seria desejável que uma ajuda mais substancial lhes fosse concedida.

4. Prospectiva

4.1. Demografia social

As pesquisas da demografia social tornam necessária a automatização dos procedimentos de reconstituição das famílias e sobretudo o acoplamento dos dados demográficos e dos dados de caráter social. Nesta direção o laboratório de demografia histórica em colaboração com o INED empreendeu em 1977 um trabalho de pesquisa metodológica sobre a coleta das fichas de família com vistas a realizar os cálculos no computador. Assim, encontra-se colocado o problema da constituição de bancos de dados comportando não apenas todos os elementos da história demográfica das famílias mas, igualmente, informações tiradas do conjunto de fundos de arquivos (arquivos notariais, arquivos políticos, judiciários, religiosos, listas de imposição...).

No futuro, as pesquisas de demografia social deveriam ser a ocasião de uma troca de pontos de vista frutíferos entre os historiadores, etnólogos, sociólogos e demógrafos matemáticos especialistas em modelos. Um certo número de direções de pesquisas poderiam ser favorecidas nos próximos anos.

A noção de estrutura das famílias e dos domicílios foi definida quando do colóquio de Cambridge de 1969, mas a confrontação dos modelos matemáticos e das observações de natureza histórica e sociológica parece necessária para medir as implicações demográficas. Entretanto, o conjunto destas

pesquisas deveria evitar de se condensar em querelas de escola, entre modelo de Laslett e anti-modelo mediterrâneo, o que arrisca esterilizar o debate, enquanto toda uma série de questões fundamentais estão colocadas ao conjunto da comunidade científica: — aos historiadores e sociólogos, a análise dos diferentes tipos de ciclos familiares, sua história, sua repartição geográfica.

— Aos historiadores-demógrafos, a análise dos parâmetros demográficos nestes diferentes ciclos familiares, e a passagem da demografia dos grupos àquela dos indivíduos, privilegiando dois parâmetros: a nupcialidade e a fecundidade.

A história demográfica e a história social deveriam ser mais nitidamente associadas a fim de trazer respostas aos problemas de demografia diferencial segundo os grupos sociais. Parece necessário:

— encorajar as investigações comparadas entre cidades e campo, para dispor de grupos mais numerosos de uma mesma categoria sócio-profissional;

— ajudar as equipes na elaboração de métodos informáticos permitindo a acoplagem dos dados demográficos e sociais;

— prosseguir o estudo do casamento como indicador privilegiado das coesões e separações sociais;

— redescobrir os estudos genealógicos, que permitem isolar mais facilmente um grupo familiar ou social;

— desenvolver estudos de mortalidade interessando-se por todo o meio social (condição de alojamento, consumo alimentar, progresso da higiene e do saber médico, e de sua difusão seletiva nos diversos meios sociais).

4.2. Demografia conjuntural

Parece que dois temas fundamentais deveriam ser analisados nesta perspectiva de pesquisa: Qual é a parte da história e da geografia na repartição e a estrutura do povoamento? Qual é a parte do biológico e do social no regime demográfico?

Igualmente, para melhor conhecer as mudanças percebidas no século XVIII, seria necessário efetuar a análise das modalidades de saneamento demográfico e a análise das variações geográficas da evolução: regiões com forte coeficiente de crescimento, regiões com fraco coeficiente, oposições regionais, oposições locais...

Para o século XIX se as linhas gerais são bastante bem conhecidas, permanece muito a fazer se se quer detectar os aspectos demográficos deste século de transição.

Enfim, seria necessário ampliar os campos de pesquisa no tempo e tentar criar um programa de exploração das fontes anteriores aos registros paroquiais. Com esta finalidade, como sugeriu H.Neveux, poder-se-ia estabelecer uma problemática em função das hipóteses formuladas para este período e dos resultados conseguidos para os séculos posteriores.

4.3. As populações imigradas

As orientações de pesquisas importantes a desenvolver nos próximos anos foram reunidas por G.Dupeux na conclusão do seu relatório geral:

Privilegiar, tanto quanto possível, o emprego de métodos quantitativos e voltar os esforços sobre a crítica estatística e qualitativa das fontes.

- . Estudar os aspectos psicológicos e sociais das migrações, tanto sob o aspecto das causas dos movimentos quanto dos seus efeitos. A relação entre migração e mobilidade social abre uma direção de pesquisa fundamental.
- . Analisar relações combinadas dos diferentes aspectos das migrações e ultrapassar o quadro nacional para raciocinar segundo os tipos de sociedade que os movimentos migratórios colocam em contato.
- . Desenvolver as pesquisas sobre a avaliação das distâncias culturais que separam país de origem e de destino.

5. As pesquisas no estrangeiro

As pesquisas de demografia histórica são cada vez mais numerosas no estrangeiro e torna-se difícil fazer um arrolamento exaustivo do conjunto dos trabalhos. No entanto, a publicação de uma crônica e de uma bibliografia anual por país nos anais de demografia histórica ("les annales de démographie historique") permitem fazer um balanço regularmente dos trabalhos publicados e das investigações em curso.

Entre as equipes estrangeiras que desenvolveram uma problemática em demografia social e conjuntural nós podemos citar: em Viena (M. Mitterauer), em Budapest (J.Kovacsics), na Basileia (o grupo de M.Mattmüller), em Genebra (A.Perrenoud), em Florença (o grupo em torno de M.Livi Bacci, C. Corsini, L.Del Panta), no Luxemburgo (J.Lehnerg),

em Liège (o grupo de E.Helin), em Wageningen, Holanda (A.M.Vandder Woude, A. Faber), em Cambridge (P.Laslett, E.A.Wrigley, R.Schofield), em Liverpool (R.W.Lee), em Copenhagen (P.C.Matthiessen, H.O.Hansen, O.Andersen), em Odense, Dinamarca (o grupo de H.C.Johansen), em Oslo (o grupo de S.Sogner), em Bergen (o grupo de K.Mykland), em Lund, Suécia (G.Fridklizius, B.Ankarloo), em Upsala (S.Akerman, D. Gaunt, H.Norman), em Umea (J.Sundin), em Helsinki (Y.Kauklainen, O.Turpeinen), em Berlin (A.E.Imhof); da mesma forma em Montreal (H.Charbonneau, J.Legaré), em Toronto (E.Shorter), em Boston (G.Soliday, J.Dallas), em Ann Arbor, Michigan (J.Knodell), em Ames, Iowa (A.Plaskans), em Los Angeles (L.Berkner), em San Diego (A.Appleby), em Tucson, Arizona (grupo de R.Netting), em Nashville (T.Fox e G.Sussmann), em Pittsburg (D.Sabean), em Baltimore (S.Becler), em Princeton (grupo de A.Coale), em São Paulo (M.L.Marcilio), em Curitiba, Brasil (grupo de A.Pilatti Balhana), em Tóquio (grupo de Akira Hayami). Esta longa lista confirma que parece necessário fazer sair os pesquisadores franceses do seu isolamento e de favorecer os contatos com os seus homólogos estrangeiros, a fim de que possam comparar os seus trabalhos respectivos.

A este respeito, o papel exercido pela comissão de demografia histórica da União Internacional para o Estudo Científico da População é fundamental. Lembremos que a comissão organizou em 1975 e 1977 dois colóquios muito importantes sobre as "Crises de Mortalidade" (Montreal) e os "Métodos de reconstituição automática de famílias" (Florença), e deverá patrocinar nos próximos anos outros seminários internacionais.

Conclusão

A situação atual da pesquisa em demografia histórica no seio do CNRS é muito satisfatória, e o conjunto dos trabalhos efetuados pelos pesquisadores testemunham a vitalidade da escola francesa. Se parece necessário concentrar a pesquisa, ainda muito dispersa, e ajudar os laboratórios que escolheram a demografia histórica como eixo prioritário²³, a fim de que possam ser dotados de meios financeiros, não se pode negligenciar todas as pesquisas individuais e coletivas que se fazem nas universidades, muitas vezes particularmente desprovidas do ponto de vista material. Nesta perspectiva, a "Pesquisa cooperativa sobre programa" dirigido por P.Chau-

23 Laboratoire de démographie historique; Centre Pierre Leon; Caen e Toulouse.

nu, "História demográfica da França", permitiu o financiamento de numerosas investigações (reconstituições familiares, investigações sobre a mortalidade e as causas dos óbitos...)

O auxílio concedido pelo CNRS ao centro de documentação criado junto ao programa dirigido por Chaunu e destinado a colocar à disposição dos pesquisadores revistas, obras, separatas, cópias de artigos antigos, micro-filmes de grandes séries documentais, nos parece uma iniciativa muito interessante para o conjunto dos historiadores.

Para terminar, o relator sugere que se tenha no nível inter-universitário ou regional reuniões que fariam um balanço dos trabalhos efetuados, ou em curso, em demografia histórica, e orientados em direção de trocas e colaboração.

BIBLIOGRAFIA

SUMARIO

I — Demografia social

- Estado da pesquisa nº 1 a 7
- História urbana e demografia histórica nº 8 a 18
- Fecundidade diferencial e fenômeno malthusiano nº 19 a 31
- Ilegitimidade, abandono de crianças nº 32 a 38
- Comportamento frente à morte nº 39 a 43
- Mortalidade diferencial e morbidez nº 44 a 57
- Nupcialidade e estruturas familiares nº 58 a 85

II — Demografia conjuntural

nº 86 a 100

III — Populações imigrantes

nº 101 a 118

I — Demografia social

Estado atual da pesquisa em demografia histórica

1. AYMARD, M. & DELILLE, G. La démographie historique en Italie, une discipline en mutation. *Annales de Démographie Historique*, p. 447-61, 1977.
2. BURGUIÈRE, A. La démographie. In LE GOFF, J. & NORA, P., éd. *Faire l'histoire*. Paris, 1974. p. 77-104.
3. CHAUNU, P. Démographique et système de civilisation. *Temps Modernes*, 86(2):301-21, 1974.
4. ———. *Histoire, science sociale; la durée, l'espace et l'homme à l'époque moderne*. Paris, Sedes, 1974. 437 p.
5. DUPAQUIER, J. Caractères originaux de l'histoire démographique française au XVIII. siècle. *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, 23:182-202, avr./juin 1976.

6. ———. Histoire et démographie dans la mesure des phénomènes démographiques. Hommage a Louis Henry, sept. 1977, p. 299-318.
7. VINCENT, B. Récents travaux de démographie historique en Espagne (XIV^e-XVIII^e siècles). *Annales de Démographie Historique*, p. 464-91, 1977.

História urbana e demografia histórica

8. BARDET, J.P. La démographie des villes de la modernité (XVI^e-XVIII^e siècles); mythes et réalités. *Annales de Démographie Historique*, p. 101-26, 1974.
9. ———. et alii. Une nouvelle histoire des villes. *Annales ESC*, 6: 1227-54, 1977.
10. BORNAREL, M. La population de Grenoble, 1680-1763. Lyon II, 1976. Thèse de 3^e cycle.
11. CROIX, A. Nantes et les pays nantais au XVI^e siècle. Paris, Sevpén, 1974. 356 p.
12. FRANÇOIS, E. La population de Coblençe au XVIII^e siècle; déficit démographique et immigration dans une ville de résidence. *Annales de Démographie Historique*, p.292-341, 1975.
13. ———. Population et société à Coblençe au XVIII^e siècle. Paris, 1974. Thèse de 3^e cycle.
14. GARDEN, M. La démographie des villes françaises du XVIII^e siècle; quelques approches. *CHES* (8):43-85, 1977.
15. GRESSET, M. Le monde judiciaire à Besançon, de la conquête par Louis XIV à la Révolution Française. Lille III, 1975. 2 v.
16. LARQUIE, C. Quartiers et paroisses urbaines: l'exemple de Madrid au XVII^e siècle. *Annales de Démographie Historique*, p. 165-95, 1974.
17. PERROT, J.C. Génèse d'une ville moderne: Caen au XVIII^e siècle. Paris, Mouton, 1975. 2 v.
18. TERRISSE, M. Méthodes de recherches démographiques en milieu urbain ancien (XVII^e-XVIII^e siècles) *Annales de Démographie Historique*, p. 249-62, 1974.
Fecundidade diferencial e fenômeno malthusiano
19. BOURDELAIS, P. & RAULOT, J.Y. La reprise de fécondité après décès: indicateur des conditions d'accouchement? *Annales de Démographie Historique*, p. 207-13, 1977.
20. ——— & ———. Des risques de la petite enfance à la fin du XVII^e siècle — gestation, allaitement et mortalité. *Annales de Démographie Historique*, p. 305-18, 1976.
21. FARGE, A. Naissance et accouchement au XVIII^e siècle. *Revue de Médecine Psychosomatique*, n. 1, 1976.
22. GARDEN, M. L'Obstétrique: médecins, accoucheurs et sages-femmes au XVIII^e siècle. *Cahiers Médicaux*, 2(15):977-83.

23. GELIS, J. L'accouchement au XVIII^e. siècle; pratiques traditionnelles et contrôle médical. **Ethnologie Française**, 6(3/4): 325-40, 1976.
24. ———. Sages femmes et accoucheurs: l'obstétrique populaire aux XVII^e. et XVIII^e. siècles. **Annales ESC** (3):927-57, 1977.
25. ———. La formation des accoucheurs et des sages-femmes aux XVII^e et XVIII^e. siècles; évolution d'un matériel et d'une pédagogie. **Annales de Démographie Historique**, p. 153-80, 1977.
26. GOUJON, P. La fécondité dans deux bourgs ruraux de Saône-et-Loire au XIX^e. siècles. **CHES** (8):277-300, 1977.
27. LAGET, M. Les fièvres puerpérales en Languedoc au XVII^e. siècle, la qualité de la vie au XVII^e. siècle. 7^{ème} Colloque de Marseille, 1977. p. 63-8.
28. LAGET, M. La naissance aux siècles classiques. Pratique des accouchements et attitudes collectives en France aux XVII^e. et XVIII^e. siècles. **Annales ESC** (5):958-92, 1977.
29. MOREL, M.F. Théories et pratiques de l'allaitement en France au XVIII^e. siècle. **Annales de Démographie Historique**, p. 393-426, 1976.
30. MOGENSEN, N.W. Structures et changements démographiques dans vingt paroisses normandes sous l'ancien régime — une analyse sociale. **Annales de Démographie Historique**, p. 343-67, 1975.
31. PERROT, J.C. Genèse d'une ville moderne; Caen au XVIII^e. siècle. Paris, Mouton, 1975. p. 853-74.
Ilegitimidade, abandono de crianças
32. ALEIL, P.F. Enfants illégitimes et enfants abandonnés à Clermont dans la seconde moitié du XVIII^e. siècle. **Cahiers d'Histoire**, 21(3):307-33, 1976.
33. BERTHIEU, A. Les nourissons à Corneilles-en-Paris (1640-1789). **Annales de Démographie Historique**, p. 259-89, 1975.
34. BILLOT, C. Les enfants abandonnés à Chartres à la fin du Moyen Age. **Annales de Démographie Historique**, p. 167-86, 1975.
35. BLAYO, Y. La proportion de naissances illégitimes en France de 1740 à 1829. **Population**, n^o spécial, nov. 1975. p.65-70.
36. PEYRONNET, J.C. Les enfants abandonnés à Paris au XVIII^e. siècle. **Annales ESC** (1):187-218, 1975.
37. DELASSELLE, C. Les enfants abandonnés et leurs nourrices à Limoges au XVIII^e. siècle. **Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine**, 23:418-41, juil./sept.1976.
38. PHAN, M.C. Les déclarations de grossesse en France (XVI^e.-XVIII^e. siècles) essai institutionnel. **Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine**, 22:61-88, jan./mars 1975.
Comportamento frente à morte

39. ARIÈS, P. **Essais sur l'histoire de la mort en occidentn du Moyen-Age à nos jours**. Paris, Seuil, 1975. 223 p.
40. ———. **L'homme devant la mort**. Paris, Seuil, 1977. 642 p.
41. ARCHIVES DE SCIENCES SOCIALES DES RELIGIONS. La sociologie et la mort. n. 39, jan./juin 1975. 273 p.
42. CHAUNU, P. **La mort à Paris**. Paris. Fayard, 1978. 543 p.
43. VOVELLE, M. **Mourir autrefois; attitudes collectives devant la mort aux XVIIè. et XVIIIè. siècles**. Paris, Julliard, 1974. 251 p.
- Mortalidade diferencial e morbidez**
44. ARMENGAUD, A. Quelques aspects de l'hygiène publique à Toulouse au début du XXè. siècle. **Annales de Démographie Historique**, p. 131-8, 1975.
45. BIDEAU, A. La mortalité des enfants dans la chatellerie de Thoisse-urbaine, XVè-XXè. siècles. **CHES** (8):103-42, 1977.
46. BIRABEN, J.N. **Des hommes et la peste en France et dans les pays européens et méditerranéens**. Paris, Mouton, 1975-1976. 2 v.
47. ———. La mortalité des évêques siégeant entre 1220 et 1458 sur le territoire actuel de la France dans la mesure des phénomènes démographiques. **Hommage à Louis Henry**, sept. 1977, p. 467-80.
48. GOUBERT, J.P. **Malades et médecins en Bretagne 1770-1790**. Paris, Klincksieck, 1974. 508 p.
49. ———. Eaux publiques et démographie historique dans la France urbaine du XIXè. siècle: le cas de Rennes. **Annales de Démographie Historique**, p. 115-21, 1975.
50. HOUDAILLE, J. La mortalité (hors combat) des militaires français à la fin du XVIIIè. siècle et au debut du XIXè. siècle. **Hommage a Louis Henry**, sept. 1977, p. 481-97.
51. LEBRUN, F. Les épidémies en Haute Bretagne à la fin de l'ancien régime (1770-1789). **Annales de Démographie Historique**. p. 181-206, 1977.
52. LECUYER, B.P. Démographie statistique et hygiène publique sous la monarchie censitaire. **Annales de Démographie Historique**, p. 215-45, 1975.
53. POITOU, C. Ergotisme, ergot de seigle et épidémies en Sologne au XVIIIè. siècle. **Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine**, 23:354-68, 1976.
54. PERROT, J.C. **Genèse d'une ville moderne: Caen au XVIIIè. siècle**. Paris, Mouton, 1975. p.935-42.
55. ROLLET, C. & SOURIAC, A. Le cholera de 1832 en Seine et Oise. **Annales ESC** (4):935-65, 1974.
56. SUDRE, M. Aspects démographiques de la paroisse Saint-Michel de Bordeaux (1600-1680). **Annales de Démographie Historique**, p. 231-48, 1974.

57. THUILLIER, G. Pour une histoire de l'hygiène corporelle aux XIX^e. siècles. *Annales de Démographie Historique*, p. 123-30, **Nupcialidade e estruturas familiares.**
58. ARMENGAUD, A. La famille et l'enfant en France et en Angleterre du XIV^e. au XVIII^e siècle. Paris, CDU, s.d. 193 p.
59. BURGUIÈRE, A. Endogamia e comunità contadine: sulla pratica matrimoniale a Romainville nel XVII secolo. *Quaderni Storici* (33):1073-94, sett./dic. 1976.
60. CABOURDIN, C. Terre et hommes en Lorraine (1550-1635), Toulous et Comté de Vaudémont. *Annales de l'Est*, Nancy II, 1977. 763 p.
61. COLLOMP, A. Ménage et famille; études comparatives sur la dimension et la structure du groupe domestique. *Annales ESC* (3):777-86, 1974.
62. ———. Alliance et filiation en haute Provence au XVIII^e. siècle. *Annales ESC* (3):445-77, 1977.
63. DELILLE, G. Classi sociali e scambi matrimoniali nel solernitano: 1500-1650 circa. *Quaderni Storici* (33):983-97, sett./dic. 1976.
64. DURAND, G. Vin, vigne et vigneron en Lyonnais et Beaujolais, XVI^e. et XVIII^e. siècles. 1977. Doctorat d'État.
65. FERNET, A.; JACQUARD, A.; JAKOBI, L. Mariages et filiations dans la vallée pyrénienne de l'Ouzom depuis 1744. *Population. Démographie Historique*, p. 187-96, nov. 1975. n.^o spécial.
66. FINE SOURIAE, A. La famille souche pyrenéenne au XIX^e. siècle: quelques réflexions de méthode. *Annales ESC* (3):478-87, 1977.
67. FLANDRIN, J.L. La cellule familiale et l'oeuvre de procréation dans l'ancienne société. XVII^e. Siècle (102/103):3-14, 1974.
68. ———. *Les amours paysannes* (XVI^e.-XIX^e. siècles). Paris, Archives, 1975. 255 p.
69. ———. *Familles-parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société*. Paris, Hachette, 1976. 287 p.
70. ———. Repression and change in the social life of young people in medieval and early modern times. *Journal of Family History*, 2(3):196-210, Fall 1977.
71. GOUBERT, P. Historical demography and the reinterpretation of early modern French history: a research review. In: RABB, T.K. & ROTBERG, R.I., ed. *The family in history*; interdisciplinary essays. New York, Octagon Books, 1976. p. 16-27.
72. ———. Family and province: a contribution to the knowledge of family structures in early modern France. *Journal of Family History*. 2(3):179-95, Fall 1977.
73. GOUESSE, J.M. La formation de couple en Basse-Normandie. *XVII^e. Siècle* (102/103): 45-58, 1974.

74. ———. Migrations féminines et mariages. Quelques exemples basnormandes (XVII^e-XVIII^e. siècles). **Annales de Démographie Historique**, p. 319-39, 1976.
75. LEBRUN, F. **La vie conjugale sous l'ancien régime**. Paris, A. Colin, 1975. 181 p.
76. LOTTIN, A. et alii. **La désunion du couple sous l'ancien régime**. L'exemple du Nord. Lille III, 1975. 227 p.
77. MASSARI, M. **Mariage et révolution française**; aspects de la nuptialité dans la région parisienne de 1770 à 1819. Paris, s.d. Thèse, 3^e. cycle.
78. MUCHEMBLED, R. Famille et histoire des mentalités (XVI-XVIII^e. siècles) — État present des recherches. **Revue des Études Sud-Est Européennes**, 12(3):349-69, 1974.
79. ———. Famille, amour et mariage: les nobles artésiens au temps de Philippe II. **Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine**, 22:238-61, avr./juin 1975.
80. PAYRINET, J.C. Famille élargie ou famille nucléaire? L'exemple du Limousin au début du XIX^e. siècle. **Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine**, 22:568-82, oct./dec. 1975.
81. PHILLIPS, R. Demographic aspects of divorce in Rouen. **Annales de Démographie Historique**, p. 429-41, 1976.
82. SEGALIN, M. Evoluzione dei nuclei familiari di Saint-Jean Trolimon, Sud-Finistère, a partire dal 1836. **Quaderni Storici**, 33: 1122-82, sett./dic. 1976.
83. SEGALIN, M. The family cycle and household structure: five generations in a French village. **Journal of Family History**, 2(3):223-36, Fall 1977.
84. SHORTER, E. Différences de classe et sentiment depuis 1750. L'exemple de la France. **Annales ESC** (4):1034-57, 1974.
85. VOVELLE, M. Y-a-t-il un modèle de la famille méridionale? **Provenance Historique** (101):487-507, 1977.

II — Demografia conjuntural

86. BIRABEN, J.N. Structures spatiales de la population et démographie historique. **Annales de Démographie Historique**, p. 19-30, 1974.
87. BLAYO, Y. La mortalité en France de 1740 à 1829. **Population**, 30:123-42, 1975. n.^o spécial.
89. ———. Mouvement naturel de la population française de 1740 à 1829. **Population**, 30:15-64, nov. 1975. n.^o spécial.
89. DUPAQUIER, J. La France de Louis XIV était-elle surpeuplée? Réflexions d'un historien sur la répartition géographique du peuplement. **Annales de Démographie Historique**, p. 31-43, 1974.
90. ———. **Statistiques démographiques du bassin parisien (1636-1720)**, Paris, Gauthier-Villars, 1977.

91. ———. **La population rurale du bassin parisien à l'époque de Louis XIV.** Paris, 1977. 698 p. Thèse, Doctorat d'État.
92. DUPAQUIER, M. **Le mouvement saisonnier des naissances en France (1853-1973).** Paris, 1975. 2 v. Thèse, 3è. cycle.
93. ———. **Le mouvement saisonnier des mariages en France (1856-1968).** *Annales de Démographie Historique*, p. 131-49, 1977.
94. HENRY, L. & BLAYO, Y. **La population de la France de 1740 à 1860.** *Population*, 30:905-14, nov. 1975. n.º spécial.
95. HOUDAILLE, J. **La population féminine de la France au XIXè. siècle.** *Population*, 30(4/5):902-5, juil./oct. 1975.
96. ———. **La fécondité des mariages de 1670 à 1829 dans le quart nord-est de la France.** *Annales de Démographie Historique*, p. 341-91, 1976.
97. LANGLOIS, C. **La révolution de ving-huit millions de français.** *Annales de Démographie Historique*, p. 215-58, 1976.
98. LEBRUN, F. **Démographie et mentalités; le mouvement des conceptions sous l'ancien Régime.** *Annales de Démographie Historique*, p. 45-50, 1974.
99. VAN DE WALLE, F. **The female population of France in the 19th century.** Princeton, Princeton University Press, 1974.
100. ———. **La nuptialité des françaises avant 1811, d'après l'état civil des décédées.** *Hommage à Louis Henry*, sept. 1977, p. 447-69.

III — As populações imigrantes

101. BONNET, J.C. **L'immigration dans la France contemporaine.** *Les Cahiers d'Histoire* (2):153-60, 1974.
102. ———. **Etude des petits commerçants étrangers d'après le registre du commerce.** *Bulletin du CHES* (1):1-40, 1975.
103. BONNE, J.C. **Les pouvoirs publics français et l'immigration dans l'entre-deux-guerres.** Lyon, CHES, 1976. 414 p.
104. ———. **Naturalisations et révisions de naturalisations de 1927 à 1944: l'exemple du Rhône.** *Le Mouvement Social* (98):43-75, jan./mars. 1977.
105. ———. **Les mineurs étrangers de Saint-Pierre-La-Palud (Rhône) de 1900 à 1939.** *Bulletin du CHES* (4):23-42, 1977.
106. ———. **La vie religieuse des catholiques polonais du bassin stéphanois dans l'entre-deux-guerres.** Saint Etienne, Centre d'Histoire Régionales, 1977. n. 1, p. 15-39.
107. BONNET, E. & MARIOTTO, B. **Les étrangers et les passagers à Toulouse au XVIIIè. siècle.** *Bulletin de la Société de Démographie Historique*, 17:2-13, jan. 1976.

108. DUPEUX, G. L'immigration britannique à Bordeaux au XIX^e. siècle et au début du XX^e. siècle. Bordeaux et les Iles britanniques. Colloque franco-britannique, York, 1973. 1975. p. 145-53.
109. HEMERY, D. Du patriotisme au marxisme: l'immigration vietnamienne en France de 1926 à 1930. *Le Mouvement Social* (90): 3-54, 1975.
110. GRANDJONC, J. Éléments statistiques pour une étude de l'immigration étrangère en France de 1830 à 1851. *Arch. für Sozialgeschichte*, 15:211-300, 1975.
111. OCOUARD, A. Note sur la population étrangère de Romagnat (Puy-de-Dôme). *Revue d'Auvergne*, 1974, p. 333-42.
112. PIKE, D.W. L'immigration espagnole en France (1945-1962). *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, 24:286-300, avr./juin 1977.
113. POUSSOU, J.P. Recherches sur l'immigration anglo-irlandaise à Bordeaux au XVIII^e. siècle. Bordeaux et les Isles britanniques. Colloque Franco-britannique, York, 1973. 1975. p. 61-77.
114. SCHNAPPER, D. Centralisme et fédéralisme culturels: les émigrés italiens en France et aux États-Unis. *Annales ESC* (5): 1141-59, 1974.
115. THIRIET, J.M. L'immigration italienne dans la Vienne baroque (1620-1750). *Revue d'Histoire Économique et Sociale* (3):339-49, 1974.
116. VIDALENC, J. *La main d'oeuvre étrangère en France et la première guerre mondiale*. Francia, 1974.
117. LES MIGRATIONS dans les pays méditerranéens au XVIII^e siècle et au début du XIX^e. siècle. *Cahiers de la Méditerranée*, série speciale, n. 2, 1974. 193 p.
118. LES TRAVAILLEURS étrangers en Europe occidentale. Actes du Colloque organisé par la Commission Nationale pour les Études et les Recherches Interethniques, Paris, 1974. Paris, Mouton, 1976. 417 p.

O CUSTO DA VIDA: PREÇOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E SALÁRIOS EM CURITIBA NO SÉCULO XIX

CARLOS ROBERTO ANTUNES DOS SANTOS
Professor Adjunto do Departamento de História da
Universidade Federal do Paraná.

O presente relatório visa apresentar notícias e resultados da pesquisa que se encontra em desenvolvimento relacionado com o "Custo da vida-preços de gêneros alimentícios e salários em Curitiba, de 1853 a 1889".

O objetivo básico do trabalho é conhecer a estrutura sócio-econômica da região de Curitiba na 2.^a metade do séc. XIX, aonde o estudo dos preços de gêneros alimentícios assume importância fundamental. Nesse sentido, cabe destacar que a cidade de Curitiba como sede da Província do Paraná, tornou-se o principal centro de redistribuição de alimentos essenciais à população. Em consequência, tornou-se importante conhecer a estrutura do mercado de Curitiba, bem como as flutuações de preços de alguns produtos como indicadores ou expressão da economia regional durante o período provincial.

Para a análise histórica do processo de desenvolvimento sócio-econômico local parte-se da premissa de que os condicionamentos advindos das estreitas possibilidades oferecidas pela economia ervateira, ainda ligada ao capital comercial, impediram, em parte, a geração de capitais necessárias à diversificação da economia regional e a implantação do parque industrial no Paraná. E nesse contexto procura-se conhecer o peso do mercado de gêneros alimentícios, e as condições econômicas da população para a aquisição dos alimentos.

Cumprе salientar que a apresentação geral do projeto da referida pesquisa consta da sessão "pesquisas" da Revista **História: Questões & Debates** nº 1, nov. 1980, aonde o presente estudo nesta 1.^a etapa visa construir a análise serial de preços de gêneros alimentícios e, numa 2.^a etapa, conhecer os níveis salariais da população.

A parte referente aos preços de gêneros alimentícios encontra-se, praticamente, findada e abordou o período de 1853 a 1889, levando em consideração os produtos como farinha de mandioca, carne verde, feijão, arroz, milho e mate que se encontram presentes na maioria das fontes e que são produtos básicos na alimentação da população e, ainda, com expressão em moeda corrente da época. Dentre esses produtos, escolheu-se o arroz, o feijão, a farinha e a carne por se constituírem em produtos típicos de abastecimento doméstico; o mate por seu largo consumo entre a população e ainda por estar incluído no fluxo internacional de comércio, além de sua utilização pela indústria; e o milho por se colocar numa posição intermediária entre esses dois grupos, apesar de pouco industrializado e não tradicional na pauta de exportação.

No âmbito da história econômico-social, que abarca o presente trabalho, conhecer os níveis dos preços é tão importante como perceber o jogo dos elementos que constituem a oferta e procura, pois o estudo dos preços permite vias de acesso às constatações das mudanças ocorridas no equilíbrio entre oferta e procura. Pois é evidente que os preços são a resultante das forças que operam a nível de oferta e da procura.

A presente pesquisa parte de uma variável eminentemente social que é conhecer o nível de vida da população. E nesse sentido não se leva em conta os preços dos artigos de luxo, pois atingem pequenas camadas da população curitibana. Ainda que os alimentos estejam sujeitos às variações conjunturais, assim mesmo são os que oferecem melhores condições para o conhecimento das referidas conjunturas, pois atingem o conjunto da população.

Nesse sentido, a especificidade deste estudo é conhecer a evolução dos preços e salários dos trabalhadores em Curitiba, na 2.^a metade do séc. XIX, mas entendendo que esta inserção é relacionada a um universo mais amplo, das conjunturas historicamente explicáveis, ou como dizia François Simiand: “nada de metereologia de jardineiro”. A ampliação do quadro permite o conhecimento das conjunturas, pois em termos de salários e preços necessitamos responder a questões como: a extensão e denominação dos ciclos, movimento dos preços e salários e chegar às constatações que permitam identificar os beneficiados com as variações: o povo? o vendedor? o patrão? E ainda, em caso de evolução, de crise ou estagnação, quem realmente ganha com isso. Daí é fundamental ter permanentemente em vista dois conceitos de conjuntura: a nível do social e do econômico e enfocá-los global-

mente de forma a entender que, de maneira geral, quando acontece um movimento de elevação dos preços esta traz consigo prosperidade para uns e miséria para os demais, ainda que haja impulso para as atividades empresariais.

O estudo em desenvolvimento se insere num esquema simplificado do movimento dos preços e salários em Curitiba, aonde o estudo dos preços dos gêneros alimentícios essenciais à população serve para preparar o estudo dos salários. Em síntese, esta pesquisa pode ser considerada como uma introdução à história das condições de vida das pessoas, na medida em que esta condição depende do movimento dos salários e dos preços.

Portanto, temos aí uma História Econômica apontando e se articulando com uma história social, pois, como já foi citado, uma conjuntura de alta dos preços pode provocar uma certa regularidade em todas as altas: os preços dos artigos de luxo acabam subindo menos que os artigos correntes e necessários para o conjunto da população; os gêneros de 1.^a necessidade sobem mais que os produtos industriais; os cereais sobem mais que os derivados da pecuária, etc. Desta maneira, o "trend" de alta repassa as classes de menor poder aquisitivo, o peso da diminuição da renda social.

É ainda significativo reapresentar uma discussão teórica que é de importância para a presente pesquisa. Ao desenvolver um estudo de comércio local, periférico e imerso no bojo de uma sociedade definida a partir do modo de produção escravista moderno, depara-se com a necessidade de vislumbrar um modelo desta sociedade. E entende-se que o estudo sobre as condições de vida da população (preços e salários) contribuem, na medida do possível, para a detecção do modelo. Dos produtos estudados, três são próprios de economia de subsistência, quais sejam, arroz, feijão e farinha, quatro são próprios de abastecimento doméstico: arroz, feijão, farinha e carne; o mate pela importância no consumo e por incluído no fluxo internacional do comércio, além de sua utilização pela indústria; e o milho por se colocar numa posição intermediária entre esses dois grupos, apesar de pouco industrializado e não tradicional na pauta de exportação. A discussão que envolve a historiografia brasileira é no sentido de que a maior parte dos autores tem relegado a economia de subsistência a um plano subsidiário da economia exportadora, constituindo-se apenas em parte complementar desta. Para os autores, de maneira geral, as variáveis como baixa produtividade e rentabilidade são características da economia de subsistência, bem como sua natureza fechada e tendente à auto-

suficiência. Há autores que levam a afirmar (historiadores econômicos) que o conjunto dessas características próprias da subsistência acabam se constituindo em formas não capitalistas, e entravam o desenvolvimento do modo de produção capitalista. As análises sobre as subsistências indicam que as próprias formas de trabalho empregadas tendem a diferenciação: em algumas regiões a produção da economia de subsistência é marcada pelo braço escravo, e em outras, pela produção familiar, ou a família como unidade econômica. Nesse sentido, um dos objetivos da presente pesquisa é explicar o caráter subsidiário de economia paranaense no período analisado, atuando como parte de um universo construído pela economia de exportação. E mesmo o mate que se insere no circuito do capital comercial tem a sua produção, até certo ponto, diversificada em termos de mão-de-obra. Nas primeiras etapas de produção (a soque) a mão-de-obra escrava era empregada em maior escala. A partir do desenvolvimento técnico dos engenhos haverá o emprego de mão-de-obra assalariada e especializada, sendo que os escravos passarão a ser absorvidos pelo setor doméstico de produção. Daí a importância de detecção do modelo da economia e sociedade paranaense na 2.^a metade do séc. XIX, que possa explicar inclusive o caráter mercantil dessa economia de subsistência, doméstica, mas inserida num mercado interno e externo.

O instrumental técnico para a análise de evolução dos preços e dos salários está ligado aos métodos quantitativos. Entretanto, o quantitativo aqui presente não pode, por si só, dar conta da análise da sociedade local, sob o risco de se deixar escapar o caráter fundamental do objeto histórico que é a totalidade.

Este esboço de história serial deve atingir seu grande objetivo que é o nível qualitativo, ainda que a complexidade desta passagem seja mais acentuada. Entretanto, é a partir daí que se chega a explicar a essência do processo histórico. E, se assim não for feito, acabaremos caindo na ditadura dos números e entrando numa economia "événementielle", como diz o Prof. W. Kula.

A presente pesquisa acabou agrupando novas variáveis que, inclusive, levam a repensar em novas abordagens cronológicas, isso em função da elaboração das séries de preços dos produtos escolhidos. As séries estão sendo reelaboradas a partir de agrupamentos mensais, que através da média aritmética nos revela o preço médio trimestral dos produtos. A partir daí foram construídos novos gráficos que demonstram as variações trimestrais dos preços dos produtos pesquisados em períodos de alta e baixa (fases de A e B):

ARROZ (saco)

A	B
1855 — 1866	1866 — 1871
1871 — 1879	1879 — 1887

CARNE (arroba)

A	B
1855 — 1858	1858 — 1864
1864 — 1880	1880 — 1888

FEIJÃO (alqueire)

A	B
1854 — 1858	1859 — 1865
1865 — 1877	1877 — 1885

FARINHA (alqueire)

A	B
1856 — 1858	1858 — 1862
1862 — 1867	1867 — 1872
1873 — 1878	1878 — 1881

MATE (arroba)

A	B
1855 — 1875 (pico em 1866)	1875 — 1889

MILHO (alqueire)

A	B
1870 — 1874	1875 — 1880
1881 — 1884	1884 — 1887

E introduzindo também nesse universo o preço do escravo, teremos as fases de A de 1860/1875 e B de 1875/1881 para os cativos.

As considerações evidenciadas a partir dos resultados acima detectados mostram que existem sincronias nos preços, principalmente nos períodos de altas acentuadas. Entretanto, são ciclos de curta e média duração, pois não superam os 10/15 anos em média. De maneira geral, a análise de história econômica paranaense revela que o período de maior prosperidade se situa entre 1870/1874, que coincide com a fase B do 2.º movimento de Kondratieff.

Como já foi referido em relatório anterior, ao lado do levantamento exaustivo dos preços para o século XIX em Curitiba, é importante verificar o significado dos produtos de subsistência e exportação do mercado local, visto que a economia regional manteve-se em baixa durante o período em

que prevaleceu, praticamente, a atividade de subsistência. A propósito, em relatório emitido em 1880, o administrador da Colônia Assunguy falava “das condições de desânimo do futuro agrícola”, pois existiam foreiros que se viam obrigados a comprar mantimentos de seus próprios escravos.

Na análise direta das curvas para os produtos de subsistência como feijão, arroz, farinha e carne (em parte) observava-se que apresentam um quadro um pouco diferente dos do mate. A partir daí pode-se levantar as distinções referentes aos produtos de subsistência, a nível regional, e o mate como produto de exportação.

No âmbito conjuntural a partir de meados do século XIX, haverá um estímulo maior à economia paranaense. A abolição do tráfico de escravos, ainda que tenha provocado um surto inflacionário, permitiu a vulgarização do trabalho assalariado dinamizando, desta maneira, o comércio interno.

No Paraná, na segunda metade do século XIX, houve o aumento da população e conseqüentemente profundas alterações no setor de subsistência da economia, que teria que produzir um excedente para o mercado interno que se formava. Nesse sentido entende-se porque os preços dos produtos básicos de subsistência da economia paranaense apresentam regularidades neste período para o abastecimento de Curitiba principalmente a partir de 1870.

Nesse período de expansão, o mate teve participação mais acentuada no valor total das exportações do País, passando de 1,3% para 2,0%. A partir de 1866 haverá, com a Guerra do Paraguai, a recuperação no preço externo do produto, como mostram os gráficos elaborados do preço do mate.

Ainda que não se disponha de documentos que mostrem os hábitos alimentares da população de Curitiba no século XIX, as poucas fontes revelam que a farinha de mandioca, a carne, o feijão, o arroz e o mate eram produtos de intenso consumo, sendo que destes a farinha, a carne e o feijão se constituíram em gêneros básicos indispensáveis, e os outros como produtos complementares.

A análise dos padrões alimentares no séc. XIX se realiza em níveis necessariamente qualitativos. Algumas fontes apontam para determinados padrões alimentares para o séc. XIX que não podem ser generalizados. Em “Casa Grande e Senzala” Gilberto Freyre, ao descrever os alimentos e receitas tradicionais, fala na mandioca, milho, açúcar e inhame. Menciona o arroz apenas uma vez. O historiador C. Boxer na obra “Idade de ouro do Brasil” não cita o arroz nas minas gerais, enquanto que a mandioca e o milho aparecem no seu índice.

Já o autor Sebastião Ferreira Soares na obra "Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil" fala da erva-mate, café, açúcar, algodão, fumo, aguardente e cacau (inclusive o autor critica os agricultores que deixaram de produzir gêneros de subsistência para plantar café).

Para Curitiba, a análise dos padrões alimentares na 2.^a metade do séc. XIX está sendo pesquisada na "Correspondência dos Presidentes de Província" aonde constam cartas de aquisição de gêneros; compras de gêneros para quartéis e hospitais, etc. Outras fontes que também estão sendo pesquisadas são as memórias e crônicas de viajantes que estiveram no Paraná, no séc. XIX, como Saint Hilaire e Bigg Witter.

De maneira geral, procura-se recolocar o estudo dos gêneros alimentícios e salários (2.^a fase) no âmbito de uma história sócio-econômica, que vise estudar principalmente a produção da subsistência, sua distribuição e consumo.

A partir da segunda metade do século XIX, a produção agrícola destinada ao consumo interno não recebeu apoio capaz de melhorar sua situação. A própria expansão do mate acabou por valorizar este produto em detrimento daqueles considerados essenciais à população.

A abolição do tráfico, elevando os preços dos escravos, trouxe prejuízos ao setor de subsistência, pois muitos escravos foram transportados para serem vendidos na província de São Paulo aonde receberam maiores cotações. A partir daí e por alguns anos houve certa falta de gêneros alimentícios, que começaram a ser importados como o feijão e o arroz.

De maneira geral, as culturas de subsistência no Paraná como a farinha, feijão, milho, arroz e produção de carne sofreram um certo decréscimo na produção pela falta de renovação tecnológica; mão-de-obra qualificada; ausência de capitais em decorrência da precária rentabilidade; da falta de estradas e transportes; de mercados mais amplos e de concessão de créditos.

E, como já foi dito anteriormente, uma certa renovação dos métodos agrícolas com elevação da produtividade do setor de subsistência aconteceu a partir da vinda de imigrantes para o Paraná, na 2.^a metade do século XIX, trazendo certos conhecimentos agrícolas, de maior produtividade e de padrões de consumo mais elevados. Os mercados tornaram-se mais dinâmicos com o aumento da demanda, permitindo a elevação dos preços e a elevação das arrecadações.

Na fase atual da pesquisa, estamos procurando desenvolver os estudos sobre os salários, níveis, distribuição e poder de compra. Nesse sentido, o estudo dos preços de gêneros alimentícios foi interrompido para que a pesquisa sobre os salários possa evoluir e ser inserida no âmbito da análise dos gêneros alimentícios.

Os estudos sobre os preços dos escravos também foram encerrados e estão prontos para serem projetados para o orçamento doméstico, na 2.^a metade do séc. XIX.

Portanto a presente pesquisa está toda voltada agora, nesta nova fase, para o estudo da variável salário que, após complementada, permitirá melhor vislumbrar as variações salário-preços.

AVALIAÇÃO DA PESQUISA HISTÓRICA NO PAÍS (NOTÍCIA)

ALTIVA PILATTI BALHANA

Coordenadora dos Cursos de Pós-Graduação em História do Brasil na Universidade Federal do Paraná.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, vem de divulgar a sua avaliação da área de História, referente ao ano de 1892.

O documento teve por redator o Professor Francisco Iglésias*, do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais.

O texto compreende breve trajetória da Historiografia brasileira, o estado atual dos estudos históricos no Brasil, sobretudo no que se refere à pesquisa, pós-graduação e instituições de pesquisa. Detém-se particularmente na análise das insuficiências dos cursos de pós-graduação, aponta estratégias de superação de tais insuficiências, bem como tarefas recomendáveis em futuro imediato com vistas à melhoria qualitativa da produção historiográfica nacional.

Há dezesseis cursos de pós-graduação em História em funcionamento no Brasil: quatorze de mestrado e dois de doutorado (USP e UFPR), novos ainda, sendo que os dois mais antigos datam de 1971 e o número de alunos atinge a 896. A divisão geográfica é estranha: há dois no Rio de Janeiro, seis em São Paulo, um no Paraná, um em Santa Catarina, um no Rio Grande do Sul, um em Goiás, um em Brasília, um em Pernambuco. Na Região Norte não há nenhum, em Minas Gerais e no Espírito Santo também não. Como se vê, há áreas superatendidas e outras de todo desatendidas.

Os Cursos de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná mereceram referências específicas do relator que considerou esta instituição, no País, "talvez a mais eficiente, como ensino e pesquisa".

* IGLESIAS, Francisco. História. In: CNPq. Avaliação e Perspectivas. Brasília, Coordenação Editorial, 1983. p. 193-223.

De outro lado, ao comentar os riscos que podem ocorrer com os cursos de pós-graduação que “só estudam e investigam a realidade local, em excessivo paroquialismo, política esta que não é necessariamente um mal”, aponta o exemplo da Universidade Federal do Paraná, citando as palavras da sua Coordenadora da Pós-Graduação em História, “o nosso regionalismo não é provinciano nem reducionista, ele é principalmente estratégico e nos tem propiciado articulações de bom nível com a comunidade científica nacional e internacional”.

Para a superação das insuficiências da pós-graduação em História, Francisco Iglésias recomenda algumas estratégias, como:

- . formação do historiador em bom curso de graduação;
- . salários condignos para um bom quadro docente;
- . ano sabático, férias largas, aposentadoria ao fim de poucos anos;
- . assistência do Estado aos arquivos, modernizando-os;
- . incentivo à pesquisa;
- . bolsas de estudos para cursos e estágios;
- . ampliação e renovação das bibliotecas, intercâmbio entre as mesmas;
- . divulgação das teses e dissertações produzidas;
- . banco de dados, boletim geral de informações sobre a pós-graduação;
- . maior fiscalização dos cursos de pós-graduação a fim de serem evitadas certas distorções;
- . presença de disciplinas de História Universal nos cursos de pós-graduação ainda que a pesquisa se realize no campo da História do Brasil.

FEBVRE, Lucien. O problema da descrença no século XVI; a religião de Rabelais. Lisboa, Editorial Início, s. d. *. 540 p. **

SERGIO ODILON NADALIN

Professor-Adjunto do Departamento de História,
SCHLA, da Universidade Federal do Paraná.

1. Problemática inicial

O programa que atualmente se desenvolve na disciplina “Introdução à História II”, do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, tem sua tônica na renovação teórica e metodológica proposta pelos *Annales* a partir de 1929.

No que concerne à minha atividade como professor da referida disciplina, tenho procurado, além de atender os seus objetivos, levar os estudantes a pensar, a meditar sobre a História, inserindo-se na mesma, utilizando como instrumentos os conceitos e sugestões metodológicas elaborados pela chamada “Escola dos *Annales*”. Chamo sempre a atenção para o fato de que se trata, estrito senso, de um problema específico da historiografia francesa. Contudo, ressaltando as virtudes universais das teses desta “Escola”, a sua abrangência, e a generalizada aceitação de suas propostas no mundo acadêmico da atualidade, especialmente na América Latina. Caracterizo, no nosso caso, sua importância também no extraordinário alcance que teve a historiografia “positivista” no Brasil e suas permanências na atualidade historiográfica e educacional brasileira.

* Original francês datado de 1970, Éditions Albin Michel, Paris.

** Estas notas de leitura foram preparadas para uma conferência, realizada por ocasião de uma “semana em homenagem ao cinquentenário da Escola de *Annales*”, promovida pelo Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, no período de 19 a 23 de maio de 1980. Naquela ocasião, o meu objetivo foi o de propiciar a um auditório composto na sua maioria de estudantes uma idéia do conteúdo deste clássico da historiografia francesa contemporânea. Da mesma forma, tentei colocar em destaque o método desenvolvido por Febvre ao se propor a estudar François Rabelais no contexto do século XVI. Releio “o problema da descrença no século XVI” hoje, e penso que, antes de mais nada, estas notas constituem um resumo, talvez um pouco mal equilibrado, na medida em que privilegia a primeira parte do livro. Acredito, por outro lado, que atinge o objetivo que me propus, há quatro anos atrás. Daí minha intenção em publicá-las.

O tema hoje é Lucien Febvre¹, co-fundador da Revista “*Annales d'histoire économique et sociale*”. As suas críticas à historiografia “empírica”, sua ênfase no homem como objeto da História (*L'Histoire c'est l'homme*), história concebida como ciência, mas ciência também num sentido renovado, fundamentado em problemas, e em hipóteses. A história como ciência do social, e a conseqüente chamada ao diálogo da história com as disciplinas co-irmãs, têm sido discutidas a partir principalmente de textos que, reunidos em 1952, constituíram-se na bandeira dos “combates”² pela nova história: nova pelo anacronismo da velha história, nova porque filha ainda criança do tempo que a viu nascer; nova, enfim, pelas perspectivas da observação, pela abordagem proposta, pela totalidade de seu objeto, ... pelo seu humanismo.

Todavia, a questão que se coloca hoje é saber se as belas palavras que traduzem a luta de Lucien Febvre por uma história total, pelos seus objetos e pelos seus métodos, por uma história no seu mais largo sentido dos homens compreendidos “no quadro das sociedades de que são membros”³, não foram simples retórica. Em outros termos, se estas palavras traduziriam realmente uma atitude de historiador: se o novo ofício de historiador, finalmente, da maneira como foi proposto por Febvre (e Marc Bloch⁴), voltado para a prática da história, se exteriorizaria na sua produção historiográfica.

Ora, é vasta a obra de Lucien Febvre. Deteve-se principalmente no século XVI, fonte de seu humanismo, e seu trabalho mestre foi “O problema da descrença no século XVI; a Religião de Rabelais”, criado no ápice de sua produção intelectual, durante as férias forçadas ocorridas na época da guerra; portanto, durante uma conjuntura de crise (1943). O objeto desta análise foi assim estabelecido: trata-se de verificar na aludida tese a metodologia utilizada, os meios e abordagens que o pesquisador e autor empregou para responder à questão implícita no próprio título do livro.

2. O livro

O exemplar utilizado foi uma tradução portuguesa (Rui Nunes), editada segundo as especificações da “Biblioteca de Síntese Histórica, Evolução da Humanidade”, tomo LILL,

1 Os outros temas foram Marc Bloch, Fernand Braudel, Ernest Labrousse e Emmanuel Le Roy Ladurie.

2 FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris, A. Colin, 1953. 458 p.

3 FEBVRE, Lucien. Viver a história; palavras de iniciação. In: ———. *Combates pela história*. Lisboa, Presença, 1977. v.1, p. 41.

4 BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*. Paris, A. Colin, 1967. 110 p.

organizada por Henri Berr e dirigida, após sua morte, pelo “Centro Internacional de Síntese”, do qual Lucien Febvre sempre participou, colaborando na Revista do Centro e como seu Diretor-adjunto.

Antes de descrever o conteúdo do livro, ressalto que um dos procedimentos metodológicos utilizados por Febvre é **complicar**, complicar o que parece bem simples⁵. Porém, complicar para compreender. Ao resumir os passos da análise, os raciocínios, comentários e conclusões do autor, enfim, o conteúdo da sua tese, terei como tarefa, de certo modo, “descomplicar”, ou somente arrolar as conclusões parciais das quais o livro está cheio, correndo o risco de simplificar, o que poderia significar distorcer o pensamento febvriano e, ao mesmo tempo, dificultar aos ouvintes a compreensão.

O historiador enfatiza, na sua introdução, que as conclusões devem estar contaminadas necessariamente pela contingência. Desta forma, seu livro não se tornará a escrever, porque é **filho do seu tempo** (p. 12)⁶. Entretanto, aspira que o mesmo constitua um elemento de progresso em relação ao mesmo tema, desenvolvido por gerações anteriores, ou seja, aqueles historiadores que partiram de hipóteses racionalistas, ultra-laicas, irredutoras, e irrefletidas, no dizer de Emmanuel le Roy Ladurie⁷. Assim, do mesmo modo que a história cria seu objeto, constrói seus fatos, formula seus problemas, utiliza suas hipóteses, métodos, teorias, em função de sua representação do passado histórico, a leitura desse livro, quase quarenta anos após sua defesa (feita em outro lugar, e em circunstâncias críticas), envolve necessariamente uma visão diferente do mesmo, sem falar da ótica pessoal deste leitor, o que subjetiva ainda mais os resultados da leitura.

Feitas estas ressalvas, esta palestra tem a pretensão, também, de ser um convite para a leitura total do presente livro. Correndo o risco de um muito usado lugar comum, mas na falta de outro, diria que o melhor adjetivo para o mesmo é o de ser “saboroso”, pela sua construção e frases inteligentes, pelo desenvolvimento da análise do problema, enfim, pelo gênio de Lucien Febvre, o maior historiador de expressão francesa desde Michelet, dito isto por Fernand Braudel em 1957.

5 FEBVRE, Lucien. Uma visão de conjunto: história e psicologia. In: ———. **Combates pela história**, v.2 p. 142.

6 A partir deste momento, registro a página das citações ou eventualmente das partes que estão sendo referenciadas, de modo que o leitor possa ir ao texto original com facilidade.

7 LADURIE, Emmanuel Le Roy. Les mousquetaires de la “nouvelle histoire”. **Le Nouvel Observateur**, 7 jan.1980. p. 60.

2.1. A estrutura do livro

O livro apresenta-se da seguinte forma: após uma introdução geral, a primeira parte, definida pela interrogação: **Rabelais ateu?** Esta seção é introduzida por uma **Nota liminar**, onde Febvre expõe **O Problema** e o **Método** que, pela sua importância, foi reproduzido na seleção de textos febvrianos organizados por Carlos Guilherme Mota⁸. A primeira parte subdivide-se em dois livros, o primeiro com o título **O Testemunho dos Contemporâneos** (Dois capítulos e uma conclusão), o segundo, **Escândalos e Queixas** (Três capítulos). A segunda parte, **Crença ou Descrença**, está também dividida em dois livros, respectivamente, **O Cristianismo de Rabelais** (três capítulos) e **Os Limites da Descrença no Século XVI** (quatro capítulos). Finalmente, uma conclusão (**Um século que quer acreditar**), Bibliografia (cujo plano mereceria um cuidado à parte), índice, em suma, duas partes, quatro livros, doze capítulos e uma conclusão.

Talvez seja mais viva a própria descrição que o historiador faz do plano do seu trabalho:

Este livro, dividido em partes desiguais e que se agrupam por massas decrescentes: a mais material em baixo, com todo o seu peso crítico; a segunda mais leve, no centro; a terceira como cúpula das outras duas. (p. 20).

2.2. Introdução do livro

O autor focaliza o centro de seu interesse no Renascimento francês, particularmente no século XVI. Este fato explica, portanto, que tivesse sido intelectualmente motivado por uma leitura que fez, em 1922, da edição crítica das **Obras** de Rabelais, de Abel Lefranc, acusando François Rabelais de ateu, de descrente, endossando o que chama de **lenda rabelaisiana**.

Observa Lucien Febvre que esta motivação está ligada à sua maneira de ver o Renascimento, donde a necessidade de repensá-lo, centralizando a sua problemática na crença e na descrença. Trata-se, assim, de um livro que estuda “o sentido e o espírito do século XVI” (p. 11), e não uma homenagem a Rabelais, este Rabelais que vinha sendo retratado, até então, contraditoriamente, contradições que sintetizam visões diversas do Renascimento. Explica-se, então, por que Rabelais:

8 MOTA, Carlos Guilherme, org. Febvre. São Paulo, Ática, 1978. 190 p.

via de acesso para esclarecer o eixo de seu problema, a possibilidade da descrença no século XVI. Foi escolhido “não porque continua célebre, mas porque o estado dos documentos que permitem reconstituir o seu pensamento, porque as declarações que esta obra contém, porque as suas próprias intenções parecem qualificá-lo para um tal estudo” (p. 23). A escolha, assim, é metodológica. Primeiro, o problema. As fontes, em função da problemática: Não acreditar! “Era então isso possível para Rabelais e seus contemporâneos?” (p. 500 — Conclusão).

Levando em conta as contradições e a problemática, o autor equaciona o problema metodológico:

Quando, colocando-nos bem à frente a um homem do século XVI, interrogando-o, a ele e a seus contemporâneos, experimentamos definir a sua fé, nunca estamos verdadeiramente certos dele — nem de nós. (p. 15)

Depreendem-se, assim, os objetivos de Febvre:

(1.º) Contrapor à visão distorcida de Rabelais uma concepção verdadeiramente humana (p. 19) do século XVI;

(2.º) “Procura de um método ou, com maior exatidão, exame crítico de um complexo de problemas, literários, psicológicos e metodológicos” (p. 19)

2.3. Quanto ao método de exposição deste resenhista.

Inspirado no próprio Lucien Febvre, o livro foi examinado como um “processo”, cuja instrução baseou-se, de início, no interrogatório de Rabelais, depondo por intermédio das obras, suas e de seus contemporâneos, amigos e inimigos... Teólogos e controversistas, poetas, todos eles também levados ao banco das testemunhas. Num nível mais profundo, a segunda parte do processo é consagrada, como diz Braudel, à

utilização mental que ele (Febvre) mostra a um certo nível, bem pouco variável, (...) um belo exemplo de estrutura comandada, enclavada de fora e de dentro, mesmo se a palavra estrutura desagrade ao pensamento, ou, antes, aos gostos literários de Lucien Febvre⁹.

⁹ BRAUDEL, Fernand. Lucien Febvre e a história. *Revista de História*, 16 (64):405, out./dez.1965.

Em outras palavras, as possibilidades, os limites da descrença no século XVI, para responder se, no final das contas, o réu poderia ser realmente culpado das acusações que lhe eram imputadas. Problemas de psicologia retrospectiva; psicologia coletiva retrospectiva; ... problemas de mentalidade.

2.4. O conteúdo do livro

O “processo” inicia-se com o interrogatório das testemunhas citadas por Louis Thuasne e Abel Lefranc nas suas acusações de ateísmo a Rabelais. Seu desenrolar mostra estas testemunhas, poetas, companheiros do acusado, tais como eram: fracos, vaidosos, apaixonados; irritáveis, nervosos e maus — devido às dificuldades materiais que atormenta o cotidiano de suas vidas, o que explica passarem à posteridade os mecenas generosos, colocando de modo geral os ricos na ponta de suas lanças.

A seu favor: são virtuosos na sua sinceridade, levam a sério seu papel e “estão prontos a sofrer pela sua fé de humanistas” (p. 42). Unem-se contra o inimigo comum e, apesar da obsessão pela sobrevivência, prestam serviços muitas vezes uns aos outros.

Circunstanciando os testemunhos bibliográficos da época, toda esta parte do processo, do lado do advogado de defesa, pretende mostrar as fraquezas e virtudes dos depoimentos, os denominadores comuns existentes entre eles, utilizando duas regras de crítica:

(1.º) “Nunca subestimar estas magnificentes invectivas” (p. 37) — Febvre refere-se às indignações, os agravos, rivalidades, gritos de ódio, protestos de ternura, explosões de furor ... (— “Tanto mais que uma querela só é útil aos inimigos; amigos e inimigos envolvem-se nela, cada um pensando em si”. (p. 37)

(2.º) “Nunca ler um único poeta para julgar uma acusação lançada contra ele ou por ele; dar a volta ao Parnaso e consultar aqueles que lhe retruquem do mesmo modo, ou lhe secundam os esforços”. (p. 37)

Desta forma, constitui-se o método para ponderar o valor das acusações: “Amigos que se transformam em inimigos e inimigos que se tornam amigos”.

Etienne Dolet, Jean Visagier e Nicolau Bourbon são as três testemunhas chaves interrogadas primeiramente, por intermédio de sua produção literária da década de 1530. Febvre mostra como se alternavam demonstrações de amizade (Visagier a Dolet), acusações de plágio (Bourbon a Vi-

sagier), réplicas (Visagier a Bourbon, suprimindo dedicatórias lisonjeiras, transferindo-as a Marot e/ou a Dolet), acusações de ateísmo (Visagier a Dolet — cuja posição religiosa é a de defender as crenças tradicionais contra os reformistas, mas advogando perdão para os heréticos; sua produção literária caracteriza-se, de outro lado, por várias obras não inspiradas no cristianismo; esta sua situação era propícia a ataques de todos os lados).

Ora, foi nos **Hendecassílabos** (1538) de Jean Visagier que Thuasne (e depois Lefranc) descobriu provas do ateísmo de Rabelais, apesar do seu nome não figurar nenhuma vez em todo o volume. Não importa, não era costume nomear diretamente os alvos das invectivas. Deste modo, reanalisando os textos o autor conclui que as imprecações do poeta contra o “sectário de Luciano” dirigiam-se realmente a Dolet. O silêncio dos contemporâneos de Rabelais o confirma, bem como a evolução do comportamento de Dolet e, assim, não se comprovavam razões fortes para a acusação de “lucianista”. E razões fracas? — Luciano, suprema injúria pelas acusações implícitas de ateísmo militante: dava-se este nome, nestes tempos de controvérsia religiosa, a “todos os que, num certo momento, pensavam de maneira original ou, pelo menos, davam ares disso”. (p. 75)

E assim, sucessivamente, as testemunhas — além dos já nomeados, Nicolau Chesnau, Hubert Sussanée, Júlio César Scaliger (o violento Scaliger, talvez a origem da “lenda rabelaisiana”) — as testemunhas, como disse, são interrogadas pela defesa. Dando uma verdadeira lição de crítica, Febvre referencia uma série de situações-alvo, de pseudônimos, de motivos de ódio e de inveja; de problemas, interrogações e, principalmente, demonstrações de incoerência das testemunhas, e evidência de silêncios; denúncias de acusações infundadas motivadas por um processo de acusação apressado. Tudo isto evidencia, finalmente, como foram fáceis as conclusões daqueles que, endossando a lenda, viram nas imprecações dos poetas do século XVI francês uma prova da irreligiosidade de Rabelais. Ressalte-se que esta conclusão demonstrou-se **apesar de**, e ao mesmo tempo **com o auxílio de**, testemunhos de poetas que nos deixaram trabalhos os quais, sob um nome suposto, podiam visar, e visavam sem dúvida, o réu. Contudo, poucas vezes foram questionadas suas convicções religiosas e, quando o foram, em que medida não se trataria de um “prurido lingüístico sem outras conseqüências, ou como resposta a uma ofensa anterior?” (p. 108)

No entanto, conhecendo-se o temperamento, o caráter, a psicologia — extremamente contraditórios — dos poetas, comprovado pelo exame crítico das obras, e algumas reedições, que se sucedem na época, é possível distinguir um Rabelais caricatural que muito se aproximava da lenda. Realmente, a figura de Rabelais é difícil de ser visualizada, mascarada por retratos fantasistas, aliás alimentados pelo próprio escritor que escreve na primeira pessoa, convidando o “leitor inocente a passar da obra ao autor” (p. 111). Desta forma, o único “Rabelais que existe é aquele que criam, que fabricam de acordo com o seu prazer, à semelhança do livro e dos seus heróis” (p. 112): um Rabelais de pantufas, bêbado, debochado, amoral, obsceno; um Rabelais humanista, médico, sábio, um grande filósofo. E o comentário final de Febvre: “os nossos antepassados eram mais felizes do que nós. Não escolhiam entre duas imagens, acolhiam ao mesmo tempo a respeitável e a outra. Tanto mais, tanto melhor que não as relacionavam nem as comparavam” (p. 111). O verdadeiro Rabelais não existia, pois, para eles. Nem para o leitor inocente, nem para aqueles cuja profissão era a literatura. Ronsard e du Bellay o comprovam.

Acusação de ateísmo. É necessário trazer ao banco os “técnicos”: teóricos, filósofos, controversistas. Porém, ao interrogar este segundo grupo de testemunhas, o autor adverte que é necessário tomar precauções diferentes. São outros homens, outros temperamentos, outros hábitos... “Mesmo se acontece a alguns deles serem tentados pela Musa Latina”. (p. 117). Entretanto, trata-se da mesma maneira, de homens do século XVI, tal como seus contemporâneos, poetas, distinguindo-se de nós pelas suas estruturas mentais.

O exame dos depoimentos demonstra a tese de que, antes de 1543, as acusações revelavam não um Rabelais anticristão, mas um simpatizante das idéias reformistas, ou, pelo menos, por aquilo que anunciava a Reforma na França: o “movimento evangélico”. Em 1542 **Gargântua e Pantagruel** foram incluídos no catálogo dos trabalhos censurados organizado pela Faculdade de Teologia de Paris (**Sorbonne**), que incluía livros de autores reformados ou simpatizantes, mas não ateus. Um ano depois, o silêncio acerca da obra de Rabelais é realmente quebrado, por Guilherme Postel. Suas acusações de reformismo incorporavam o acusado ao conjunto dos que tinham idéias semelhantes, não o isolavam como revolucionário ímpar na época.

É necessário frisar: em 1538 ainda, não se via nenhum perigo na obra rabelaisiana. Saliente-se: de 1532 (**Panta-**

gruel), 1534 (Gargântua) à década de 1540, o mundo evoluiu extraordinariamente no que concerne, principalmente, à Reforma. As posições se radicalizaram na França, daí o ataque não só aos reformistas como aos seus simpatizantes.

Outras testemunhas de acusação (Calvino em 1544, Gabriel de Puy-Herbault, em 1549) são neutralizadas pelo advogado de Rabelais que faz seu segundo discurso conclusivo aos leitores, mostrando o que valia uma acusação de ateísmo no XVI, considerando-se a importância da religião para aqueles homens. Aquele que não pensava como a maioria, o homem da palavra arrojada e de crítica fácil era um “impuro, o blasfemador — e para acabar, o ateu” (p. 149) (...) “palavra destinada a provocar um arrepio no auditório de fiéis” (p. 152) (...) “Suprema injúria, deitada à cara uns dos outros”. (p. 152). O próprio Rabelais utilizava-se dela (Scaliger “é ateu como ninguém o fora ainda” — o atingido respondia na mesma moeda — p. 153). Dolet, em 1535, incriminava, escandalizando, Erasmo de ateísmo. E o exemplo das contradições se seguem, desempenhando Deus “um estranho papel de polícia nas prosas e nos versos destes emancipados. E estes ateus parecem bastante inclinados a escandalizar-se com o ateísmo dos outros”... (p. 155). Enfim, pergunta Febvre, como definir convenientemente a palavra, seu sentido na época? — Atitude pueril. “Devemos, como historiadores, tomar em consideração essas liberdades de controversistas?” (p. 157)

Em outra perspectiva, o autor mostra que os homens do século XVI não raciocinavam como nós, não tinham a nossa “ferramenta mental”. Audácias teológicas que para o mundo contemporâneo seriam consideradas moderadas, não o eram para a época. Tomando Lutero como exemplo, partia-se de uma noção simples para chegar de “repente nas antípodas do seu ponto de partida e... apoiando-se numa doutrina religiosa de Lutero, formular finalmente contra o próprio Lutero uma acusação de materialismo ou de impiedade” que parecia admissível ao acusador (p. 162). Estes homens, “no seu modo de argumentar, não poderiam experimentar a mesma necessidade de exatidão, nem a preocupação da objetividade que nós temos” (p. 168). A grande revolução do século XVII ainda não estava à vista. Além disto, alerta Febvre, que é necessário desconfiar das palavras arcaicas, pois o sentido das mesmas mudou muito; da mesma maneira, deve-se desconfiar da imparcialidade dos testemunhos dos controversistas, opiniões interessadas que representavam.

Deixemos, porém, a palavra final ao advogado:

O Livro I consistiu na recolha, sobre Rabelais, sobre os seus sentimentos, tais como os seus contemporâneos os interpretavam, dos testemunhos de todos aqueles — humanistas, controversistas ou polemistas — que, bem ou mal, nos falaram dele. Passamos estes depoimentos ao crivo de uma crítica tão cerrada quanto possível. Ao percorrermos esse caminho, podemos notar erros de interpretação ou de atribuição no trabalho dos nossos precursores — alguns graves e de tal importância que, do sistema por eles arquitetado, não resta, na realidade, grande coisa de pé. (p. 173)

Além disto, nenhum desses testemunhos (leia-se testemunhos de acusação) é, realmente, anterior a 1550. (...) Ora, quando um homem lê, em 1550, o livro publicado em 1532 de um autor que muito escreveu e muito viveu — é uma questão de saber se ele o lê com os olhos de 1532 ou de 1550? (p. 166)

Interrogados os amigos e inimigos de Rabelais, seus contemporâneos, passemos às acusações mais precisas, chamando ao banco das testemunhas o acusado (ou melhor, sua obra, Pantagruel e, acessoriamente, Gargântua). O problema metodológico torna-se, pois, evidente: “Como conhecer o homem através de sua obra?” (p. 173) Quanto o homem colocou dele na sua obra?

(1.º) Quanto às intenções irônicas de sua literatura e o anedotário jocoso relacionado à religião:

É bastante plausível que Rabelais, tendo passado doze anos em um convento, perpetuou nos seus escritos algo da “verve alegre e popular dos franciscanos” (p. 176), hipótese mais provável para Febvre do que aquela da existência de intenções ocultas, venenosas, na obra do réu. O que se deve perguntar é se as intenções irônicas nesta literatura “ultrapassavam os limites que a tradição concedia aos folgazões da época” (p. 178). Assim, acusado de ter feito alusões alegres à virgindade de Maria, por intermédio da descrição do nascimento de Gargântua (“vem ao mundo pela veia cava e a orelha esquerda” — p. 182), em sua defesa pode-se dizer, primeiramente, que muitos o fizeram na época. Em 1532, o costume das anedotas com base na religião estava em voga. Também eram normais e correntes as “audácias” acerca dos episódios do Gênesis (p. 187). Leve-se em conta, da mesma forma, que os homens de 1545, reformistas ou sob a ação da Reforma “se põem a ver malícia onde ninguém viu, pouco antes, senão gracejo sem maldade” (p. 189).

(2.º) Quanto à acusação de racionalismo:

Rabelais foi acusado, como racionalista integral, de duvidar dos milagres. O fato é que o réu, como outros de seu tempo, não acreditava em tudo, combatendo, inclusive, os abusos da época — a fé, naqueles tempos, não era cega, apesar de viva (p. 185,6). A acusação mais grave, ao que parece, trata da imortalidade da alma. Para respondê-la, Febvre propõe, simplesmente, que se procure nos textos rabelaisianos o que lá se encontra (estando principalmente em evidência a carta de Gargântua a Pantagruel):

Para “adoçar” a inevitabilidade da morte, Rabelais desenvolveu no texto criticado o sentido da

imortalidade da espécie assegurada pela procriação¹⁰. Mais ainda, teria confessado: quando, por vontade de Aquele que tudo rege e modera, a minha alma deixar a sua morada humana, eu não direi (...) que morri totalmente, mas sim que transmigrei de um lugar para outro, sabido que em ti a minha imagem permanece visível no mundo. Assim, o homem morria totalmente, que confissão! (210,11)

Ainda outra acusação: Rabelais teria se calado a respeito da outra imortalidade, a da alma (“Abel Lefranc incrimina tanto pelo que não diz, um Rabelais que se cala, como pelo que diz, um Rabelais que fala” — p. 205). Porém, o defensor mostra como, em outros textos, o acusado professou a sua fé, tanto em 1535 como posteriormente. Contudo, o advogado não quer permitir a permanência de dúvidas, e esclarece:

O sentido da alma para os homens do século XVI era o de uma alma heterogênea, semi-mortal. A alma dependia do corpo e se traduzia em parte nele, pois o homem tinha como função “conservar nele a vida e a alma, como hóspede. A vida consiste no sangue, o sangue é a sede da alma” (p. 217). Nada mais natural, portanto, que considerar esta alma como perecível, ou seja, sua cota dos sentidos. O que sobrevivia era a parte intelectual da alma, cuja imortalidade foi reafirmada por Rabelais em outros lugares.

Aprofundando mais a questão, o autor mostra como certas palavras mudaram de acepção no espaço de três séculos. Assim, morrer, palavra que designa uma realidade sempre idêntica a si própria, tinha um significado diferente, por paradoxal que isto possa parecer. Recorrendo a uma definição de Postel:

¹⁰ De acordo com Abel LEFRANC, citado por FEBVRE, “a única imortalidade certa que Rabelais reconhece é a que resulta da propagação seminal” (p. 204).

A alma não é o homem. O corpo não é o homem. A alma e o corpo unidos, e durante o tempo da união, eis o homem. (Continua Febvre): A morte é a ruptura desta união. Não um fenômeno "natural". Uma operação de Deus. Uma partilha. (p. 212,2)

(...) Dissolução de um composto — o homem. E uma tal morte não podia ser senão total. (p. 223)

Gargântua sabe de tudo isto, mas externa, todavia, uma fraqueza bem humana. Não se confronta em renunciar as coisas, aos homens, que o ligam à vida terrena — a sobrevivência de seu filho seria um consolo. Isto não é impiedade, é fraqueza.

A defesa continua, agora em relação aos milagres, especialmente ao milagre da ressurreição, sobre a qual Rabelais teria construído uma **escandalosa paródia** acerca de Lázaro e da filha de Jairo. Para tudo isto, Febvre tem uma palavra, mostrando o caráter humanista de Rabelais, enfatizando, no entanto, que não é possível saber se o acusado pensava como alguns racionalistas do início do século (Ressurreição?... "mortes aparentes. A alma não tinha partido" — p. 257), pois nada escreveu sobre o assunto. Além disto, a questão dos milagres não era colocada como fundamento do cristianismo. Em todo o caso, se Rabelais quisesse sacudir a crença nos milagres, teria tratado de maneira diferente o problema.



Termina a primeira parte do livro. É o momento da palavra final da defesa, que já deixou evidente sua posição pela absolvição do réu durante o interrogatório das testemunhas. Antes, porém, Rabelais é chamado a depor, pela última vez: qual o credo que exterioriza na religião dos gigantes Gargântua e Pantagrue? Quais as relações do acusado com os reformistas e, principalmente, sua cumplicidade com Lutero? Finalmente, quais as ligações de Rabelais com Erasmo e a religião erasmiana?

A primeira questão se subdivide. É, enfim, o problema que permanece no fundo de todo o julgamento. "Que pensava Rabelais das coisas de religião em 1532?" (...) "Quais eram as idéias que Rabelais expunha em público nas suas obras?" (p. 273) (— estas idéias representavam verdadeiramente o pensamento do autor?) E finalmente, "quais eram (...) as teorias filosóficas às quais se referia ou condenava?" (p. 273).

O que se traduz na leitura da obra de Rabelais são idéias que o acusado deu como suas, “colorido das nuances modificadoras do seu pensamento, móvel segundo a época” (p. 275). Desta forma, alusões evangélicas ou bíblicas, invocação da Santíssima Trindade, embora exteriorizando, como Erasmo, uma religião mais do Filho do que do Pai, sendo o Espírito Santo um tanto esquecido (ao contrário da ênfase dada ao Espírito pela doutrina luterana e outras). O poder de Deus é exaltado, e sua bondade. Assim, para que a defesa da fé pelo poder civil? Este deve se limitar a preencher as condições para que o homem, em troca da bondade divina, possa ler, meditar e praticar o Evangelho: “Reza-se muito, amplamente, solenemente, no romance rabelaisiano” (p. 280). O culto é sobretudo interior, negando-se conseqüentemente a influência dos santos, de Maria, frente ao arbítrio do Todo-poderoso. Daí a negação das práticas, fazendo “o padre (...) figura de inútil e ocioso” (p. 289, 90).

Mas, Rabelais é sincero? Não teria sido o autor um prudente hipócrita? O advogado responde que se nota sempre uma perfeita coerência nos comovidos e entusiasmados enunciados de Rabelais acerca da religião. Segundas intenções? Mas como desviar o leitor do cristianismo que enche páginas de textos evangélicos em francês? E a última e mais importante objeção: “Não nos ofereciam, lado a lado, os heróis de Rabelais, o antídoto e o veneno?” (p. 301). A verdade segundo a revelação e a verdade segundo a razão? Febvre responde: o catecismo rabelaisiano “se revela, mesmo amputado, talvez, de algumas afirmações, como ortodoxo nas suas fórmulas positivas — ortodoxo, de uma grande ortodoxia cristã, senão de uma estrita ortodoxia tridentina” (p. 304).

Para determinar como se situa a “religião dos gigantes em relação às grandes religiões do tempo que a viu nascer” (p. 304), considerando as dificuldades para definir um reformado entre 1532 e 1535, considerando as contradições, o **pulular de seitas** (p. 308) que caracteriza o momento, o autor se vale do esquema proposto por Henri Hauser que, procurando determinar “por entre os artigos das diversas profissões de fé evangélicas, os que têm valor de critérios irrecusáveis”, extraiu das mesmas duas proposições:

(1.º) “A Escritura é a única fonte de religião”.

(2.º) “O homem não se justifica senão pela fé”. (p. 311)

Na tentativa de verificar a relação da religião de Rabelais quanto a estes artigos de fé, a defesa interroga profunda e detidamente sua obra, mostrando primeiramente a influência

de Lutero sobre os humanistas e teólogos franceses. Em seguida, comparando a vida do réu com a vida de Erasmo, conclui sobre a grande influência deste sobre Rabelais, sobre o fato de que, finalmente, sua religião, com nuances, menos ouvida, é a religião de Erasmo. Mais próxima da religião erasmiana do que da reformada, a crença dos gigantes assim se situa, em relação aos critérios de Hauser:

Um, o recurso ao Evangelho como única fonte da religião, aplica-se ao mesmo tempo a Lutero, a Erasmo e a Rabelais; o outro, a justificação pela fé, essa contribuição pessoal de Lutero, que passará dele a Calvino, não se aplica nem a Erasmo nem a Rabelais... (p. 365)

Com a radicalização decorrente do cisma, evoluiu o pensamento de Rabelais que, de simpatizante, passou para uma posição bastante distante da reforma. Contudo, permanece seu pensamento ligado ao de Erasmo. Mas este é vencido, e Lutero e Loyola são vencedores. “Os erasmianos calam-se, como se calou Erasmo”. (p. 369)

O trabalho da defesa tem prosseguimento, e seu fundamento será, a partir de agora, o de mostrar os “limites da descrença no século XVI” (p. 371). É o discurso final do advogado. Uma questão metodológica é colocada, “a priori: não nos interroguemos (...) se a ruptura com o cristianismo era, ou não, fácil, (...) mas se estavam ou não preenchidas as condições que podiam tornar possível uma tal ruptura” (p. 373). Febvre pretende, portanto, verificar o lugar ocupado ainda pela religião no cotidiano dos homens do Renascimento. Trabalho difícil, diz ele, dada a ausência de fontes. Modestamente, objetiva esboçar sumariamente a questão, “propor talvez alguns temas de pesquisa, indicar, apesar de tudo, duas ou três visões de conjunto” (p. 374).

Ainda no século XVI, o “cristianismo era o próprio ar que se respirava” (p. 374), intelectual, privada, profissionalmente... independente de “toda a vontade expressa de ser crente, de ser católico, de aceitar ou de praticar a sua religião” (p. 374); era impossível escolher. Do nascimento à morte, “estendia-se toda uma cadeia de cerimônias, de tradições, de costumes, de práticas que tolhiam o homem, mesmo se pretendesse ser livre” (p. 374). Na **vida privada** (p. 375), o nascimento e o batismo; o casamento, os “esponsais”. A doença, as pestes, a cura; o testamento, a morte... A alimentação, suas prescrições, ritos e interdições. Na **vida profissional** (p. 383), a característica comum das invocações religiosas. Nas Universi-

dades, o ensino e a diplomação ligados à Igreja. Nas corporações de ofícios, confrarias reunidas em torno de um santo protetor, guardava-se os domingos, os inúmeros dias santificados e as vésperas de vigílias. Na aldeia, o campanário constituía-se num símbolo da comunidade. O Estado, "saturado de cristianismo, na sua natureza, no seu espírito e constituição" (p. 387) distribuíra a justiça com o auxílio da Igreja.

Impossível querer escapar. (...) "os homens nem mesmo sentem que são seus prisioneiros. Para se insurgirem seria, primeiramente, preciso espantarem-se" (p. 391). Insistir na possibilidade de um livre-pensamento racionalista seria cometer anacronismo, seria imaginar Marte armado de metralhadora (p. 393).

Mas o autor não se contenta com a evidência da inocência do réu. Aprofundando a questão das possibilidades da descrença, pergunta em que medida a filosofia poderia apoiar a "irreligião" no século XVI. Para isto, coloca um problema inicial,

de meio, de condições, de possibilidades: (...) que clareza, que penetração, finalmente, que eficácia (...) podia ter o pensamento de homens, de franceses que, para especular, não dispunham ainda na sua língua de nenhuma dessas palavras usuais que aparecem imediatamente sob as nossas canetas e que são solicitadas pelo próprio acto de filosofar — e cuja ausência não implica somente transtorno, mas verdadeiramente deficiência ou lacuna de pensamento? (p. 396)

Deste modo, arrola o autor as **palavras que faltam**¹¹, primeiramente. Sob o aspecto da sintaxe (p. 400 e seguintes), denuncia a falta de perspectiva dos autores franceses antigos, do mesmo modo que era ausente a necessidade, o instinto da perspectiva nos artistas anteriores ao Renascimento. No final do século XVI, a revolução: os tempos dos verbos são empregados de modo mais regular e concordante, o que permite aos escritores gradativamente introduzir ordem nos seus pensamentos, perspectiva e profundidade nas suas récitas. E os limites da sintaxe também entravavam Rabelais, mesmo genial. (Febvre ressalta que seria possível fazer objeção de que, se o francês vulgar não ajudasse, haveria o latim. Porém, o problema do vocabulário continua: os significados moder-

11 Absoluto, relativo, abstrato, concreto, confuso, complexo, adequado, virtual, insolúvel, intencional, intrínseco, inerente, oculto, primitivo, sensitivo, transcendental, casualidade, regularidade, conceito, critério, condição, análise, síntese, dedução, indução, coordenação, classificação, intuição, ... (p. 397).

nos, filosóficos, de **absolutus abstractus**, por exemplo, não existiam. E o latim também estava defasado das aquisições técnicas e do sentimento cristão do Renascimento).

Avançando, Febvre exemplifica, a partir da noção de “infinito” (p. 408), imperfeição para gregos e latinos, sinônimo de perfeição e onipotência divina no mundo moderno, as contradições resultantes da ânsia de construir um mundo saltando sobre o passado próximo “para mergulharem na antiguidade pagã” (p. 410). Contradições, síntese, conjunto, permutas, ilogismos... , entre a filosofia grega e o cristianismo em contato; caos de opiniões contraditórias e flutuantes onde faltava uma base sólida: a ciência. Aliás, os homens do século XVI, “que poderiam fazer se tivessem uma língua mais adaptada às suas necessidades de especulação filosófica e religiosa, na ausência de uma ciência mais e melhor desenvolvida?” (p. 404).

É desta forma que o advogado, na busca de apoios prováveis da irreligião, volta-se para a ciência. A partir principalmente do exemplo de Copérnico e suas inovações, o autor mostra que as descobertas quase nunca influíam no progresso científico; a teoria se desenvolvia sem contato com a prática. Evidentemente, a ciência muito progrediu no Renascimento, função principalmente da imprensa. Mas suas fraquezas, marcadas pela ausência de “ferramentas materiais e mentais” (por exemplo, a noção do tempo e sua medida) eram bem mais significativas. O método experimental, os meios de demonstração, faltavam, estando ainda a ciência impregnada de credulidade e de medo. Além de tudo, os homens do século XVI, seus cientistas, não consideravam necessário transmitir a verdade à coletividade, guardando suas descobertas como tesouros. E a “verdade”, acima de tudo, certa e exclusiva, não existia para esta elite:

Acomodavam-se igualmente a uma verdade e a uma falsidade, bem adornadas, igualmente plausíveis, igualmente especiosas, sob a sua carapaça de silogismos e de argumentos conhecidos. Desde que o trabalho seja bem feito... (p. 461)

E depois, o que mais interessava era o duelo de palavras, mais do que o fundo: mudava-se de posição, de tarefa e de tese, conforme mudava a regra do jogo. Enfim, esta ciência ainda não era aquela do século XVII.

E a palavra final, permitida, finalmente, pela compreensão do que havia de doloroso e de incompleto no destino dos

homens mais inteligentes e instruídos deste tempo, com base no estado da ciência, da teoria e da prática científicas. Teria a irreligião relação com o ocultismo?

Os homens do século XVI, e todo o seu século como eles, fervilham de idéias. Idéias confusas, curtas, mal enunciadas e desenvolvidas. "Por vezes, num brusco estremeção, projetam um raio de luz" (p. 469); este rasga a noite e apaga-se, parecendo as trevas ainda mais densas. Século de "precursores, quer dizer, de homens sem descendência, que nada engendram" (p. 469). Ressuscitando idéias gregas, fazem pressentir a ciência moderna. Faltava-lhes a luz da ciência, apesar de não se darem por satisfeitos "com o que tinha contentado os seus pais e avós" (p. 469).

Homens do ar livre, próximos da terra e da vida rural, de seus odores e fluidos. O XVI é um século que ouve: os prazeres auditivos superam ou mesmo apagam os prazeres visuais. Ouve-se a música, mas não se vê. "A vista e na vista o desenho, constituem o sentido científico por excelência" (citando Abel Rey, p. 482). Não se percebe com a vista, mas ouvem-se os ruídos, os ruídos do sobrenatural, de um universo fantasmagórico, de anjos e demônios, agentes da causalidade. Não sabiam opor, como nós, o possível e o impossível, de modo que o natural se entrelaçava com o sobrenatural. O mistério não existia; não tinham o sentido do impossível e estavam habituados a situações obscuras, ambíguas, pouco definidas.

Concluindo, o estado de espírito descrito para homens do século XVI teria ou não predisposto estes homens e "emanciparem-se da tutela das religiões reveladas e organizadas a que pertenciam, pelo nascimento, pelo meio ou pela escolha?" (p. 496) Sim, responderíamos instintivamente. Ilusão, diz o autor, pois a resposta se baseia no fato de que, para nós, o desacordo era gritante, e a conciliação impossível. Porém os homens do século XVI não escolhiam, pois a contradição não os chocava. Sintetizavam a um cristianismo, a uma "teologia dogmática demasiado amiga da lógica" (p. 497), um ocultismo que os satisfazia, **ávida e gulosamente**, (nas suas) "necessidades que sabem regular mal, que não regulam senão de acordo com o seu apetite" (p. 497).

3. Conclusão: sobre o método

Concluindo sobre a importância da escola de Annales, já se disse que faltava a Bloch e Febvre, como a outros histo-

riadores da mesma linha, uma teoria adequada. “Entretanto, não sejamos injustos (...) Em seus trabalhos substantivos (estes dois autores) resolveram satisfatoriamente a questão, mas não deixaram qualquer receita de como fazê-lo. Isto teria ido contra seus mais caros princípios”¹².

Encaremos o fato simplesmente: Lucien Febvre tinha um problema e tratou de resolvê-lo. Atuou como um advogado de defesa que, ao iniciar-se o processo, apesar de chocado com as acusações, não está inteiramente convencido da inocência de seu constituinte, ou melhor, não está totalmente certo de serem infundadas as acusações que pesam contra ele. Contudo, e paulatinamente, adquire mais e mais certeza da impossibilidade da culpa do réu, à medida que se desenvolve o julgamento.

O método do advogado não será nunca o de negar frontalmente as acusações, mas rodeá-las, verificar sua consistência e solidez, atacando-as finalmente, de rijo, com sua arte, sua erudição, demonstrando a fraqueza das mesmas.

Quais são os seus instrumentos? — Recorre a abstrações, os fatos: “Para os determinar, é preciso recorrer aos testemunhos mais diversos, e por vezes, mais contraditórios — entre os quais, necessariamente, escolhemos”¹³. Estes fatos, estas construções do historiador, são elaborados a partir de inúmeras e sucessivas questões, hipóteses e conjecturas, além de uma crítica prudente, exaustiva, crítica interna e externa, relacionada aos documentos que recolhe — é o método histórico.

Entre os fatos, o autor dedica especial atenção àqueles já utilizados por Louis Thuasne e Abel Lefranc, examinando todos, e outros, à luz de um procedimento, de uma perspectiva que toma emprestado da psicologia. É no seu artigo “Uma visão de conjunto; história e psicologia”¹⁴, que se pode sentir a essência do seu pensamento a este respeito: “O indivíduo é apenas o que sua época e o seu meio permitem que ele seja”¹⁵.

Fazendo suas as palavras de Charles Blondel: toda problemática específica deve

considerar isoladamente os grupos humanos espalhados no tempo e no espaço, descrevendo os sistemas mentais próprios de cada um e analisá-los, tanto quanto possível,

12 CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLI, Hector. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro, Graal, 1979. p. 477.

13 FEBVRE, Viver a história, p. 44.

14 FEBVRE, Uma visão de conjunto, p. 151-59.

15 FEBVRE, p. 147.

preocupando-se com apreender o mecanismo de sua elaboração, o jogo do seu desenvolvimento e a natureza das relações que ligam entre si os seus elementos¹⁶.

Assim, Febvre alerta sobre os problemas e armadilhas do anacronismo, bastante enfatizado em **A religião de Rabelais**.

Não saberíamos dizer melhor — referindo-se às palavras de Blondel — nem denunciar com maior clareza o perigo de querer passar diretamente (e sem mesmo desconfiar da dificuldade) dos sentimentos e das idéias que são nossos, para os sentimentos e as idéias que palavras semelhantes ou as mesmas palavras, geradoras das mais graves confusões pela sua hipotética e falaciosa identidade, servem ainda para significar, por vezes a alguns séculos de distância¹⁷.

O método, então, se esclarece: as declarações dos testemunhos obtidos pelos advogados deverão ser lidas com os olhos do século XX, pensando com cérebros do século XVI. Todavia, a fórmula do magistrado, **é verdade que (saber)**, foi substituída pela fórmula do historiador **como se explica que (compreender)** (p. 29) — o historiador compreende, não julga¹⁸, preocupação que se exterioriza no desenvolvimento de toda a análise de Lucien Febvre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BLOCH, Marc. **Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien**. Paris, A. Colin, 1967. 110 p.
- 2 BRAUDEL, Fernand. Lucien Febvre e a história. **Revista de História**, 16(64) : 401-7, out./dez. 1965.
- 3 CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLI, Hector. **Os métodos da história**. Rio de Janeiro, Graal, 1979. 528 p.
- 4 FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa, Presença, 1977. 2 v.
- 5 ———. **Combats pour l'histoire**. Paris, A. Colin, 1953, 458 p.
- 6 LADURIE; Emmanuel Le Roy. Les mousquetaires de la "nouvelle histoire". **Le Nouvel Observateur**, 7 jan. 1980. p. 60.
- 7 MOTA, Carlos Guilher.e, org. **Febvre**. São Paulo, Ática, 1978. 190 p.

16 FEBVRE, p. 150.

17 FEBVRE, p. 150.

18 "O historiador tem apenas um objetivo. Saber? Isso é apenas um começo. Julgar, não. Prever, menos ainda. Compreender e fazer compreender, sim". (FEBVRE, Lucien. Entre Benda e Seignobos. In: ———. **Combates pela história**, v.1, p. 136). Portanto, o Homem (ou melhor, os homens) é uma coisa a explicar, a fazer compreender, "portanto, a pensar". (FEBVRE, Lucien). A história historicizante. In: ———. **Combates pela história**, v.1, p. 179.

PAULA, Nilson Maciel de. **Os camponeses e a intermediação comercial**; um estudo sobre as relações mercantis dos pequenos produtores do sudoeste paranaense. Rio de Janeiro, 1983. 273 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

JUDITE MARIA BARBOZA TRINDADE

Professora Assistente do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

É um trabalho que tem como preocupação central a relação existente entre os pequenos produtores (camponeses) e a estrutura comercial.

Buscando discutir esta relação, o autor se inquieta com a permanência do campesinato na agricultura capitalista em contestação às teses clássicas, principalmente à tese leninista, que prevê seu fim. Esta discussão feita com base em vasta bibliografia (cap. 2), dá conta das inquietações de ordem teórico-metodológica que cercam o tema, recolocando o problema da recriação do campesinato: “o desenvolvimento do capitalismo da agricultura recoloca o campesinato sempre em novas condições, fazendo, conseqüentemente, com que sejam redefinidas suas relações comerciais, embora persista sua posição de fornecedor de sobretrabalho”, oferecendo todo o suporte teórico para a discussão subsequente dos dados referentes à região. Neste aspecto se denuncia a formação e preocupação do autor, um economista preocupado em entender uma realidade, verificando com profundidade qual a teoria explicativa deste empírico. Neste caminho, o capítulo 3 evidencia o grande esforço de reflexão mostrando com competência a ocupação demográfica e econômica da região.

A discussão que evidencia “os primeiros sinais da produção mercantil” são 29 páginas de história econômica do sudoeste paranaense, que mostra a trajetória do fluxo migratório de 1900 até os anos cinquenta, paralelo com o processo sofrido nas relações de produção.

Divide, assim, o estudo em duas grandes linhas: a primeira, que coteja o processo de ocupação da terra relativamente harmônico e uma estrutura de produção e comercialização da mesma qualidade até os anos cinquenta; e a segunda que se pode chamar, de modo bastante aleatório, “a quebra da harmonia”, ou seja, a que coincide com a consolidação da propriedade privada, incluindo lutas pelas terras (1957-1962) e se encaminha para a exclusão do agricultor como participante *direto* na comercialização.

Nesse sentido (...), os comerciantes (em graus variados) dominavam os mecanismos de mercado, além de atuarem, na prática, como representantes do agricultor na venda de suas safras...

Esse sistema de comércio representava para o pequeno produtor parte de sua sobrevivência, na medida em que tinha nesses agentes os fornecedores (exclusivos em algumas circunstâncias) dos bens de consumo da sua família. (p. 264)

É segundo o autor a inovação dos anos setenta que redefine as relações mercantis da pequena produção no sudoeste paranaense, destacando-se nos anos setenta as cooperativas como "o principal agente comercial da agricultura". (p. 216)

Ao desvendar esta rede do comportamento mercantil na agricultura utilizando um suporte teórico que opta pelo questionamento, cumpre-se o objetivo científico do trabalho, discutindo as contradições, analisando as transformações ocorridas durante os últimos vinte anos na forma de inserção dos pequenos produtores no mercado capitalista, e as decorrências desse processo no seu desenvolvimento com a cadeia comercial.

A preocupação não é apenas, portanto, com o sudoeste paranaense; este serve como referencial empírico, o que está claro na apresentação.

Para o campo mais específico da história, "Os camponeses e a intermediação comercial" traz uma contribuição essencial qual seja a de evidenciar mais uma vez a importância da teoria científica na explicação de uma realidade aparentemente inexplicável.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. Obrageros, mensus e colonos; história do oeste paranaense. Curitiba, Vicentina, 1982. 206 p.

LEONILDA AMBROZIO

Professora Assistente do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da Universidade Federal do Paraná.

Divulgadas na Europa as belezas das cataratas do Iguaçu, em 1907, por Vitória Aguirre e pela firma Nuñez y Gibaja que, do lado argentino explorava madeira, ocorre paulatinamente o afluxo de turistas à região.

Abstraindo-se esse centro de interesse e seus eventuais visitantes, o oeste paranaense nos idos de 1853, ano em que o

Paraná passou a existir como Estado, até as primeiras décadas deste século, era um imenso espaço verde, onde foram erguidas, principalmente por gaúchos, uma dezena de cidades.

No isolamento da mata, anterior ao desbravamento e fundação de cidades, uma outra realidade instaurava-se em terras paranaenses. Terra de ninguém, era "visitada" por argentinos que não tinham nenhum objetivo de fixar-se em solo brasileiro. Exploravam a erva-mate e a madeira. Exploravam, sobretudo, pessoas.

O objetivo do convênio entre a ITAIPU BINACIONAL e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do MEC — IPHAN (hoje Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — SPHAN) no sentido de promover pesquisas relacionadas às áreas que seriam inundadas pela Itaipu binacional, no lado brasileiro, foi o ponto de partida da pesquisa desenvolvida por Ruy Wachowicz. Daí, o professor partiu para um estudo mais amplo da região, estudando uma área de 15 000 km² aproximadamente, delimitada pelos municípios de Foz do Iguaçu, Guaíra e Cascavel, cujo resultado é "Obrageros, mensus e colonos. História do Oeste Paranaense".

Instigante desde o título. Surpreende-nos aí a presença de palavras inusitadas que de antemão sentimos não encontrá-las daquela forma nos dicionários de língua portuguesa. Que carga semântica encerraria este "obragero", já que o termo registrado é "obrageiro"? Porque o autor usou uma e não outra forma? E que quer dizer "mensu"? O subtítulo é aclarador até certo ponto, mas o leitor liga-se de tal maneira àquelas palavras forasteiras, a ponto de querer embrenhar-se logo na leitura para decifrar-lhes o segredo. E lê o livro avidamente como se fosse ficção e sabendo muito bem que é História, que são fatos reais, buscados em suas fontes primárias, ditos de viva voz por testemunhas dessa epopéia do oeste paranaense. Estudo Inédito. Importantíssimo. O Autor traz à luz a nossa História. Trabalhando com material de difícil ou nenhum acesso ao leitor comum, apresentando depoimentos, mapas, fatos, glossário, o Autor preocupou-se em atingir o grande público e, em especial, o do oeste paranaense. Dedicou sua pesquisa justamente "ao povo do oeste paranaense, norte paranaense e sulista". Por essa preocupação do professor-escriptor todos beneficiar-se-ão de sua obra: tanto especialistas como leigos. É didática, por excelência.

O texto estrutura-se no mesmo binômio onipresente na ficção latino-americana: opressor versus oprimido ou força versus submissão. Confirma-se, então, a verossimilhança da

referida ficção. Constata-se a possibilidade do impossível. Esta história paranaense tem como elemento unificador um sistema de exploração do homem pelo homem denominado **obrage**. “A obrage era uma propriedade e/ou exploração típica das regiões cobertas pela mata subtropical, em território argentino e paraguaio. Sua existência baseava-se no binômio: mate-madeira. O sistema, assim como apareceu na região em estudo, era praticamente desconhecido no sul do Brasil”¹.

Implantado esse sistema no oeste paranaense por argentinos, os chamados **obrageros**, vamos tomando conhecimento de um território fortemente marcado por influência hispânica. Podemos detectar essas marcas no Capítulo I sob o título de **Ocupação e Exploração** e seguintes subtítulos: a — posse brasileira — possibilidade argentina; b — Colônia Militar de Foz do Iguaçu; c — Sistemática de uma “obrage”; d — os “impérios” de Allica e da Mate Laranjeira.

Acordos, disputas, jogo de interesses fizeram com que o Paraná ficasse à mercê dos argentinos uma vez que, São Paulo disputando para si o privilégio de obter do governo imperial a concessão de assegurar para seu território a comunicação com Mato Grosso, impedia que essa fosse feita através do oeste paranaense. Em 1888 uma nova interpretação pelos argentinos do Tratado de São Ildefonso de 1777 entre a Espanha e Portugal despertou as autoridades brasileiras para o problema das fronteiras. Mas, apesar do interesse despertado, as distâncias eram enormes, as estradas precaríssimas.

Acontecia o contrário: aquela região tornava-se cada vez mais vulnerável às influências dos dois países fronteiriços: Argentina e Paraguai. O contato com a civilização fazia-se, sobretudo, pela Argentina. Ora através dos barcos que aportavam e que vendiam carne, vinhos, revistas argentinas, ora através dos grandes magasins de Buenos Aires que atendiam por reembolso postal o que os brasileiros encomendavam por catálogo. As visitas à Argentina também eram frequentes. “Era uma constante distração, era uma vilegiatura constante aqui. A gente gostava disso, viajava. Visitava Posadas, Buenos Aires. Eram coisas que se faziam. Então era uma vida diferente. Eu senti a princípio, que não estava no Brasil”, nos diz a professora Otilia Schimmelpfeng.

Também a população de Foz do Iguaçu era influenciada por costumes paraguaios. Dançava-se o **bailarino**, fazia-se festa nos velórios. O **fazer quartos a defuntos** consistia em **comes e bebes**, jogo de baralhos, baile.

1 Uma dessas obras, em território paraguaio, é o “topos” de **Filho de Homem** de Augusto Roa Bastos, conforme estudo comparativo da professora Cecilia Zokner.

Aquela região abandonada pelas autoridades brasileiras fortalecia o “império” dos obrageros argentinos. Atuavam como senhores absolutos no oeste paranaense Nuñez y Gí-baja, Miguel Matte, Julio T. Allica, Jesus Val, Domingos Barthe e outros.

Com a libertação dos negros pela Princesa Isabel em 1888, o sistema de **obrageros** estabelecia um outro sistema de escravidão em território brasileiro: o dos **mensus** “(Mensu é palavra de origem espanhola que significa mensalista”, aquele que recebe por mês). Esses **mensus** eram principalmente os índios guarani, remanescentes das reduções jesuíticas. “Conhecedores do meio e sabendo distinguir as árvores de erva mate de outras semelhantes, conhecedores dos diversos tipos de madeira da região, sabendo sobreviver em condições adversas na selva, vão ser procurados para esse mister”.

Uma vez dentro das **obrages** era difícil para o **mensu** desvencilhar-se dos ardis daquele sistema. O salário, por irrisório, obrigava-o a pedir um anticipo. O abastecimento no armazém da empresa prendia-o a uma dívida que jamais poderia pagar. Aumentava ainda mais esse vínculo entre **obragero** e **mensu** quando, terminado o **limite** do **anticipo**, o peão se via obrigado a pedir um aumento. Recebia, então, um vale chamado **boleto**. O nunca acabar da dívida levava-o a **vender** a própria mulher. A fuga era praticamente impossível. Um verdadeiro desafio. Vigiado pelo “sereno” (guarda-noturno) e atemorizado pela tirania do capataz, o **mensu** não tinha outra alternativa.

No centro de um círculo fechado, acossado por uma hierarquia de gigantes (o **obragero**, o capataz, o sereno), algozes armados e desarmando-o, o **mensu** debatia-se entre apenas **EXISTIR** ou **MORRER**. O livre arbítrio e a liberdade: utopias.

As revoluções de 1924 e 1930 vão encontrar ainda esta situação no oeste paranaense. A década de quarenta, de cinquenta, *idem*. A chegada dos colonos e o despertar da **inteligentia** brasileira para o problema do isolamento das fronteiras paranaenses são fatores que foram mingando as forças do poderio dos **obrageros**.

Obrageros, mensus e colonos apresenta toda esta problemática, suas relações com a História do Brasil, as transformações ocorridas, as frentes de colonização agrária e a decadência das **obrages**. E mostra realidades peculiares da região. A realidade lingüística, por exemplo. O convívio entre espanhol e guarani dos **obrageros** e **mensus** com o italiano, alemão e polonês dos colonos e, evidentemente, com o português dos reduzidos funcionários públicos em 1937.

Além de brindar-nos com uma obra rica, contribuição excelente à nossa História, o professor Ruy Wachowicz dá subsídios para novas pesquisas. Porque a História urge ser escrita. Ou resgatada. Como no presente estudo.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Universidade do mate: história da UFPR**. Curitiba, APUFPR, 1983. 183 p.

CECÍLIA ZOCKNER

Professora Titular do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da Universidade Federal do Paraná.

Para aqueles que desejam prestar leais e produtivos serviços à Universidade Federal do Paraná e por extensão à comunidade, o livro de Ruy Wachowicz sobre a sua história tem o interesse não somente de completar informações sobre as origens da instituição mas de inserir o "fato universitário" no momento regional e nacional. No entanto, a leitura — valha o chavão — torna-se obrigatória quando leva à formulação de questões no intuito de entender porque não são dadas, àqueles que assim o querem, as condições reais para, num trabalho didático e científico exemplar, engrandecê-la, auxiliando a transformação da sociedade.

Trata-se de uma instituição criada, sobretudo, pela vontade de dois homens. Um "típico exemplo, diz o autor, da influência do indivíduo na concretização de instituições que atuam decisivamente na evolução das suas comunidades" (p. 13). Um deles, sensível à situação de um Estado que se vira despojado de parte de seu território pelo episódio do Contestado, liderava um grupo ligado às elites tradicionais paranaenses: Vitor Ferreira do Amaral. O outro, porta-voz daqueles cujo ideal de universidade não se relacionava com idéias e sentimentos regionais mas estavam convictos de que o ensino universitário e a ciência seriam os formadores de uma nova força intelectual e moral: Nilo Cairo.

Evidentemente, entre essas duas vontades pioneiras e a sua concretização no estabelecimento da Universidade, toda sorte de empecilhos que sóem aparecer em tais casos: a sucessão ilógica das leis que mudam o destino das instituições e de toda uma comunidade, a administração esdrúxula e a tradicional mesquinha dos meios provincianos.

Quando Nilo Cairo se afasta da obra empreendida permanecendo ausente da capital paranaense por cinco anos, o faz no momento em que a Universidade contava apenas seis anos de existência e passava pela sua maior crise. Vitor Fer-

reira do Amaral permanece atuante. É ele quem viaja pela Europa em busca de modelos. É ele quem funda a maternidade que recebeu o seu nome e cujo objetivo era não somente servir de lugar de aprendizado aos estudantes de medicina mas também assistir às parturientes (inclusive as solteiras). É ele quem vai se opor ao regime político vigente, mostrando as suas simpatias para com os integralistas. E, será ele o Reitor da Universidade Federal do Paraná por trinta e três anos.

É bem possível, e assim o diz Paul Arbousse Bastide, que independente da importância das iniciativas pessoais, elas se inserem no contexto histórico e social e dele não podem ser separadas. Mas, tampouco se pode deixar de pensar no que significa um indivíduo gerir uma instituição — e no caso uma Universidade — durante um período tão longo. Sobretudo se esse indivíduo ou é ligado por laços ou por sentimentos à classe que sempre deteve o poder político e econômico e que se empenha em estendê-lo na área do saber; sobretudo se leva seu interesse por um credo político a ponto de permitir, prestigiando com sua presença, a realização de uma cerimônia marcada pelo ritual integralista em ambiente universitário.

Mostra-se muito clara a manutenção de um só grupo na cúpula administrativa da Universidade que, ou fazia parte também do poder político regional, ou mantinha com ele um relacionamento de subserviência, haja vista, por exemplo, como foi escolhida a data de 19 de dezembro de 1912 para a instalação da Universidade.

Uma espécie de mentalidade colonial numa sociedade regida por normas capitalistas e que se expressa violentamente no momento da escolha dos elementos que devem fazer parte da Instituição, no momento em que devem ser traçadas as suas diretrizes e prioridades. O resultado é a instituição fechada, provinciana, cuja preocupação maior é manter uma rotina que dificilmente a torna apta a formar profissionais que não se dirijam — salvaguardadas as exceções — ao funcionalismo público ou às estatais, onde basta um diploma para aquele que se origina das classes dominantes encontrar um (às vezes mais) lugar privilegiado, sem que lhe seja questionado se terá ou não condições de executar, pelo menos de maneira razoável, a sua função.

Assim, servir verdadeiramente a Instituição, estar presente, atualizar-se, produzir cientificamente, divulgar o resultado das pesquisas, procurar atender a comunidade no que ela realmente necessita não se constitui uma tarefa fácil quan-

do o ensino, a aprendizagem não possuem o mínimo sentido ou apenas um sentido relativo. Teriam se servisse para transformar o que se faz necessário num país que ainda enfrenta as situações mais primitivas grassando entre os seus cidadãos: fome, analfabetismo, doença.

Daí o valor daqueles que conseguem não apenas transmitir conhecimentos, mas oferecer uma contribuição pessoal ao ensino que praticam sem o que não se pode falar em ensino universitário. Porque eles, em meio à apatia e desinteresses reinantes, devem vencer ainda uma mentalidade universitária catastroficamente estratificada, fortaleza a defender privilégios, que inclusive parece ser — salvo aquelas sempre honrosas exceções — um denominador comum de quase todas as suas congêneres.

Eleições diretas para presidente

Tendo em vista a campanha nacional pelas eleições diretas para Presidente da República, a coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, através da Professora Cecília Vieira Helm e a Associação Paranaense de História realizaram um painel intitulado "Democracia e eleições diretas — 1930-1984".

Com o objetivo de recuperar e divulgar a memória política no que tange ao período em questão, enfatizou-se os diversos momentos da vida brasileira, em suas experiências democráticas, bem como em seus momentos de retrocesso, onde a participação popular foi excluída da gestão da coisa pública.

Trata-se da elaboração de uma História visual acerca do período de constituição do Estado autoritário, onde a era Vargas (Estado Novo) e a era dos generais (ditadura militar) são intermediados no mesmo tempo por uma incipiente fase democrática, que se convencionou chamar de populismo.

Fotografias, cartuns, excertos de discursos e poemas foram utilizados no painel, exposto em praça pública em Curitiba e também em diversas cidades do interior.

Esta iniciativa contou ainda com o apoio das seguintes instituições: Assessoria de Imprensa da Secretaria de Cultura e do Esporte, Biblioteca do Paraná, Cartunistas de Curitiba, Casa da Memória da Fundação Cultural de Curitiba, Comunicação Social do Governo do Estado do Paraná, Coordenadoria de Ação Cultural da Secretaria da Cultura e do Esporte, Cinemateca Museu Guido Viaro, Diretoria Geral da Secretaria da Cultura e do Esporte, IPARDES- Fundação Edson Vieira, Professores de História do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, Rádio Estadual do Paraná, Rádio Universo e Revista Panorama.

Dentre as diversas manifestações de apoio e congratulação pela iniciativa, destacamos a do senhor governador José Richa, que prestigiou o evento com o seguinte telex:

"Para a Professora Cecília Helm
Departamento do Patrimônio Cultural da Secretaria de
Cultura e Esporte

Cumprimento Vossa Senhoria e a sua equipe pela iniciativa conjunta com a Associação Paranaense de História e a Comunicação Social do Palácio Iguaçu, que resultou na exposição "Democracia e eleições Diretas — 1930-1984".

Tenho certeza que os objetivos que levaram a essa mostra serão plenamente alcançados, dando oportunidade à nossa população do conhecimento histórico através da recuperação da memória política do país, utilizando-se para tanto de uma instrumentação altamente didática pela visualização do passado através de painéis fotográficos.

É um direito da sociedade ter conhecimento do seu passado e um dever do governo possibilitar essa condição, mostrando a realidade dos fatos através de proposições sérias e responsáveis, envolvendo historiadores e comunicadores em um trabalho conjunto, cujo resultado certamente favorecerá a toda a comunidade na medida em que permite o alcance da informação correta e educativa.

José Richa
Governador do Paraná

A nível nacional, os professores de História registraram sua posição através da Associação Nacional de Professores de História — ANPUH, com a divulgação do seguinte documento:

"A Associação Nacional de Professores Universitários de História — ANPUH, não poderia deixar de estar presente na campanha das eleições diretas, em conjunto com o povo brasileiro, como entidade de professores e pesquisadores de História, como órgão de representação científica dos historiadores.

Estando a poucos dias da data em que se comemorarão vinte anos do golpe militar de 1964, convidamos a todos para uma reflexão Histórica da nossa formação política, dos problemas reais de uma prática democrática, com liberdade de expressão e organização dos grupos políticos, com igualdade de condições de acesso aos meios de comunicação, sem o abuso do poder econômico.

Neste momento de crise a função dos historiadores é de vital importância, sua participação política um dever social:

a escolha das alternativas, das propostas diversas da sociedade para o futuro são direitos de cidadania.

Como historiadores, acostumados a olhar o passado, sabemos dos riscos e obstáculos a serem enfrentados, mas também como historiadores, portanto permanentemente preocupados com o futuro, estamos empenhados em “virar a página” da História, iniciando um novo capítulo.

São Paulo, Março de 1984”.

I Encontro de Professores Universitários de História do Paraná

Atendendo ao convite da Comissão central do I Encontro de Professores Universitários de História do Paraná, realizado na Universidade Estadual de Maringá, com o apoio de várias instituições, inclusive desta entidade, a presidente da Associação compareceu ao referido encontro para integrar a mesa redonda cuja temática foi “Formação do Profissional em História”. Nesta ocasião, lançou-se o nº 6 da revista **História: Questões e Debates**, aproveitando-se ainda a oportunidade para divulgar esta associação junto aos participantes ao referido encontro.

Reforma Agrária no Paraná

A Associação Brasileira para Reforma Agrária — ABRA enviou correspondência à APAH dando ciência da situação de calamidade em que se encontram os ilhéus da região noroeste do Estado do Paraná, bem como da situação dos ocupantes da Fazenda ANONI, que trabalham naquela propriedade desde junho de 1983, ameaçados de despejo pelo próprio INCRA.

Entendendo a justiça de tais reivindicações, a APAH enviou telegramas ao senhor Governador José Richa, solicitando as gestões do governo estadual junto aos órgãos federais a favor dos sem-terra. Telegramas também foram enviados ao Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários (MEAF) e ao INCRA, firmando posição desta entidade em favor destes trabalhadores.

Ainda a questão de Estudos Sociais

Dando continuidade à luta pela valorização do ensino, principalmente no 1.º e 2.º graus, a APAH enviou nova correspondência à senhora secretária de Estado da Educação Gilda Poli Rocha Loures, insistindo no desmembramento da

História e da Geografia, já solicitado pelo documento assinado por diversas entidades afins em setembro de 1983. A senhora secretária manifestou seu interesse pelo assunto, pois já foi instituída uma comissão a seu pedido, formada por membros do Conselho Estadual de Educação e Secretaria de Educação, para encaminhamento do assunto.

Museu de Arte Sacra de Curitiba

A Fundação Cultural de Curitiba e a Mitra da Arquidiocese de Curitiba firmaram convênio referente ao financiamento do museu de Arte Sacra de Curitiba.

Uma das cláusulas deste convênio trata da criação do Conselho Consultivo do museu, que será composto pelo responsável do MASAC, um representante da Mitra da Arquidiocese de Curitiba e um historiador.

Para tanto, solicitou-se à APAH indicar um profissional que integrasse, na condição de historiador, o referido conselho. Em reunião de diretoria, foi escolhida a pesquisadora Roseli Boschilia, dada sua vinculação com os estudos de preservação da memória e da cultura paranaense.

Importante salientarmos a ampliação do campo de atuação do historiador, prestando assim serviços à comunidade de que faz parte.

Revista "História: Questões e Debates" reconhecida pelo Instituto Gulbenkian de Ciência da Fundação Calouste Gulbenkian

O Conselho editorial da revista **História: Questões e Debates** enviou exemplares desta publicação à Fundação Calouste Gulbenkian. Em resposta, o diretor do núcleo de Sociologia Histórica Robert Rowland agradeceu os exemplares recebidos e afirmou em sua correspondência ser esta uma publicação de "excelente qualidade, que permite integrar investigações de âmbito relativamente restrito, cujo objecto é a sociedade paranaense com preocupações teóricas e analíticas mais amplas". Registramos aqui com satisfação o reconhecimento de uma instituição de tal porte.

APAH e o Encontro Regional de Entidades de História — EREH

O Centro Acadêmico de História (CAHIS) da Universidade Federal do Paraná promoveu em junho deste ano o Encontro Regional de Entidades de História, e a APAH se fez

presente no debate "A profissionalização do Historiador", com a ANPUH e a Casa da Memória. O encontro teve boa repercussão, pois estiveram presentes estudantes de Curitiba, Maringá, Londrina e Paranaguá, entre outros. Estes mostraram-se interessados não apenas no conteúdo dos debates como também pela importância e atuação da APAH.

Dentre as principais propostas apresentadas, constou a divulgação por parte dos estudantes desta entidade e de sua revista. A APAH incumbiu-se de se constituir um canal de encaminhamento da questão da profissionalização do historiador entre as Instituições paranaenses afins e as nacionais.

Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte constitui Conselho do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado

A coordenadora do Patrimônio Histórico e Cultural da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte solicitou à APAH indicação de lista tríplice para posterior escolha pelo Governador do Estado, de um membro que representasse a APAH e os interesses mais amplos da História neste setor no referido conselho. A lista tríplice foi formada pelos associados Marionilde Dias Brepohl, Ana Maria Burmester e Roseli Boschilia. O governador, em decreto publicado no Diário Oficial de 25/06/84 nomeou a pesquisadora Marionilde Dias Brepohl para compor este conselho.

Dada a importância deste Conselho para a formulação de diretrizes de uma política cultural e preservação do patrimônio deste Estado, crê-se estar cumprindo um importante papel no desenvolvimento e divulgação da História.

**Ana Maria de Oliveira Burmester
Marionilde Dias Brepohl**

ÍNDICE

v.4, jun.1983-dez.1983

Alencar, Francisco
ver Ribeiro, M.V., colab.

ANARQUISTAS
HISTÓRIA
SÉCULO XIX, 6:61-70

Araújo, Sílvia Maria Pereira de
ver Cardoso, A.M.L., colab.

ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA, 6:157-60, 7:327-34

Benevides, Cezar
Recensão
Joffily, J. Morte na Ulen Company; cinquenta anos depois, 6:134-5

Bittencourt, Maria da Glória Correa
Museu Paranaense, 7:291-2

Boni, Maria Ignês Mancini de
História comemorativa, 7:201-5

BRASIL
ESCRAVIDÃO, 6:45-59, 6:81-97, 6:121-7
JORNAIS OPERÁRIOS, 6:99-110
TRABALHO ESCRAVO, 6:45-59

Brepohl, M.D. Arrendantes e arrendatários no contexto da soja; região
de Cascavel, Paraná, 1960-1980 (recensão), 6:129-31
ver Carneiro, C.B., colab.

Burmester, Ana Maria de Oliveira
A nova história, 7:205-6

Cardoso, Alcina Maria de Lara & Araújo, Sílvia Maria Pereira de
Jornais operários — metodologia para análise histórica do discurso
operário na primeira república, 6:99-110

Carneiro, Cíntia Braga & Brepohl, Marionilde Dias

Ensino da história no primeiro grau: uma proposta alternativa,
7:293-301

CASA DA MEMÓRIA, CURITIBA, 7:289-90

CICLO DE VIDA, 6:121-7

Colnaghi, Maria Cristina

Recensão

Brepohl, M.D. Arrendantes e arrendatários no contexto da soja;
região de Cascavel, Paraná, 1960-1980, 6:129-31

Costa, Iraci del Nero da

Nota sobre ciclo de vida e posse de escravos, 6:121-7

Da história comemorativa à história crítica: história e pesquisa aca-
dêmica, 7:201-29

Debates, 7:221-9

DEPOIMENTO ESCRAVO, 6:81-97

EDUCAÇÃO

CONGRESSOS, 7:171-325

PARANÁ, 7:171-89, 7:191-200

Encontro História & Educação, 1., Curitiba, 1983

Documentos, 7:171-325

ENSINO DE 2.º GRAU

PARANÁ, 7:191-200

ESCRavidão

BRASIL, 6:45-59, 6:81-97, 6:121-7

ESTUDOS SOCIAIS, 7:257-62, 7:281-8

EUROPA

HISTÓRIA

SÉCULO XIX, 6:61-70

Figueiredo, Jacy Camarão de

O livro didático no primeiro grau, 7:257-62

Freitas, D. O escravismo no Brasil (recensão) 6:131-4

Gigante, Doralice Altina

A situação do ensino e da educação no segundo grau no Paraná,
7:191-200

Gomes, Iria Zanoni

Recensão

Marx, K. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política; Borrador 1857-1858, 6:136-42

HISTÓRIA

CONGRESSOS, 7:171-325

ENSINO, 7:201-29, 7:231-42, 7:243-56, 7:303-25

EUROPA

SÉCULO XIX, 6:61-70

LIVRO DIDÁTICO, 7:263-79

MÉTODOS, 6:99-110

TEORIAS, 7:206-16

HISTORIADORES

PROFISSIONALIZAÇÃO, 7:71-9

HISTORIOGRAFIA, 7:201-29

Joffily, J. Morte na Ulen Company; cinquenta anos depois (recensão) 6:134-5

JORNAIS OPERÁRIOS

BRASIL, 6:99-110

HISTÓRIA

1889-1930, 6:99-110

LIVRO DIDÁTICO

1.º GRAU, 7:257-62

2.º GRAU, 7:263-79

MARX, KARL, 6:3-43

Marx, K. Elementos fundamentales para la crítica de la economia política; Borrador 1857-1858 (recensão) 6:136-42

MARXISTAS

HISTÓRIA

SÉCULO XIX, 6:61-70

MEDICINA POPULAR, 6:111-19

Mohr, Denise; Ranzi, Serlei Fischer; Proença, Antonio Carlos; Wallbach, Regina

Experiências de ensino da história na rede estadual pública e privada no Estado do Paraná, 7:243-56

MUSEU PARANAENSE, 7:291-2

Oliveira, Elda Rizzo de
Doença, cura e benzedura, 6:111-9

PARANÁ

EDUCAÇÃO, 7:171-89, 7:191-200
ENSINO DE 2.º GRAU, 7:191-200

Parreira, Nilce Rodrigues

Recensão

Santos, C.A.A. *L'économie et la société esclavagiste au Paraná (Brésil)* de 1854 à 1887, 6:147-55

Paz, Francisco Moraes

Recensão

Pesavento, S.J. *A revolução federalista*, 6:145-7

Pellizzetti, B. *Pioneirismo italiano no Brasil meridional; estudo de caso* (recensão) 6:142-5

Pena, Eduardo Spiller

Abaixo o estado, viva o estado! 6:61-70

Pereira, Magnus Roberto de Mello

O ensino da história é perigoso? Ou desnecessário? 7:303-25

Pesavento, S.J. *A revolução federalista* (recensão) 6:145-7

Pivaro, Hilda

A concepção marxista da história, 7:206-16

Proença, Antonio Carlos

ver Mohr, D., colab.

Ranzi, Serlei Fischer

ver Mohr, D., colab.

RECENSÕES

Arrendantes e arrendatários no contexto da soja, 6:129-31

L'économie et la société esclavagiste au Paraná (Brésil) de 1854 à 1887, 6:147-55

Elementos fundamentales para la crítica de la economía política, 6:136-42

O escravismo no Brasil, 6:131-4

Morte na Ulen Company, 6:134-5

Pioneirismo italiano no Brasil meridional, 6:142-5

A revolução federalista, 6:145-7

Ribeiro, Marcus Venício & ALENCAR, Francisco

O livro didático no segundo grau, 7:263-79

Romano, Roberto

Corpo e cristal: Marx romântico? 6:3-43

Santos, Carlos Alberto Nunes dos

História e pesquisa acadêmica, 7:216-21

L'économie et la société esclavagiste au Paraná (Brésil) de 1854 à 1887 (recensão) 6:147-55

Santos, Mariano Pereira dos

É como eu digo: de agora, depois da libertação, 'Tamo na glória!' 6:81-97

Schwartz, Stuart B

Segredos internos: trabalho escravo e vida escrava no Brasil, 6:45-59

Silva, Marco Antonio da

Experiência do ensino da história em São Paulo, 7:231-42

Simão Neto, Antonio

Acerca da regulamentação da profissão de historiador: questões para um debate, 6:71-9

Estudos sociais: um anti-humanismo nas ciências humanas, 7:281-8

TRABALHO ESCRAVO

BRASIL, 6:45-59

Vilar, Pierre

Recensão

Pellizzetti, B. *Pioneirismo italiano no Brasil meridional*; estudo de caso, 6:142-5

Wachowicz, Lilian A

A educação no Paraná, 7:171-89

Wallbach, Regina

Casa da Memória, 7:289-90

ver Mohr, D., colab.

Zokner, Cecília

Recensão

Freitas, D. *O escravismo no Brasil*, 6:131-4

História: Questões & Debates é uma revista preocupada com a História como conhecimento, com a História como pesquisa, com a História como instrumento de Educação; preocupada com as relações da História e as demais ciências humanas em particular, e com o valor que a sociedade lhe atribuiu.

Desta forma, a Revista está aberta não apenas aos associados da APAH e historiadores, mas também aos demais cientistas sociais, aos professores de Ensino Médio, aos que trabalham com a Educação e aos estudantes universitários.

Toda colaboração deverá:

- 1º) — ser inédita;
- 2º) — ser redigida preferencialmente em língua portuguesa; trabalhos em outros idiomas deverão obrigatoriamente incluir resumo em português;
- 3º) — trazer título que corresponde, de modo claro e preciso, à idéia geral do trabalho;
- 4º) — apresentar, em folha à parte devidamente numerada, um resumo de no máximo 250 palavras;
- 5º) — trazer, quando elaborada sob orientação, o nome do Professor orientador;
- 6º) — ser apresentada em três (3) vias datilografadas numa face em papel tamanho ofício, com margem de três (3) centímetros, espaço duplo e numeração no canto superior direito;
- 7º) — apresentar, em folhas à parte devidamente numeradas, as notas de rodapés e as referências bibliográficas. Estas últimas deverão estar de acordo com a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);
- 8º) — trazer os gráficos e/ou ilustrações uma em cada folha, à parte devidamente numeradas com título claro, assinalando no texto o local em que deverão ser intercaladas.

Os originais deverão ser encaminhados à redação juntamente com carta anexa, autorizando sua publicação. A revisão das provas durante a impressão poderá ser feita pelo autor desde que assim o deseje. O Conselho Editorial somente apreciará os trabalhos que obedeçam as normas estabelecidas.

Além de artigos, a revista poderá apresentar comunicações, notas prévias, notícias de pesquisa em desenvolvimento, resenhas bibliográficas, além de notícias da APAH.

Aos autores de artigos serão enviados cinco (5) exemplares do número que trazer seu trabalho.

Os originais não publicados não serão devolvidos.

